

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU
TERRITORIALIDADE, FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USOS DOS
TERRITÓRIOS NO BAIXO SOLIMÕES (AM)

CLOVES FARIAS PEREIRA

MANAUS - AM
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

CLOVES FARIAS PEREIRA

VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU
TERRITORIALIDADE, FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USOS DOS
TERRITÓRIOS NO BAIXO SOLIMÕES (AM)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski

MANAUS - AM
2007

Ficha Catalográfica

Catalogação na Fonte pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas

Pereira, Cloves Farias

P436v

Vida Ribeirinha no Lago Cururu: territorialidade, formas de apropriação e usos dos territórios no baixo Solimões (AM) / Cloves Farias Pereira – Manaus, UFAM, 2007.

200 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Orientador: Dr. Antonio Carlos Witkoski

1. Ocupação territorial 2. Modo de vida ribeirinha 3. Territorialidade I. Título

CDU 341.411 (811.3)(043.3)

CLOVES FARIAS PEREIRA

VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU
TERRITORIALIDADE, FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USOS DOS
TERRITÓRIOS NO BAIXO SOLIMÕES (AM)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em 14 de Setembro de 2007

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Carlos Edwar de Carvalho Freitas
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Edna Alencar
Universidade Federal do Pará

MANAUS - AM
2007

*Aos meus pais, Maria das Graças Leão de Farias e Cosmo
da Gama Pereira, pelo desafio de sair da abundância do
“mato” para sofrer na cidade, mas perto de uma escola.*

AGRADECIMENTOS

Aos moradores do lago Cururu, pela paciência e confiança. Em especial Canindé, Chico Vaz, Velho, Naldo, Helena, Ari, Mazinho, "Seu" Marco, Lucimar, Joel, Ari, Alexandre, Dete Mateiro, Jair, Lila, Goiaba, Francisca, Sabá, Maria Diniz e Paulo Coelho, que nada mais fiz do que observar o cotidiano de suas vidas.

Ao grande Dr. Antonio Carlos Witkoski, o maior dos meus agradecimentos. Desde que ele foi convidado a me orientar, não mediu esforços para discutir comigo questões relevantes ao tema da pesquisa, sempre incentivando a reflexão no ato de escrever, mas dando-me a liberdade necessária para a imaginação sociológica.

Ao Prof. Dr. Gregory Prang, pelo incentivo à leitura acadêmica, clareza nos momentos difíceis da dissertação, uma contribuição importante nos assuntos antropológicos.

Às “meninas do mestrado”, especialmente Deise Nilceane (minha irmã de afinidade), Thais Breaneze, Francenilda Gualberto, Elane Gerente, Márcio Galvez e Davi Leal, pelos nossos meses de estudos e discussão, divergência e convergência, companheirismo e amizade.

Aos queridos Vandick Batista, Nídia Fabrê, Cristiano Gonçalves, Michele Pedroza, Nailson Nina, Rafaela, Leucy Cutrim, Valdelira, Socorro Moraes, Aline, Gláucia Baraúna, Fernandes Barros, Samantha Aquino, Liane Galvão, Clayton, Luana Mesquita, Eduardo Tora, Francisca, Tony Porto, Lígia, Larissa Torres, Keid Nolan, Lenize Araújo e Ivanildo, com quem aprendi o verdadeiro significado da cooperação e do espírito *Pyrá*.

Aos amigos que leram e fizeram sugestão, Lúcia Helena, José Enos e Therezinha Fraxe, pessoas especiais.

Meu maior débito, no entanto, vem de longa data. É para com a minha companheira Suzy Cristina Pedroza da Silva, que me forneceu as condições materiais e simbólicas necessárias para a consolidação da pesquisa.

Ao Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da várzea *PYRÁ*, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que disponibilizou o apoio financeiro para realização da pesquisa. Além do convívio com os *Pyrados* que foi fundamental para vivência de valores como cooperação, solidariedade e perseverança – espírito *PYRÁ*.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa concedida.

RESUMO

Os recursos naturais são fundamentais para a existência dos ribeirinhos na Amazônia, são comumente apropriados dos territórios pertencentes às comunidades que distribuem entre os seus membros os recursos naturais necessários para a reprodução social dos seus modos de vida. Todavia um dos problemas enfrentados pelos moradores é justamente a questão do uso concomitante de territórios com grupos sociais que não fazem parte de suas relações sociais. Assim, nossa contribuição vem no sentido de compreendermos como é firmada a vida dos moradores das comunidades do lago Cururu, procuramos mostrar que a apropriação dos recursos naturais é resultado do processo de territorialidade. O estudo foi realizado no município de Manacapuru – Amazonas, em três comunidades localizadas no lago Cururu; distribuídas espacialmente em 28 grupos domésticos na Divino Espírito Santo, 15 grupos domésticos na São João dos Cordeiros e 12 grupos domésticos na São Francisco do Cururu. Para o levantamento das informações sobre as práticas produtivas foram tomados como base os procedimentos teórico-metodológicos da hermenêutica cultural. A pesquisa foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado, sendo igualmente relevante a utilização do banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea, da Universidade Federal do Amazonas. As informações permitiram constatar que a territorialidade é expressa pelo conhecimento local dos moradores no uso dos ambientes de terra firme, várzea e várzea alta; nas formas de apropriação dos recursos naturais e nas relações sociopolítica que permitem a divisão do lago Cururu em comunidades diferenciadas.

Palavras-Chave: Modo de vida ribeirinha, Formas de apropriação e usos dos territórios e Territorialidade.

ABSTRACT

Natural resources are fundamental for the existence of dwellers in Amazonia, they are usually appropriated from territories that belong to communities which share with their members the natural resources necessary to their way of living. However, one of the problems the dweller face is exactly the concomitant use of territory among other social groups that do not make part of their social relationships. Thus, our contribution comes in the sense of understanding the way the dwellers' life is settled in the communities of Cururu Lake, we intend to show that the appropriation of natural resources is a result of the process of territoriality. This study was carried out in Manacapuru municipality, Amazonas, in three communities located in Cururu Lake; spatially distributed in 28 domestic groups in "Divino Espírito Santo", 15 domestic groups in "São Francisco do Cururu". In order to collect the information about their productive practices we took as base the theoretical-methodological procedures of the hermeneutical culture. The research was performed through a semi-structured interview script, being also very relevant the use of the data bank of the "Programa Integrado de Recursos Aquáticos" (Integrated Program of Aquatic Resources) from "Universidade Federal do Amazonas". The information collected allowed us to see that territoriality is expressed by the local knowledge of the dwellers through the use of the environments of *terra firma*, low-land and high-land areas; in the ways of appropriation of the natural resources and through the sociopolitical relationships which acknowledge the division of the Cururu Lake into differentiated communities.

Key-words: riverine way of life, ways of appropriation and the use of territories and territoriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização das comunidades São Francisco do Cururu, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo, onde foram realizadas as pesquisas de campo.....	22
Figura 02 – Mapeamento participativo dos territórios através da imagem de satélite.	22
Figura 05 – Situação do lago Cururu na estação da cheia, em 14 de maio de 2006. Nota-se a situação do nível da água. Observe a casa flutuante, à direita da fotografia, próximo da restinga baixa.	38
Figura 06 – O mesmo local na estação da seca, em 22 de outubro de 2006. Nota-se no centro da fotografia, a casa flutuante construída sobre troncos de árvores que são postos propositalmente no encharcado, a fim de evitar o seu apodrecimento. Observe a depressão que marca, neste ponto, o Braço do Divino.	38
Figura 07 – As comunidades são servidas por embarcações de rabeta que transportam passageiros, volumes e mercadorias.....	39
Figura 08 – Algumas casas são abandonadas na estação da cheia, o que se percebe que o terreno está localizado na área baixa – comunidade São Francisco Cururu.	39
Figura 09 – O acesso às comunidades é dificultado durante a estação em que as águas baixam – Braço do Lago	40
Figura 10 – Aspectos gerais do lago Cururu na estação da seca – Braço do Cururu.	Erro!
Indicador não definido.	
Figura 11 – Nota-se a existência da vegetação nas áreas mais baixas no lago Cururu.	Erro!
Indicador não definido.	
Figura 12 – Moradores pescando no poço ou poção do lago Cururu, em 22 de outubro de 2005. Observe o nível da água diante da depressão do Braço da Terra Preta – comunidade São Francisco do Cururu.	41
Figura 14 – Situação do nível da água na estação da seca. A obtenção de água para o consumo humano e animal é realizada em poços abertos pelos moradores, denominado localmente de cacimbas – comunidade São Francisco do Cururu.	42
Figura 15 – A obtenção da água na estação da enchente também é um problema. Nota-se aqui o ribeirinho retirando água da cacimba – comunidade São Francisco do Cururu.....	42
Figura 16 – A todas as comunidades se chega caminhando, em viagens que variam de 1 a 5 horas.	43
Figura 17 – Na estação da seca, a vida do ribeirinho é dificultada no transporte das mercadorias.	43

Figura 18 – Na estação em que as águas baixam, as rabetas são conduzidas por arrasto até o lago Cururu.....	44
Figura 19 – Arquitetura do domicílio dos moradores.....	66
Figura 20 – Palha utilizada na cobertura do domicílio.....	66
Figura 21 – Ribeirinho sentado na proa da canoa percorrendo o igapó.	67
Figura 22 – Ribeirinho amolando o terçado para torná-lo mais cortante.	67
Figura 23 – Adaptado de Canto (2001) sobre os detalhes das posições de subida no açazeiro. ..	68
Figura 24 – Ribeirinho debulhando os caroços do açaí.....	69
Figura 25 – Jovem em direção as porções de várzea alta para caçada.	77
Figura 27 – Ribeirinho localizando a distância do tatu.	78
Figura 27 – Paca presa na malhadeira, sendo capturada com muita persistência e sabedoria.	77
Figura 28 – Ribeirinha preparando a paca.....	78
Figura 29 – Manivas conservadas na plataforma suspensa, o jirau.....	86
Figura 30 – Note-se a conservação das manivas no canto esquerdo da imagem, em cima dos troncos flutuantes.....	86
Figura 31 – Ribeirinho capinando a roça de mandioca.	91
Figura 32 – Ribeirinho montando o feixe de malva.	91
Figura 33 – Ribeirinho puxa a fibra para que desprenda das hastes.....	92
Figura 34 – Ribeirinho puxa a fibra para que desprenda das hastes.....	92
Figura 35 – A fibra já disposta no fardo de 50 quilos.	93
Figura 36 – Espingarda sob domínio do grupo doméstico que pode ser utilizar nos momentos oportunos para a captura de aves.....	96
Figura 37 – Ribeirinho verifica a malhadeira próximo da vegetação flutuante.	105
Figura 38 – Ribeirinho pesca com tarrafa no canal dos Cordeiros, estação da seca.	105
Figura 39 – Padrão recolhimento da produção do açaí na casa do ribeirinho.....	114
Figura 40 – Sacas com açaí sendo embarcadas no barco recreio na margem do rio Solimões... ..	114
Figura 41 – Agente da comercialização efetuando o pagamento da produção do açaí.	115

Figura 42 – Carregador retira as sacas de açaí do interior do barco recreio.....	115
Figura 43 – Área de roça e pousio indicam os terrenos para fins agrícolas.	129
Figura 44 – Delimitação dos territórios de extração de açaí no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.....	158
Figura 45 – Delimitação dos territórios de pesca no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.....	163
Figura 46 – Delimitação dos territórios de pesca na seca.....	166
Figura 47 – Delimitação dos territórios de caça lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.....	169
Figura 48 – Delimitação dos territórios de madeira no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.....	173
Figura 49 – Delimitação dos territórios de palha no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.....	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Calendário das atividades econômicas, de acordo com a variação sazonal do nível da água.	33
Gráfico 02 – Frequência relativa dos motivos da mudança para o lago Cururu.	48
Gráfico 03 – Formas de uso das espécies florestais em todas as estações do ano.....	57
Gráfico 04 – Extrativismo do açaí na área de estudo.	61
Gráfico 05 – Diversidade da fauna capturada pelos moradores do lago Cururu.	70
Gráfico 06 – Animais mais capturados pelos moradores nas duas estações do ano.	71
Gráfico 07 – Calendário da distribuição dos animais capturados no lago Cururu.	72
Gráfico 08 – Distribuição dos principais cultivos, por comunidade, no lago Cururu.	81
Gráfico 09 – Calendário das atividades agrícolas das comunidades do lago Cururu.....	87
Gráfico 10 – Distribuição das principais espécies de aves citadas no lago Cururu.	96
Gráfico 11 – Espécies mais capturadas para o consumo.	98
Gráfico 12 – Nível do rio e sucesso da pesca por cada estação do ano.....	99
Gráfico 13 – Importância dos ambientes de pesca.	100
Gráfico 14 – Distribuição dos apetrechos de pesca utilizados na estação cheia e seca.....	107
Gráfico 15 – Métodos de conservação do pescado por comunidade do lago Cururu.	109
Gráfico 16 – Local de comercialização da produção.	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de D. F. C., ribeirão da comunidade Divino Espírito Santo.....	118
Tabela 02 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. V. C., ribeirão da comunidade São João dos Cordeiros.....	118
Tabela 03 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. S. F, ribeirão da comunidade São Francisco do Cururu.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Classificação dos sistemas lacustres.....	25
Quadro 02 – Origem, motivos da mudança e tempo de moradia no lago Cururu.	49
Quadro 03 – Espécies florestais citadas de acordo com as formas de uso.	59
Quadro 04 – Espécies florestais mais citadas por comunidade de acordo com sua importância. .	60
Quadro 05 – Distribuição das espécies de mamíferos capturadas por comunidades na cheia.	74
Quadro 06 – Instrumentos de trabalho usados pelos moradores no processo de trabalho na roça.	80
Quadro 07 – Distribuição das atividades necessárias para os moradores produzirem a farinha de mandioca.....	89
Quadro 08 – Distribuição das espécies capturadas por ambientes de pesca	101
Quadro 09 – Distribuição da captura das espécies por apetrecho de pesca.....	103
Quadro 10 – Destino dos produtos extrativos ou agrícola para fins de subsistência ou comercialização.	112

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	ii
ABSTRACT	iv
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
APRESENTAÇÃO	16
MOTIVAÇÕES DA PESQUISA	17
ÁREA DE ESTUDO	18
METODOLOGIA E O TRABALHO DE CAMPO	19
CAPÍTULO I - HISTÓRIA AMBIENTAL DO LAGO CURURU	23
1.1 ECOLOGIA DO LAGO CURURU	24
1.2 TEMPO ECOLÓGICO NO LAGO CURURU	32
1.3 O TEMPO DOS NOSSOS PAIS: VOZES DA OCUPAÇÃO HUMANA E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO LAGO CURURU	45
CAPÍTULO II - EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO LAGO CURURU	54
2.1 FLORESTA DE TRABALHO	56
2.1.1 Extrativismo vegetal	56
2.1.1.1 Açai	61
2.1.2 Extrativismo animal	70
2.1.2.1 Caça	70
2.2 TERRA DE TRABALHO	79
2.2.1 Práticas da agricultura	79
2.2.2 A malva	90
2.3 ÁGUA DE TRABALHO	95
2.3.1 Extrativismo animal	95
2.3.1.1 Caça	95
2.3.1.2 Pesca	97
2.4 SUBSISTÊNCIA OU COMERCIALIZAÇÃO	111
CAPÍTULO III	120
EXPRESSÕES DA TERRITORIALIDADE	120
3.1 A CONSTRUÇÃO DO LAGO CURURU EM TERRITÓRIOS	121
3.3 USO PRIVADO DA <i>TERRA DE TRABALHO</i>	128
3.4 USO COMUM DA <i>FLORESTA</i> E DA <i>ÁGUA DE TRABALHO</i>	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
APÊNDICES	

APRESENTAÇÃO

O local escolhido para esta pesquisa foi o lago Cururu, município de Manacapuru, Estado do Amazonas. Trata-se de moradores das comunidades São Francisco do Cururu, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo, onde o processo de territorialidade está cristalizada nas formas de apropriação dos recursos naturais e nas relações sociopolíticas, necessárias para reprodução polivalente do modo de vida.

O conceito de ribeirão e suas adjetivações não é uma questão consensual nos estudos amazônicos. Neves (2003) chama atenção para as populações que habitam as áreas de várzea do rio Solimões. Par esta autora, os ribeirinhos adotam formas de gestão de usos diferenciados e sazonais dos recursos naturais, em face dos períodos de cheia e vazante do rio, organizam a oferta de produtos mercantins segundo a pulverizada concorrência dos demais produtores e dos atravessadores; defrontam-se com a contenção de rendimentos financeiros dos consumidores (cidadinos); e empenham-se em diminuir custos de transporte das mercadorias.

Outro conceito é o de territorialidade (MALDONADO, 1993), que se configura como um importante referencial, rico ingrediente para uma reflexão sobre as múltiplas estratégias e orientações que as populações da várzea acionam para organizar os seus territórios nitidamente delimitados. Neste estudo, a territorialidade trata das dimensões sociopolíticas, em que os ribeirinhos constroem os seus territoriais e as relações política na manutenção do modo de vida.

Utilizo o conceito de grupo doméstico, conforme Garcia Junior (1983). Para este autor, grupo doméstico constitui a unidade de residência e que organiza a reprodução física e social de seus membros. A distinção entre família e grupo doméstico é necessária para se dar conta do fato de que nem toda relação familiar é uma relação entre membros de um mesmo grupo doméstico.

É possível afirmar que os moradores se encarregam de quase toda a produção extrativa e agrícola. Nas primeiras décadas de ocupação, o lago foi um lugar com atividades produtivas condicionadas na sua maioria para a pesca comercial. Hoje em dia, os moradores são reconhecidos como importantes extratores de açaí, pescadores, agricultores e caçadores.

O processo de desenvolvimento das atividades produtivas no lago Cururu, proposta deste estudo, implicam nas discussões de quatro questões: a) o conhecimento sobre os

ecossistemas; b) o processo sociopolítico de formação das comunidades; c) as formas de apropriação dos recursos naturais e, d) as delimitações dos territórios.

MOTIVAÇÕES DA PESQUISA

O caminho percorrido como aluno de pós-graduação, desde a primeira versão do projeto, envolve sentimentos de conflito e angústia, certeza e dúvida, escrever e reescrever. Orientações, palestras, aulas, livros, periódicos, dissertações, teses, bares, botecos e outros, foram cruciais para a "depuração" de objetivos amplos e desejos de originalidade. Aprendido arduamente que a pesquisa está nas perguntas simples, mas é preciso estar atento às diferentes respostas e leituras para compreendê-las.

A escolha do tema está relacionada a duas razões. A primeira é pessoal, nasci no centro da mata, em um assentamento rural no Furo do Livramento, comunidade Canarana, no município de Maués, Amazonas. Hoje, compreendo o ir e vir dos meus pais rumo à cidade, enfrentando sol e chuva, com ou sem dinheiro, na luta para formar a comunidade ou a defesa dos lagos comunitários. Lembro quando mencionavam que o fruto daqueles momentos era para aqueles que iriam nascer.

A segunda razão é teórica. O estudo tinha como ponto de partida que as atividades produtivas são norteadas por uma dimensão simbólica, que se converte em representações sociais por meio de uma sistematização de elementos significativos da natureza (GODELIER, 1981; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997). A outra questão é o processo de territorialidade que, inicialmente se organiza como um empreendimento humano, incorporando aspectos da identidade, status e prestígio para o estabelecimento, posse e defesa dos territórios, construído através das relações sociais pelo acesso aos recursos naturais (GODELIER, 1981; MALDONADO, 1993).

Muitos foram os amigos que contribuíram com o meu aprendizado, não teria como nomeá-los. Cito apenas o Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambiental e Desenvolvimento de Tecnologia Apropriada na Amazônia – INTERAÇÃO/UFAM e o Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM. Comentarei apenas o PYRÁ, responsável diretamente pela escolha do tema. *Pyrados* pelo trabalho comunitário, cúmplice em vários momentos e contextos, valorização e exigência (em *portunhol*) de respostas que contradigam o que está escrito.

Meu primeiro contato com os moradores do lago Cururu se deu através de um programa de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Amazonas, o PYRÁ (Programa

Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea) que, naquele momento desenvolvia ações de construção do acordo de pesca e fortalecimento institucional das organizações comunitárias.

A primeira viagem ao lago Cururu aconteceu em 2003, quando entrei em contato com os líderes da comunidade São Francisco do Cururu. No ano seguinte, passei a acompanhar o processo de fortalecimento institucional das associações comunitárias, através das reuniões, capacitação e outras atividades desenvolvidas nas comunidades.

Conviver nos domicílios, conversando e aprendendo, olhando práticas humanas e ouvindo visões de mundo, presenciando atos de resistência em oposição ao agente de comercialização, numa perspectiva de reprodução social de um modo de vida singular, foi uma experiência enriquecedora.

ÁREA DE ESTUDO

Este estudo foi realizado no lago Cururu, nas comunidades rurais denominadas de São Francisco do Cururu, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo, todas localizadas no município de Manacapuru - Amazonas.

São aproximadamente cinquenta e cinco domésticos. A maioria dos domicílios é construído com paredes e assoalhos de madeira, cobertos com alumínio, próximos um dos outros, alinhados de frente para o lago Cururu; outros estão espalhados espacialmente de forma linear, à direita ou à esquerda, ou nos dois sentidos concomitantes.

A comunidade Divino Espírito Santo está localizada no braço do Divino. Os 28 grupos domésticos estão espalhados nas duas margens. A maioria dos domicílios é submetido sazonalmente à inundação das águas provenientes do rio Solimões. Contudo, os terrenos no entorno dos domicílios são constituídos por ambientes de várzea, em uma região que compreende porções de terra que são alagadas no período da enchente independente da intensidade da subida das águas. A comunidade São João dos Cordeiros está localizada no braço dos Cordeiros, sendo composta por 15 grupos domésticos, distribuídos nas duas margens do Braço dos Cordeiros e nos igarapés associados. Situa-se no ambiente de várzea, assim as palafitas são construídas levando em consideração a flutuação da água. A comunidade São Francisco do Cururu está diretamente localizada no braço do Cururu. Constituída por 12 grupos domésticos que moram em palafitas. A comunidade se situa na várzea, sofrendo influência sazonal da água

O termo comunidade, neste trabalho, tem o mesmo significado utilizado por Alencar (2005), que remete ao sentido relacional e não apenas ao aspecto material, mas também ao

simbólico; remete a regras, valores e códigos morais e fornece elementos para a construção de um sentido de identidade aos seus membros. É na comunidade que os moradores partilham um mesmo local de domicílio, onde as relações sociais são mais amplas.

No primeiro momento, não é possível identificar as comunidades rurais, sendo possível perceber, depois do conhecimento das redes de parentesco e vizinhança, que aquele espaço, visivelmente descontínuo, é a base das relações sociais solidamente estruturadas. Cada comunidade tem uma história particular, com territórios particulares.

METODOLOGIA E O TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada por meio do método etnográfico. A opção pela etnografia teve como propósito converter o observador em parte da observação, na medida em que reinterpreta as representações sociais dos informantes através do seu enfoque interpretativo, ou seja, transformar o exótico em familiar e/ou transformar o familiar em exótico (DAMATTA, 1987).

O estudo etnográfico se revela um método de observação mais eficiente pela intensidade do trabalho de campo que permite apreender os significados das práticas e representações sociais, ou seja, “começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes ou que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-los” (GEERTZ, 1989, p. 7).

Foi realizado um levantamento bibliográfico, leitura sobre o tema e as pesquisas de caráter mais específico/regional, o que nos forneceu uma compreensão prévia das atividades produtivas dos moradores.

Os dados de campo foram coletados em dois períodos: o primeiro, de novembro a dezembro de 2005, quando entramos em contato com 05 grupos domésticos da comunidade São João dos Cordeiros, 08 da comunidade São Francisco do Cururu e 05 da comunidade Divino Espírito Santo. Nesse período, o lago estava na época mais seca do ano, sendo possível o acesso aos domicílios depois de uma série de caminhadas para realização das entrevistas. De maio a agosto de 2006, voltamos para a coleta de dados, entramos em contato com 28 grupos domésticos da comunidade Divino Espírito Santo, 15 da São João dos Cordeiros e 12 da São Francisco do Cururu.

As entrevistas foram realizadas junto aos moradores e foi necessária a utilização de um roteiro de entrevista semi-estruturado, elaborado com informações do trabalho de campo realizado na primeira viagem.

Utilizamos a observação participante, que permitiu descrever nos cadernos de campo as observações *in loco*. Cardoso de Oliveira (2000) afirma que o ato de escrever o caderno de campo é tarefa diária – no final do dia – após visitas aos grupos domésticos, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar, é um caminho metodológico que marca o fazer antropológico.

Foi igualmente relevante a utilização do banco de dados do Programa Integrado de Recursos Naturais e da Várzea – PYRÁ/UFAM (1998-2006), que foi atualizado com informações recolhidas por meio do formulário socioeconômico.

Em janeiro de 2007, realizamos uma oficina de mapeamento participativo dos recursos naturais na comunidade São João dos Cordeiros, envolvendo moradores das três comunidades. Na oficina foi realizado o mapeamento dos recursos naturais com uso de imagens de satélite.

As informações geradas na oficina de mapeamento participativo foram inseridas no Sistema de Informações Geográficas – SIG, um sistema de informação digital que permite ao usuário capturar, modelar, analisar e apresentar informação georreferenciada. O uso do SIG permite a representação visual dos territórios através dos mapas. As informações contidas nas folhas de papel vegetal (A3), colhidas durante as oficinas, foram escaneadas no formato TIF e georreferenciadas. Em seguida, essas imagens foram digitalizadas no software ArcView 3.2a, que serviram de base para elaboração dos mapas temáticos.

O procedimento de estruturar o programa de acordo com a metodologia da oficina de mapeamento participativo dos recursos naturais. O programa gerou uma série de mapas sobre a distribuição da ocorrência dos recursos naturais onde os moradores desenvolvem a agricultura e o extrativismo vegetal e animal.

O resultado do uso desta metodologia propiciou a constituição de três capítulos:

O primeiro capítulo, História Ambiental do Lago Cururu, apresenta-se dividido em três seções. Na primeira seção, Ecologia do lago Cururu foi feito um mapeamento dos ecossistemas existentes no lago Cururu a partir de contribuições de importantes moradores. A segunda seção, Tempo ecológico no lago Cururu, procurou caracterizar o tempo ecológico que tem uma gama de significados dentro do universo de valores dos moradores. Finalmente, a terceira seção, O tempo dos nossos pais: vozes da ocupação humana e apropriação dos recursos naturais no lago Cururu, corresponde à concepção de acesso e uso do lago Cururu que se encontra subjacente às relações sociais de pertencimento e diferenciação existentes na estrutura das comunidades.

O segundo capítulo, Extrativismo e a Produção Agrícola no lago Cururu, apresenta um quadro geral das atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores na apropriação dos recursos naturais, marcada por três dimensões materiais e simbólicas: a *Floresta de trabalho*, a *Terra de trabalho* e a *Água de trabalho*.

O terceiro capítulo, Expressões da Territorialidade, trata da dimensão que orienta os moradores na apropriação dos ecossistemas para dividi-lo em territórios, fazendo deles recursos naturais para reprodução social do modo de vida. Procurou-se caracterizar as diferentes formas de acesso e uso dos territórios existentes na área estudada e as formas de manifestação da territorialidade.

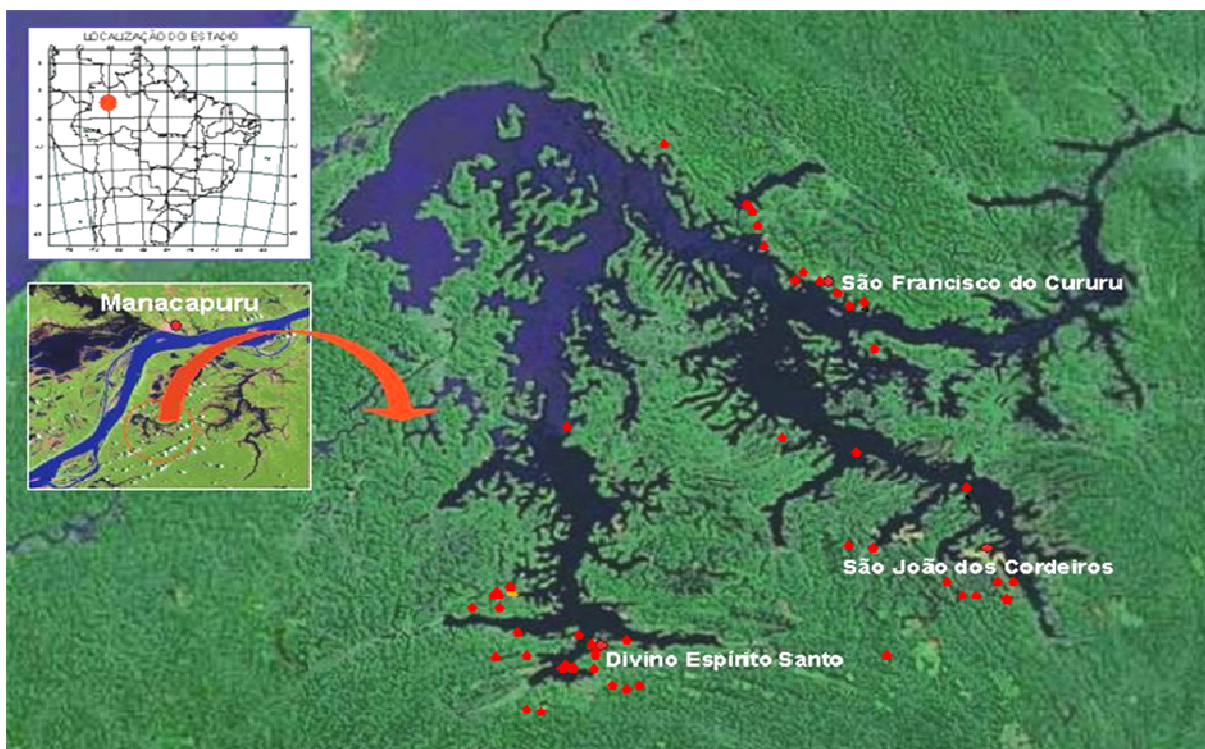


Figura 01 – Localização das comunidades São Francisco do Cururu, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo, onde foi realizada pesquisa de campo.

LEGENDA: ■ Domicílios dos grupos domésticos

FONTE: Modificado de www.googleearth.com



Figura 02 – Mapeamento participativo dos territórios através da imagem de satélite.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2007.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA AMBIENTAL DO LAGO CURURU

Este capítulo teve como referência três aspectos: a) as informações obtidas com a caracterização ambiental; b) reflexo da variação sazonal; e, c) o processo sociopolítico das comunidades rurais.

Essas referências permitiram descrever as atividades econômicas, que consistem numa combinação de culturas anuais com o extrativismo vegetal e animal, organizadas nos ambientes de várzea, de terra firme e de várzea alta. As atividades econômicas também estão associadas com a flutuação do nível da água – expresso no tempo da enchente, cheia, vazante e seca – às épocas de frutificação dos vegetais ao aparecimento dos animais que serão caçados ou pescados; revelando que a base produtiva dos moradores é um ambiente natural complexo.

Compreendo que a história ambiental revela os aspectos sociopolíticos que caracterizam as peculiaridades das comunidades rurais, cuja ação política retrocede aos processos de migrações, após o esfacelamento da economia seringalista. Outros moradores foram motivados pela existência de “terras livres” com presença de recursos naturais demandados pelo mercado, cuja trajetória remonta a distintas localidades da várzea do rio Solimões – há o trabalho de Lima e Alencar (2000) sobre o processo de ocupação da várzea mostrando o contexto e as motivações do deslocamento na região do Médio Solimões, Amazonas.

1.1 ECOLOGIA DO LAGO CURURU

Apresento uma síntese das principais características dos ecossistemas do lago Cururu: (1) o terreno formado por restinga, chavascal, várzea baixa, várzea alta e terra firme; (2) a floresta possui árvores de grande porte e vegetação ripária ou herbáceas; (3) o terreno e a floresta estão sujeitas à alagação do regime sazonal da água, com exceção da várzea alta e da terra firme; (4) a várzea baixa é alagada com águas brancas ou barrentas¹ do rio Solimões quando transborda anualmente; (5) a estação da seca isola o lago Cururu do rio Solimões.

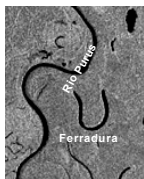
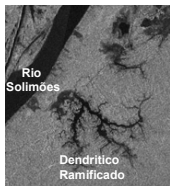
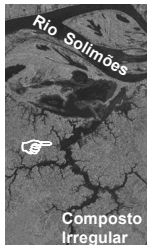
O rio Solimões é coletor final do complexo sistema de drenagem formado pelos igarapés, paranás, córregos, várzeas, igapós e rios. Os lagos (em sua grande maioria) são corpos de água transbordados do canal principal do rio por ocasião da enchente, que permanecem parcial ou temporariamente isolados (SIOLI, 1984).

Ribeiro & Fabré (2003) consideram os lagos importante fonte de recursos para a manutenção das comunidades amazônicas. Os lagos são geralmente formados a partir de depressões rasas e podem ser alimentados na estação da seca por igarapés oriundos da floresta circundante ou ainda apresentam conexão com o rio principal em algum período do ano. Recebem água durante a estação da enchente e podem ser formados em áreas de várzea e terra firme.

Segundo Sousa (2000), o lago Cururu está localizado em ecossistema de terra firme, apresentando conexão com o rio Solimões quando recebe água fluvial durante a enchente, escoando-a durante a vazante. Sua forma é considerada dendrítica, com porções ramificadas² onde não é possível definir um eixo principal. Os lagos com formato dendrítico foram rios e se originaram devido ao afogamento da sua desembocadura e acúmulo de sedimentos.

¹ Os rios da bacia Amazônica estão classificados em três categorias: rios de águas pretas, rios de águas claras e rios de águas brancas (SIOLI, 1975).

² Os moradores denominam as ramificações de Braço do Cururu, Braço da Terra Preta, Braço dos Cordeiros e Braço do Divino. Nota-se que as ramificações são semelhantes a um neurônio e ricos em detalhes.

LOCALIZAÇÃO NO TERRENO	TIPO/ORIGEM	FORMA	DEFINIÇÃO
VÁRZEA	Laterais	Redondo/oval 	Apresentam conexão com o rio em algum período do ano e recebem água fluvial durante a enchente escoando-a durante a vazante. São aqueles lagos que possuem forma circular, subcircular e elíptica
	Meandro	Ferradura 	São meandros de rios maduros que no decorrer do tempo se isolaram devido ao acúmulo de sedimentos, geralmente ocupando velhos segmentos de rios. Apresentam a forma de ferradura, sendo geralmente lagos de meandro abandonado
TERRA FIRME	Barragem	Dendrítico Ramificado 	São lagos que já foram rios e se originaram devido ao afogamento da sua desembocadura e acúmulo de sedimentos. Possuem aspecto ramificado onde não é possível definir um eixo principal
		Dendrítico Alongado 	São originados da mesma maneira que os anteriores, possuem aspecto ramificado sendo possível identificar um eixo principal
MISTO	Misto	Composto/Irregular 	Aqueles lagos que não apresentam uma forma definida ou constituem uma combinação de formas

Quadro 01 – Classificação dos sistemas lacustres.

FONTE: Sousa (2000).

Entretanto, o diálogo com o senhor V. S. F., residente na comunidade São João dos Cordeiros, numa entrevista realizada no banco de uma canoa, mostra a singularidade da área de estudo:

Tem terra firme aí pra trás [...] aqui no meio é tudo várzea alta, mas não é terra firme. Aqui perto da água é tudo terra de varge [várzea], porque quando a enchente é grande, fica tudo de baixo da água. Tudo esses menino sabe disso. O senhor sabia disso, né?

Esta resposta foi o ponto de partida para descrever a ecologia do lago Cururu, configurando-o como ambiente de transição entre várzea baixa, várzea alta – área de transição – e terra firme, sendo ambientes distintos e com especificidades nas formas de apropriação dos recursos naturais.

Conversando com dois moradores num final de tarde, acabei indagando-os a respeito da presença dos ambientes de terra firme e da várzea no lago Cururu, isto é, precisava apreender a lógica de classificação para aquilo que eles chamam de várzea alta.

Em relação à terra firme, no depoimento de V. S. F. 35 anos, residente na comunidade São João dos Cordeiros, a seguir, é possível perceber que o ambiente de terra firme está situado próximo da cabeceira do Braço do Divino.

Bem, ao meu conhecimento tem terra-firme [,] daqui de trás [comunidade São João dos Cordeiros] pro outro braço [Divino] pra cima, daí dessa outra comunidade do Divino Espírito Santo, daí pra cima [,] pegando o [lago] jacaré, [onde] tem terra firme. Bem, daqui pra lá [terra firme] eu calculo na base de 2 horas, 3 horas de viagem (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

O que chama a atenção no ambiente de terra firme do lago Cururu é a presença de terra preta de índio, normalmente associada com a ocupação humana pré-colombiana, constatado com a presença de artefatos cerâmicos. De acordo com Morán (1990), as áreas com ocorrência de terra preta de índio estão constantemente associadas aos ambientes de terra firme.

O ambiente de terra firme na área estudada é formado por florestas com alta composição das espécies florestais que constitui o ambiente mais distante do lago Cururu, que não sofre as alagações periódicas da água. Albuquerque & Marinho (1999) sugerem que o ambiente de terra firme é uma parte da Amazônia com uma extraordinária peculiaridade, formada por árvores colossais e troncos hercúleos, juntamente com outras árvores altas e delgadas de caules retilíneos e árvores menores cheias de galhos e folhagem, com a presença de palmeiras, lianas e orquídeas.

As florestas de terra firme da Amazônia são os ecossistemas terrestres mais ricos em diversidade de espécies na biosfera e com maior produção de biomassa vegetal, embora sua riqueza biológica não seja em função da riqueza dos solos, mas resulta de sofisticados sistemas de reciclagem de nutrientes e evolução das plantas adaptadas às condições químicas do solo (MORÁN, 1990).

A terra firme do lago Cururu se configura, na percepção de V. S. F., como um ambiente com a presença de florestas dominadas por açaizeiros, bacabeiras, castanhais, mata de cipó e outras que são importantes para suas atividades de subsistência, além da crença simbólica de que a floresta é uma realidade benfeitora.

Outro ambiente importante é a várzea que, segundo Meggers (1977) e Morán (1990), constitui apenas 5,0% da Bacia amazônica. As várzeas são áreas inundáveis situadas às margens de rios de águas brancas ou barrentas, com solos extremamente férteis em virtude do regime anual dos rios, enchente, cheia, vazante e seca, que fertiliza naturalmente a terra, garantindo uma produtividade elevada e permanente, sendo um dos fatores primordiais na ocupação das populações humanas neste ecossistema, registradas nos sítios arqueológicos dos ameríndios (MEGERS, 1977; STERNBERG, 1998; RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

Como argumenta Fischer (1997), a várzea é o ambiente mais rico da bacia em termos de produtividade biológica, biodiversidade e recursos naturais. Ao contrário da floresta de terra firme, a várzea é um ambiente onde há possibilidade de conciliar uma ocupação relativamente intensiva com a conservação dos ecossistemas e biodiversidade.

Morán (1990) sugere que o processo de classificar qualquer área como várzea leva a uma noção errada do seu potencial biológico ou agrícola. Segundo o autor, as diferenças significativas entre os tipos de várzea envolvem a flora, a fauna, o aluvião depositado, o declive e a altitude, a acidez do solo e a reprodução de biomassa.

Porro (1998) faz uma distinção da várzea³, em alta e baixa. Segundo este autor, a várzea alta se refere ao ecossistema que se localiza próximo ao rio resultante de maior deposição de sedimentos ao longo do tempo, enquanto a várzea baixa é a porção de terra mais recuada, recortada por igarapés, lagos temporários e permanentes.

Diante disso, pode-se afirmar a presença da várzea baixa no lago Cururu que, na estação da cheia, é coberta de água como pode ser vista no depoimento a seguir:

³ Para Morán (1990), as várzeas altas são inundadas apenas por ocasião da elevação excepcional do nível das águas, situadas a montante de Manaus. Já as várzeas baixas são extremamente férteis em virtude do regime anual do rio Amazonas, situadas entre Manaus e Santarém. Por fim, a várzea do estuário, situada a partir de Santarém até o estuário.

A maior dificuldade na várzea é conforme a água, quando a água vem apertando [,] o cara [ribeirinho] fica com muita dificuldade para colher [a mandioca]. O problema da malva também é a água. Ano passado nós perdemos a nossa produção [de malva] foi toda, a água não deixou colher. Nós tinha muita macaxeira, não sabia se colhia a roça, nem [sabia se] colhia [a] macaxeira ou a malva. Nós botamos pra colher uma e outra, mas a malva perdeu muito mais. Sabe por quê? Porque tudo isso aqui é várzea, alaga tudo. As pessoas das outras comunidades têm terras mais altas, nós não temos (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Como já disse anteriormente, as várzeas são áreas alagadas pelo regime anual dos rios. A diferença da alagação está relacionada com a natureza do terreno, várzea baixa ou várzea alta. As várzeas baixas do lago Cururu são inundadas rapidamente pelo movimento normal das enchentes, provocando a expansão dos ambientes aquáticos, e as várzeas altas, inundadas excepcionalmente quando há alagação. Assim, as várzeas altas demoram mais tempo para serem submersas, permitindo a colheita da produção; enquanto a várzea baixa produz ocasionalmente perdas de produção para a economia dos moradores.

A várzea baixa apresenta significativa diferença na deposição anual de sedimentos, o aluvião. Isto é evidente na comparação feita por V. S. F. entre a várzea baixa do lago Cururu e a várzea alta da margens do rio Solimões.

Na várzea mesmo você pode plantar todos os anos como ali no Parauá [comunidade assentada na margem do rio Solimões]. No Parauá, aqueles roçados lá, aqueles canto lá que o pessoal planta. Há quantos e quantos anos que eles vem plantando só ali, porquê? Porque todos os anos alaga, todos os ano bota aterro [sedimentos], todos os ano é terra nova, todos os ano dá uma terra boa [fertilizada], uma plantação boa. Aqui pra nós não é assim. Aqui, a água chega mais fraca (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A fertilidade das várzeas se dá em virtude do regime anual do rio Solimões. As águas da enchente espalham as partículas maiores de sedimentos ao longo das margens dos rios, as várzeas altas; enquanto as várzeas baixas são comprometidas pelos contornos dos paranás, justificando a frase de V. S. F. *“Aqui, a água [com a fertilidade] chega mais fraca”*.

Do mesmo modo, Meggers (1987) sugere uma explicação para fertilidade na várzea baixa. A autora indica que as margens dos paranás recebem uma deposição mais abundante de sedimentos, onde os contornos dos paranás obrigam as águas a abandonarem parte de sua carga de sedimentos. Assim, a irregularidade na deposição de sedimentos ao longo do percurso entre o rio Solimões e o lago Cururu, ocasiona um baixo nível de fertilidade nos solos, comprometendo a agricultura.

É possível perceber que, na estação da cheia, o regime anual do rio Solimões, que fertiliza naturalmente a terra do lago Cururu, não assegura uma produtividade elevada e permanente, em virtude da água espalhar irregularmente os sedimentos antes de atingir as várzeas baixas do lago.

Sternberg (1998), ao estudar o processo de formação dos terrenos aluviais, faz um estudo comparativo no desenvolvimento de mudas de arroz em diversos solos coletados no Carreiro e no Cambixe. O autor indica uma variabilidade dos solos resultantes da deposição de aluviões, trata-se de solos extremamente férteis e solos com baixa fertilidade atribuível à elevada percentagem de areia e à sua pobreza em nitrogênio e ácido fosfórico.

Segundo Meggers (1987), um dos principais fatores da irregularidade na deposição anual dos sedimentos na várzea baixa são as chuvas locais que antecedem ao ponto máximo da cheia do rio. Quando as águas dos rios alcançam os lagos, estes estão parcial ou completamente cheios com a água que se escoou dos igarapés juntamente com a precipitação. Assim, a associação desses dois tipos diferentes de água cria um misto de águas transparentes, pretas e brancas, propiciando uma alta produtividade dos lagos.

Feita está ressalva sobre os ambientes de terra firme e de várzea, abordaremos a várzea alta. F. V. C e V.S.F explicam a várzea alta como uma área de transição entre várzea e terra firme, como é possível perceber nos dois próximos depoimentos:

É uma terra de várzea que fica pedaços de terra que não alaga, mas não é terra firme. Porque na região que eu nasci é terra firme, porque terra firme é terra sem fim, é terra que você entrar e varrer pra outros cantos distantes. Por isso, lá é terra firme, porque é terra sem limite. E, aqui não, a terra é limitada, então aqui a gente chama de várzea alta essa bola de terra que fica no tempo do cheio (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Não, ela é uma espécie de várzea mais alta, porque a várzea mesmo com pouca água ela tá debaixo d'água, aí vem aquelas outras, aquelas outras, aquelas ponta de terra que ficam quando a água vai subindo. Então, se aquelas pontas de terra que vai subindo e vai subindo aqui, aí por aqui a água vai tomando ela, aí ela fica essa ponta de terra como ilha. Então, a terra ela não é seguida [terra firme], aí fica só aquelas áreas de terra cercada de água, não é uma terra firme, a gente diz várzea alta (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Os depoimentos acima, ao mesmo tempo em que evidenciam a complexidade do lago Cururu, em parte, sustentam a existência de uma área distinta da várzea e da terra firme. Na **figura 04**, apresento de maneira esquemática a várzea alta que se diferencia da terra firme. Assim sendo, as várzeas altas constituem porções de terras que não são alagadas na estação da cheia.

As terras altas são formadas a partir de porções de terra, em geral, cercadas por água e não tem um tamanho exato. Segundo V. S. F., algumas terras altas podem medir cinco ou cinquenta passos enquanto outras terras altas se estendem por todas as cabeceiras: “*tem algumas várzea alta que é muito grande, atravessa de um Braço para o outro*” (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Em outras palavras, dizemos que a interdependência das terras altas com as várzeas é bastante evidente na relação com o meio de transporte. Neste contexto, o acesso às áreas de terras altas depende diretamente de transporte fluvial, a canoa, que possibilita o deslocamento através das várzeas até as terras altas.

Como observaram F. C. V. e V. S. F., a denominação várzea alta designa as áreas que concentram as atividades do extrativismo animal e vegetal na estação da cheia, em princípio corresponde exatamente à classificação local. Por outro lado, a prática do extrativismo nas terras altas fez com que moradores constituíssem formas distintas de convivência com esse ambiente, a partir da distinção entre as várzeas baixas e as terras firmes.

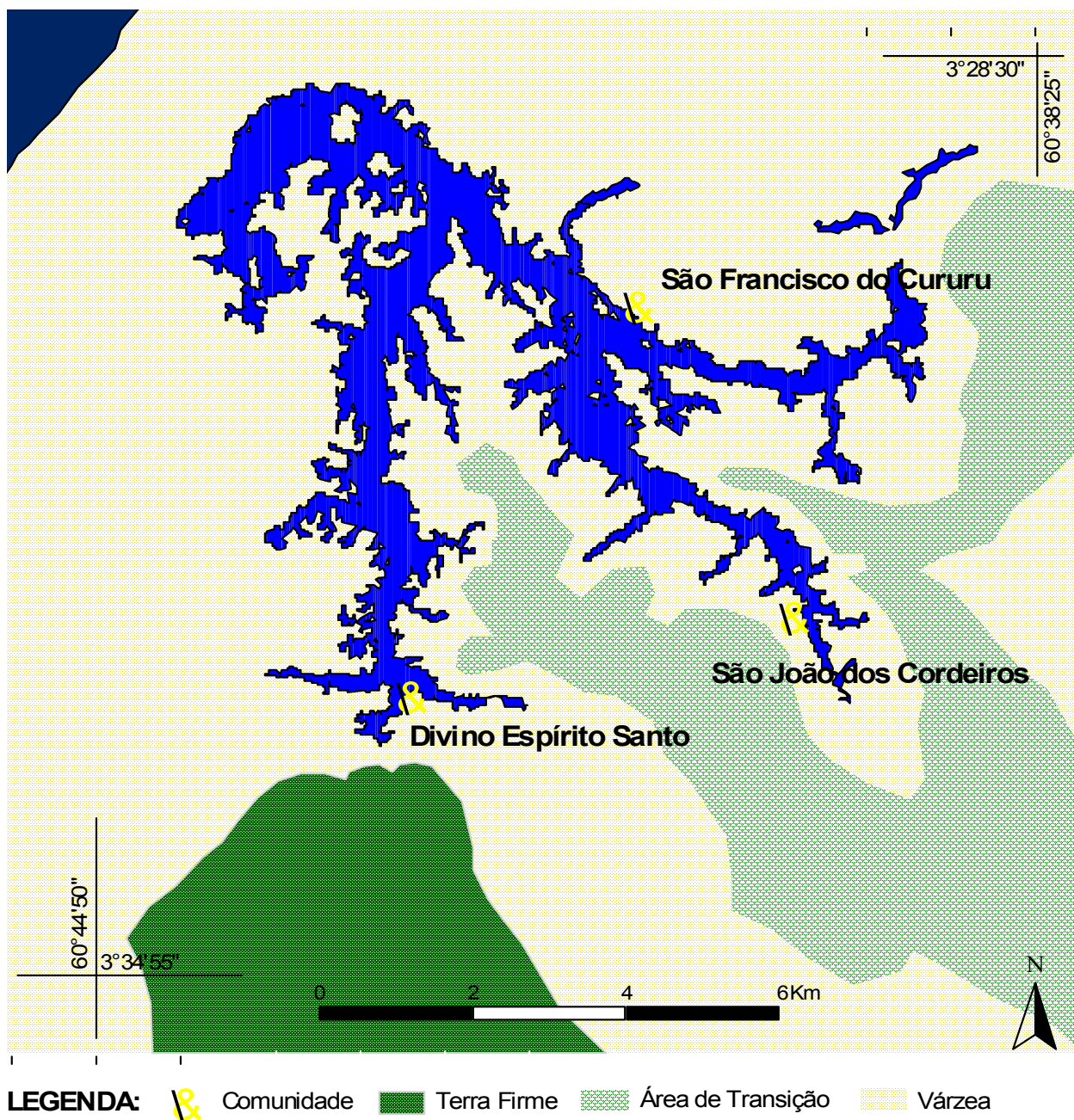


Figura 04 – Aspectos gerais do lago Cururu.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

1.2 TEMPO ECOLÓGICO NO LAGO CURURU

Tomei como base a análise de Evans-Pritchard (1978) sobre o conceito de tempo ecológico. Segundo este autor, os aspectos pelos quais as estações são definidas com maior clareza são aquelas que condicionam os movimentos das pessoas, por exemplo, necessidades da água e variações no suprimento de alimentos que traduzem o ritmo ecológico para o ritmo social.

Diferentemente do tempo urbano-industrial, os moradores do lago Cururu expressam o tempo ecológico no desenvolvimento das práticas sociais. Isto é evidente no depoimento de R. P. F., 70 anos, morador da comunidade Divino Espírito Santo: *“isso aqui é um tapiri para passar a seca. Minha casa é na cabeceira desse braço [Divino], venho pra cá todos os anos nesse período trazer o gado, porque aqui tem bastante comida, quando enche eu volto de novo”*.

O grupo doméstico do R. P. F. juntamente com o gado deixa a comunidade Divino Espírito Santo e se muda para os campos de várzea no Braço do Cururu, comunidade São Francisco do Cururu, que são utilizados como pastagens. Quanto às práticas de trabalho, o grupo se concentra no cuidado do gado, nas plantações de mandioca, macaxeira, milho, feijão, jerimum, pimenta cheirosa e maxixe, além da pesca e da caça de aves. A volta para a Divino Espírito Santo acontece na estação das chuvas, quando os afazeres diários são dedicados à colheita da roça, à extração do açaí, à pesca e à caça de mamíferos.

O conhecimento é fundamental para R. P. F se ambientar às adversidades da natureza. É esse conhecimento que define com maior clareza o tempo ecológico, propiciando os melhores resultados nas práticas produtivas segundo as condições do trabalho que se produz em cada grupo doméstico.

A atividade da extração do açaí e da caça, que acontecem exclusivamente na estação da cheia, definem, a compreensão do F. V. C. sobre as estações, como é possível observar no depoimento abaixo:

A gente muda pro igarapé do Cobra na [estação da] enchente, devido à terra [de várzea] perto do igarapé da Meranda ser baixa e qualquer aguinha [água] ela [várzea] fica logo alagada. Nesse período também tem açaí e caça pra gente na várzea alta, aí a gente tem que ficar perto pra tirar (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

O retorno do grupo doméstico do F. V. C. em direção à várzea ocorre no período de derrubada da mata e da preparação da coivara para o plantio no roçado, em geral, na estação

da vazante. Essa estação é propícia para o desenvolvimento das atividades da pesca e da caça de aves.

A gente volta pro igarapé da Meranda quando está mais seco, quando está vazando, porque dá pra mudá de canoa. Na Meranda, a gente planta [a] roça pra vender, ainda tem o poço pra pesca e caça, a gente fica perto de lá do igarapé (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Furtado (1993), no estudo sobre pescadores realizado no Baixo Amazonas, chama a atenção para a importante percepção dos moradores locais sobre o tempo, indicando uma conotação mais ecológica do que propriamente cronológica, onde homem e natureza se relacionam dicotomicamente com a variação sazonal do rio. A organização do trabalho é definida pelo tempo ecológico, sugerindo organização social do trabalho, orientando a vida e até mesmo inter-relacionando com concepções que reproduzem e atualizam suas formas de manejo dos recursos naturais.

O que nos remete a uma compreensão de que o calendário é construído na relação com a variação sazonal do nível da água, que funciona como indicativos para o desenvolvimento das atividades econômicas (Gráfico 01). Há atividades que são feitas somente na cheia, outras na seca e, outras ainda, na estação intermediária que são enchente e vazante.

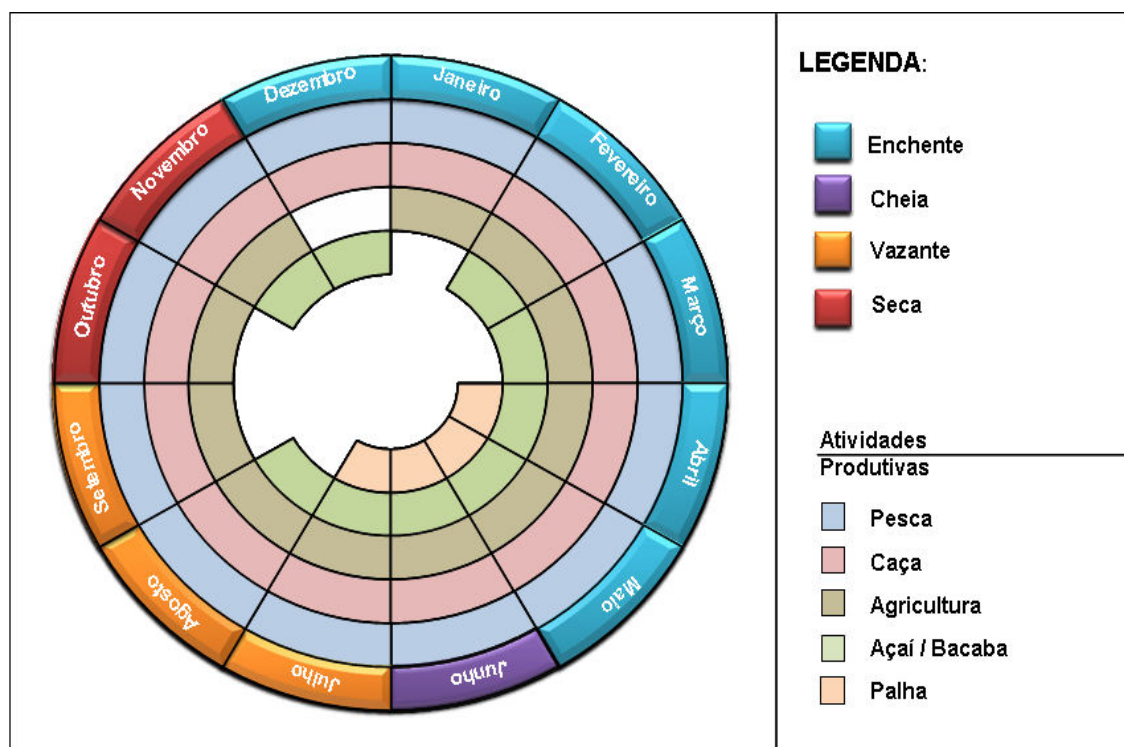


Gráfico 01 – Calendário das atividades econômicas, de acordo com a variação sazonal do nível da água.

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

O calendário hidrológico do lago Cururu, obtido com a colaboração dos moradores, sugere duas estações principais, a cheia e a seca. A estação da cheia em junho, e a estação da seca de outubro a novembro. E, duas estações secundárias, a enchente, de dezembro a maio e a estação da vazante, de julho a setembro.

Conforme o calendário descrito, em dezembro, a intensificação das chuvas marca o período de variação do aumento do nível da água, embora a precipitação, que é mais ou menos constante em toda a parte das terras, não seja o único sinal para determinar o começo da enchente, é um indicador de mudança das atividades produtivas.

O advento da "*água nova*", proveniente do lago Manaquiri, em dezembro, é um sinal que marca o período de variação sazonal no lago Cururu. Os pescadores sabem que as águas novas trazem demasiadamente os peixes.

Você viu hoje, a chuva da noite toda encheu bastante, mas não é a enchente não, começa encher quando entrar água nova do rio Manaquiri. Essa água toda que o senhor está vendo, vai secar de novo. Agora quando chegar a água do rio e continuar chovendo assim, quando chegar não seca, só enche [...] A água está quase para chegar, o lago só enche quando ela chega (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Para R. P. F., a estação da enchente é considerada uma estação de abundância de peixe, de açaí e de caça. A variação sazonal do lago é um tema comum nas conversas diárias quando os pescadores aguardam, com ansiedade, a subida da água: "*ouvi [dizer] que a água ainda está no Manaquiri, mas daqui uns 10 dias ela está aqui*" (DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

Contudo, sinais como a vazante da água, a enchente do rio, o cardume de peixes, a época do açaí, a presença de aves e o rastro de mamíferos, expressam uma gama de significados dentro do universo social dos moradores e servem como indicativos para as atividades econômicas. Por intermédio deles, os moradores também definem as estações.

Em janeiro, o lago Cururu recebe água do rio Solimões pelos paranás do Furão, do Mari, do Parauá e do Cururu. Cinco meses depois, a água encobre a restinga, transformando-a em igapó, e a terra mais baixa se transforma num imenso lago com a formação de diversos ambientes aquáticos que concentra uma rica fauna aquática, sendo todo e qualquer percurso feito através da canoa.

A seca se caracteriza pela ausência ou redução da chuva, sendo o calor intenso. A descida do nível das águas começa em julho até atingir o nível mínimo em novembro). A redução drástica da água do lago Cururu está associada à interrupção dos paranás que são conectados com o rio Solimões, impossibilitando o deslocamento fluvial.

A evasão da água revela a depressão do lago Cururu que se transforma num imenso campo natural.

Esse capim todo que tu vê, nesse capim tudo aí fica só água, quando a água começa baixar, eles aparece. Água mesmo só aqui no canal, o canal é a parte mais funda do lago, por isso, a rabeta passa nele (P. C. D. SÃO FRANCISCO DO PARAUAÍ, COSTA DO CANABUOCA).

Na estação da seca, o lago Cururu é abundante em peixes comestíveis. A pesca tem seu ápice de agosto a outubro pelo fato de a estação reduzir drasticamente a água. Ao longo do lago Cururu, a pesca fica centralizada em pequenas lagoas; à medida que o lago vai secando, os peixes acabam confinados em espaços de águas, cada vez menores, sendo, freqüentemente, capturados com bastante facilidade devido à grande maioria se confinarem em ambientes, denominados pelos pescadores de poção ou poço, locais mais profundos no lago onde permanece água mesmo no período da seca.

Segundo F. V. C., o significativo recuo das águas deixa isolado o lago Cururu, não permitindo o deslocamento dos pescadores através de canoas.

Aqui não se pode trabalhar com qualquer coisa, à distância para a cidade no período da seca não permite a gente tirar nada nessa estação, acaba tudo presso aqui dentro. O que tem a gente tem que aproveitar agora [na percepção do informante estava na estação da enchente], vender o que tem pra vender e guardar o alimento (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Nesse cenário, os meios de transportes fluviais no lago Cururu são limitados pelo regime das águas. Deste modo, os moradores ficam totalmente impossibilitados de saírem do lago com qualquer tipo de embarcação durante a estação da seca.

A inconsistência da terra também é um problema que limita a travessia dos agricultores, onde está localizadas as roças. Em certos grupos domésticos, as roças estão no mesmo terreno onde estão as casas; em outros, separadas da casa, na outra margem do lago, acima ou abaixo.

Com relação à água para o consumo humano e animal, na estação da seca, é coletada em poços abertos anualmente, denominado localmente de *cacimbas*. As *cacimbas* são abertas com trinta a oitenta centímetros de profundidade e de oitenta a cento e vinte centímetros de diâmetros. A água é limpa e, freqüentemente, as *cacimbas* são abertas no *olho d'água*, no lençol freático. Cada grupo doméstico possui sua própria *cacimba* que é rodeada de tábuas e cobertas com palhas para os animais domésticos não sujarem a água.

A seca é um fenômeno natural que condiciona os movimentos das pessoas, sobretudo, quando têm que se retirar do lago Cururu até o rio Solimões para aquisição de gêneros alimentícios e remédios. Como diz F. S. F.:

A dificuldade da seca é como eu falei, pro cara ir lá fora. Se ele quiser comprar alguma coisa aqui, ele tem que ir lá fora, aqui ele não compra. É um dia perdido pra ir lá fora e comprar, se tu tá precisando de um quilo de açúcar não tem aqui e se for lá fora vai completar um dia. Se tem um dinheirinho coloca no bolso e tira até lá fora, quando chegar, chega de tarde e não faz mais nada, o dia tá perdido, o trabalho não faz mais. Uma seca dessa pra mim é muita dificuldade, uma seca dessa. Quando a gente tava fazendo um trabalho lá fora, demorava tanto caminhando que a gente sai de manhãzinha e só trabalhava do meio dia pra tarde. A gente fica pra lá no tapirizinho na semana. Pra mim que tô mais perto de fora já é dificultoso, quanto mais pra aqueles que tem duas vezes essa distância. Teve gente nessa seca que veio lá do São João e dormia quando vinha de fora aqui na comunidade, quando era de manhã cedo que ia pro rumo da casa dele, senão ele ia chegar muito tarde da noite na casa dele (SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

É possível perceber, nos depoimentos abaixo, que a falta de água é um problema constante.

E essa situação prejudica por causa do trânsito [transporte], não tem como carregar a produção. Você já andou no seco? Somente no varadouro é 45 minutos, já pensou no pessoal dos Cordeiros, dois dias de viagem a pé (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Os alimento, a gente traz na costa, na cabeça, andando do Parauá pelo varadouro todinho até a beira do lago, sabe quanto tempo dura, as vez até duas horas de viagem (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Residir no lago Cururu significa ter que caminhar determinado período do ano a pé, subir restinga e atravessar *chavascal* para transportar a produção, receber os benefícios sociais do governo, comprar as mercadorias e os remédios na cidade. A própria caminhada pelo *varadouro* constitui uma rotina mais intensa nesta época, em virtude da severidade do percurso e dos obstáculos, pular as cercas do gado, equilibrar-se em cima de troncos de árvores caídos e descer e subir *chavascal*.

Quanto à questão do acesso ao lago Cururu, este é condicionado pelo fator natural do movimento das águas do rio Solimões. Na estação da seca, os paranás que fazem as ligações entre o rio Solimões e o lago Cururu se tornam inacessíveis a qualquer tipo de embarcação, deixando os moradores sem transporte e sem abastecimento regular de mercadorias, uma vez que passam a fazer o percurso caminhando.

Um dos entrevistado resume bem o dilema desses moradores na seguinte expressão: “*aqui quem manda é a água*” (P. C. S., SÃO FRANCISCO DO PARAÚÁ, COSTA DO CANABUOCA, 2005). Contudo as palavras não devem ser mal interpretadas, elas não significam um determinismo ecológico, mas sim uma relação onde a natureza e cultura são fatores determinantes, uma vez que o ritmo de vida é marcado pelo movimento das águas, fazendo com que os moradores, em certa época do ano, só possam se locomover a pé, e, em outra, por canoa.

Mauss (1974, p. 141) já dizia que “*uma organização moral, jurídica e religiosa é necessária junto com o meio natural, para que o homem possa viver em sociedade*”. Segundo o autor, o sistema social é um sistema dentro do sistema ecológico, dependente dele, mas, em parte, existindo por direito próprio. Em última análise, a maioria senão todos os conceitos de tempo e espaço são determinados por motivos ecológicos, mas os valores encarnados por eles dependem também de princípios estruturais.

Podemos dizer, assim, que os fatores naturais condicionam, de alguma forma, o processo de trabalho e o movimento das pessoas. Contudo, o domínio das condições naturais assegura aos pescadores, agricultores, extratores e caçadores os recursos naturais necessários para sua reprodução social, ao mesmo tempo em que confere à natureza uma forma social específica.



Figura 05 – Situação do lago Cururu na estação da cheia, em 14 de maio de 2006. Nota-se a situação do nível da água. Observe a casa flutuante, à direita da fotografia, próximo da restinga baixa.
FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 06 – O mesmo local na estação da seca, em 22 de outubro de 2006. Nota-se no centro da fotografia, a casa flutuante construída sobre troncos de árvores que são postos propositalmente no encharcado, a fim de evitar o seu apodrecimento. Observe a depressão que marca, neste ponto, o Braço do Divino.
FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 07 – Embarcações de rabeta que transportam passageiros, volumes e mercadorias.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 08 – Casas abandonadas na estação da cheia, o que se percebe que o terreno está localizado na área baixa – comunidade São Francisco Cururu.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 09 – O acesso às comunidades é dificultado durante a estação em que as águas baixam – Braço do Lago.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 10 – Aspectos gerais do lago Cururu na estação da seca – Braço do Cururu.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 12 – Pescadores no poço ou poção do lago Cururu, em 22 de outubro de 2005. Observe o nível da água diante da depressão do Braço da Terra Preta – comunidade São Francisco do Cururu.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 13 – Barragem construída com troncos de árvores no poço. Observe rente à barragem peixes mortos, a redução drástica do nível da água do lago Cururu provocando o aquecimento e a falta de oxigênio na água – comunidade São Francisco do Cururu.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 14 – Situação do nível da água na estação da seca. A obtenção de água para o consumo humano e animal é realizada em poços abertos pelos moradores, denominado localmente de *cacimbas* – comunidade São Francisco do Cururu.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 15 – A obtenção da água na estação da enchente também é um problema. Nota-se aqui o morador retirando água da *cacimba* – comunidade São Francisco do Cururu.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2005.



Figura 16 – Na estação das eca, chega-se as comunidades caminhando, em viagens que variam de 1 a 5 horas.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 17 – Na estação da seca, dificuldade no transporte das mercadorias.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



Figura 18 – Na estação em que as águas baixam, as rabetas são conduzidas por arrasto até o lago Cururu.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

1.3 O TEMPO DOS NOSSOS PAIS: VOZES DA OCUPAÇÃO HUMANA E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO LAGO CURURU

Este tópico é central para entender o processo de territorialidade das comunidades do lago Cururu. Entendemos que a noção de tempo assume uma importância fundamental para a compreensão do significado conferido pelos moradores.

As referências temporais são importantes para discernir as relações sociais estabelecidas no passado das relações concretas do presente. Fui levado a adotar algumas perguntas norteadoras, em alguns momentos, que permitissem aflorar nas trajetórias os fatos da vida dos moradores, a partir de suas experiências sociais concretas nas comunidades.

Nos rostos enrugados pelo tempo, ouvimos atentamente as trajetórias que os mais velhos contavam, muitas vezes apontando da janela da casa o lugar da infância, dos parentes, do patrão⁴, da pesca, da caça, lugar e lugares de experiências sociais. Vozes que envolvem sentimentos de alegria e tristeza, medo e esperança, sofrimento e paz, dúvida e certeza. Vozes que narram as trajetórias dos grupos domésticos, aqui e ali, marcadas pelas rugas daqueles que viveram experiências, vivem realidades e narram uma versão marcada por sua posição social.

Diante das referências temporais, pode-se interpretar os cortes estruturais do tempo do processo de ocupação e apropriação dos recursos naturais, no quais estavam inseridos os seus modos de vida. Evans-Pritchard (1978) apresenta a representação de tempo em que não são organizadas em torno do ritmo ecológico. Trata-se das concepções que se encontram condensadas nas relações sociais, onde pessoas se identificam e se diferenciam historicamente numa determinada estrutura social.

O sistema estrutural de contagem de tempo consiste parcialmente na seleção de pontos de referências que são significativos a grupos locais e que forneçam a esses grupos uma história comum e distinta [...] uma projeção no passado de relações concretas entre grupos de pessoas. Ele não é tanto um meio de coordenar acontecimentos, quando de coordenar relacionamentos (EVANS-PRICHARD, 1978, p. 119-121).

⁴ “Os patrões são agentes que mais se apropriam dos excedentes gerados. São assim denominados por possuírem grandes estoques de produtos básicos de consumo geral. Utilizam-se do expediente do *adiantamento* (em moedas ou em mercadorias) com intuito de estabelecer laços de dependência”(FRAXE, 2000, p. 151).

Os moradores têm uma versão singular de reconstrução do passado, na própria expressão de F. S. F.: *“o tempo dos nossos pais”*. *O tempo em que o pirarucu era encontrado em abundância no lago Cururu, tempo das geleiras, “tempo que tinha muita terra” para pouco morador e “tempo que só tinha mato”*.

F. V. S., 72 anos, moradora da Divino Espírito Santo, filha de uma das primeiras famílias que ocupou o lago Cururu. Afirma no seu depoimento: *“Só aqui onde estou morando, aqui neste lugar eu tenho 30 anos. Eu morei lá naquele igarapezinho que passa uma casa, ali quando a gente vem perto da cabeceira, morei 17 anos”*. Sorrindo aponta para o único lugar que não vai lhe tirar do lago Cururu, o cemitério. Esse gesto deixa claro que ela permanecerá no lago Cururu. O sentimento pelo lago, especificamente o Braço do Divino, refere-se às coisas boas que ela viveu, expressado da seguinte forma:

Era tudo um mato medonho, daqui até em frente à dona Cesariana, daqui era um mato, depois chegou um pessoal aqui. É um lugar bom, sadio. Aqui já morou muita gente, agora já tem pouca gente [...] Era muito farto. Ninguém comia piranha, só pacuzão. Caçar agora é mais difícil, o homem saía à noite e matava a caça aí mesmo, agora é mais difícil, tem que sair de dia pra caçar, se quiser comer uma carne tem que procurar, se não tem, mas tem aí no lago o peixe que não falha (F. V. S. 72 ANOS, DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

Em uma conversa com R. P. F., da Divino Espírito Santo, caminhando pela cacaia e chegamos à sua habitação temporária, tapiri. Sentou-se num banco de madeira perto do fogão de lenha, enquanto sua esposa preparava um cafezinho. Sem pressa em responder, definiu o lago Cururu como: *“um lugar bom”*. R. P. F. não nasceu no lago Cururu, mas, em sua expressão, as suas lembranças da infância *“são daqui”*.

O senhor R. P. F. usa moradores antigos, aqueles que se foram, como pontos de referências:

Quando eu cheguei aqui, aqui era mata, tinha pouco ribeirinho aqui dentro, contava os ribeirinho que tinha aqui dentro, pouquinho ribeirinho mermo. Aqui nessa estação tinha o finado Carolino Acula que morava, era o Aculino. Lá atrás morava o Domingão, a Chica Duruca lá na terra preta. Nessa área daqui, nesse braço daqui que eu me lembro né, naquele braço lá morava, lá morava o finado Júlio, o Manuel, o João Luca, já falei finado Júlio? Era só ribeirinho, contava as casas aqui, quase todos já se foram (R. P. F., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

Retrata também o tempo da fartura dos peixes, simbolizado nas espécies pirarucu e tambaqui que ficou escasso na dieta alimentar dos moradores.

Porque naquele tempo existia muito tambaqui, pirarucu né, hoje em dia tambaqui não existe mais né, só existe esse roelozinho né. Toda qualidade de peixe era fácil né, a população era pouca né, era farto, hoje em dia não tem mais fartura que tinha antigamente né, de jeito nenhum. Naquele tempo, nessas terras, existia tatu nessa terra que nós tamos, agora hoje em dia não sei quantos anos que ninguém veja mais. O peixe a gente diz que tem pouco peixe hoje, não tem como antigamente o peixe graúdo, como tinha antigamente, mais miúdo tem muito (R. P. F., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

R. P. F., veio menino do lago Grande, localizado no Município do Manaquiri, lugar que a família trabalhava em terra arrendada: *“nós não tinha terra, por isso, meu pai veio pra cá”*.

Os moradores da comunidade Divino Espírito Santo dizem que são mais antigos no lago Cururu. A principal razão está ligada à permanência dos filhos dos patriarcas fundadores. Se os moradores permanecem muito tempo no mesmo lugar, começam a dizer que os outros não têm o direito de proibir o acesso deles em certas partes do lago Cururu. Não existe, uma parte da floresta onde estão localizados os açaiçais que não seja conhecida pelos moradores da comunidade Divina Espírito Santo.

Outra comunidade é a São Francisco do Cururu. O seu processo de formação não contou com moradores da comunidade Divino Espírito Santo; geralmente, estava limitada a duas famílias que residiam na margem do rio Solimões. Mas tarde, o número de moradores aumentou, com pessoas vindas de outras comunidades rurais.

O foco de interesse dos imigrantes para a comunidade São Francisco do Cururu era a disponibilidade de “terras livres”. Os moradores da comunidade direcionaram os migrantes para o Braço do Cururu, também utilizado pela comunidade Divino Espírito Santo. A distribuição crescente de “terras livres” no Braço dos Cordeiros levou a comunidade do São Francisco do Cururu a limitar o acesso dos moradores da comunidade Divino Espírito Santo.

Atualmente, os moradores do Braço dos Cordeiros formaram a comunidade São João dos Cordeiros, ao menos em parte, resultado da presença de missionários. Vale lembrar que os moradores do Braço dos Cordeiros foram atraídos pelo prospecto de adquirir terras distribuídas pelos líderes da São Francisco do Cururu em troca do pertencimento político, além de proibir o acesso dos moradores da comunidade Divino Espírito Santo, em parte do Braço dos Cordeiros.

A impressão que se tem da comunidade São João dos Cordeiros, é a de uma comunidade que tem grande respeito pela São Francisco do Cururu. Entre essas comunidades,

existe uma conexão de afinidades e de consangüinidades, o que é suficiente para fundi-las numa só unidade política sob uma única liderança, a São Francisco do Cururu.

Na São João dos Cordeiros, encontramos uma diversidade maior de procedências e menor tempo de domicílio, pois a maioria havia imigrado recentemente. M. V., 77 anos, da São João dos Cordeiros, nascido na área rural do Município de Tefé, é enfático na sua expressão: “*meu pai era seringueiro*”. Ainda jovem saiu de Tefé, trabalhou em diferentes lugares e, em cada lugar, diferentes trabalhos. Antes de morar no lago Cururu, trabalhou em parceria com o primo no plantio de malva e juta na região conhecida como Cambaliana, rio Solimões. M. V. trabalhava na terra arrendada do compadre, ou seja, o patrão que controlava o sistema da produção da fibra. No trecho do depoimento abaixo, é possível perceber a disponibilidade de “terras livres” como uma das motivações na ocupação do Braço dos Cordeiros.

Esse pessoal do seu Pedro Vieira, pai dessa mulher que veio aqui hoje, convidou o papai pra vim pra cá apanhar um açaí, aí o papai veio, quando veio pra cá, viu bastante terra aqui e lá tudo alagado, aí nós botemos a maca na cabeça e vínhamos embora, e tamos aqui até agora, até o dia de hoje nós tamos aqui, foi assim que foi a história (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Os depoimentos de M. V. corroboram os dados, onde 65,0% dos grupos domésticos das comunidades ocuparam o lago Cururu devido à existência de terras disponíveis (**Gráfico 02**).

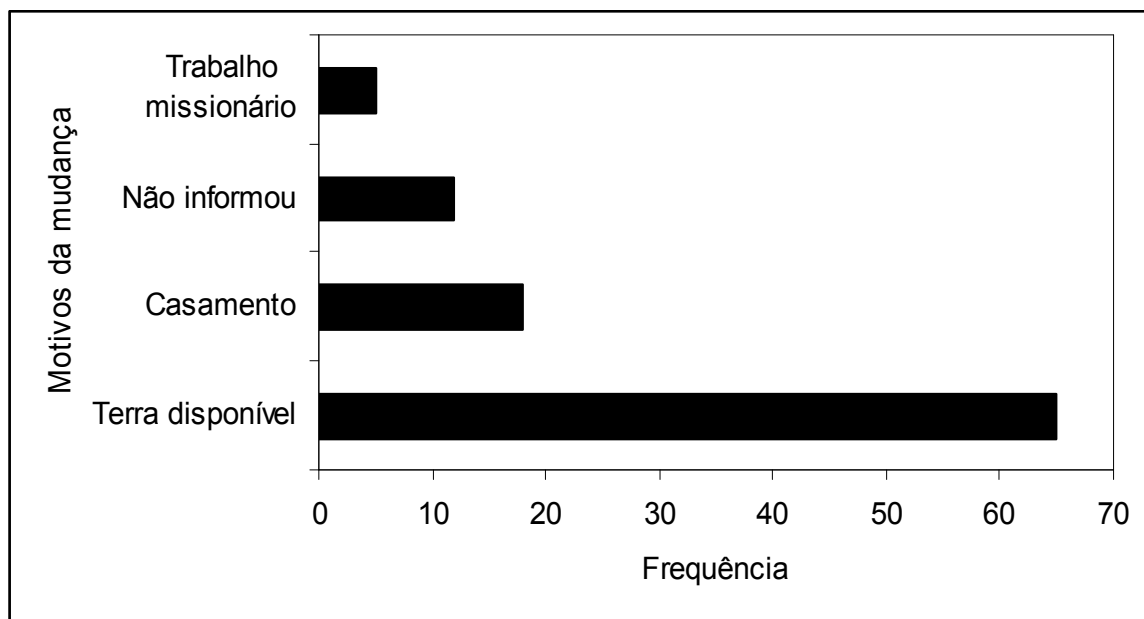


Gráfico 02 – Frequência relativa dos motivos da mudança para o lago Cururu.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da várzea – 1998 a 2005.

Por outro lado, tais informações reafirmam um aspecto semelhante às outras comunidades, o tempo de chegada no lago Cururu sinaliza para uma ocupação que não é recente, visto que a maioria dos informantes vive no lago Cururu de 23 a 63 anos (**Quadro 02**).

Verificou-se um equilíbrio no fluxo entre a microrregião do Médio Solimões e Baixo Purus para o lago Cururu, Baixo Solimões, sendo pertinente destacar o número significativo de migrações internas na microrregião do Baixo Solimões, em torno de Manacapuru e Anamã.

ORIGEM	MOTIVO DA MUDANÇA	TEMPO DE MORADIA (ANOS)	COMUNIDADE
Janauacá/AM	_____	63	Divino Espírito Santo
Cruzeiro do Sul/AC	Terra disponível	57	São Francisco do Cururu
Manacapuru/AM	_____	45	São Francisco do Cururu
Manacapuru/AM	Terra disponível	45	São Francisco do Cururu
Manacapuru/AM	_____	32	Divino Espírito Santo
Tapauá/AM	Terra disponível	30	São João dos Cordeiros
Tefé/AM	Terra disponível	30	São João dos Cordeiros
Tefé/AM	Terra disponível	29	São João dos Cordeiros
Manacapuru/AM	Casamento	27	São Francisco do Cururu
Tefé/AM	Terra disponível	23	Divino Espírito Santo
Manicoré/AM	Terra disponível	9	Divino Espírito Santo
Anamã/AM	Terra disponível	8	Divino Espírito Santo
Óbidos/PA	Casamento	6	Divino Espírito Santo
Anamã/AM	Terra disponível	6	Divino Espírito Santo
Santa Isabel/AM	Casamento	6	São João dos Cordeiros
Tapauá/AM	Terra disponível	5	Divino Espírito Santo
Tapauá/AM	Trabalho Missionário	3	Divino Espírito Santo
Coari/AM	Terra disponível	3	Divino Espírito Santo
Manacapuru/AM	_____	_____	Divino Espírito Santo
Manacapuru/AM	_____	_____	Divino Espírito Santo

Quadro 02 – Origem, motivos da mudança e tempo de moradia no lago Cururu.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da várzea – 1998 a 2005.

Os motivos das saídas dos locais de moradias anteriores se diversificam ainda mais como mostram os depoimentos a seguir:

Nós viemos de Tefé, ele [meu marido] foi pra Tapauá, foi trabalhar pra lá com um patrão. Ele era explorador de borracha [látex da seringueira]. Aí depois o patrão dele nos levou pra [cidade de] Tapauá, aí passamos lá 4 anos, nisso chegou um senhor, um atravessador, aí começou a se dar lá com nós, aí chamou ele pra fazer um trabalho, fazer uma caixa de motor de pesca. Aí ele foi pra lá e lá ele achou o dito rapaz que nós encontramos no alto (rio Purus), aí ele disse do terreno no lago Cururu. Aí ele [meu marido] disse: Eu vou (C. M. A., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2004).

Os meus pais é filho de dentro do [rio] Purus. Foi o tempo que foram morrendo os meus avós [seringueiros], aí eles não tinha local certo pra gente morar, nós não tinha um terreno, nós não tinha como ganhar ou trabalhar como nós trabalhemos aqui. Primeiro conseguimos entrar pra dentro do rio Manacapuru. É um lugar meio difícil, um lugar bastante doentio, aí seu Pedro Vieira convidou o papai pra vim pra cá apanhar um açaí (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Eu vim pra cá com a minha família naquela alagação grande que deu quatro anos de alagação, uma em cima da outra. Eu morava lá no Cambaliana [rio Solimões], lá no terreno de um compadre meu. Aí eu vim pra cá, chegamos aqui eu mais meu filho. Eu vim pra cá atrás de terreno mesmo, nós chegamos aqui no extremo, aqui na cabeceira de dentro, só era água aqui, fumo achar uma terrinha lá muito dentro, aí foi secando, eu cheguei aqui e encontrei uma castanheira, aí nós fizemos o tapirí e a família ficou no Cambaliana, aí nós ficamos lá trabalhando, trabalhando, aí fizemos o tapirí, aí fumo buscar a família, aí nós viemos morar pra cá pra trabalhar. Eu fiquei desse lado e ele [comentava do primo V. S. F.] daquele, aí eu conversando com seu A. A. S., ribeirinho antigo aqui né, aí nós perguntamos dele o negócio desse terreno. Ele disse, seu M. V. este terreno aí é do Estado, aí o dono é quem chega lá e trabalhar. Nós ficamos trabalhando, aí trabalhando e até hoje trabalhando (M. V., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

É possível perceber nos depoimentos que a origem dos grupos domésticos que ocupam as comunidades nos remete aos varadouros, paranás e lagos dos rios do Juruá, Purus e Solimões. Do mesmo modo que o contexto histórico de ocupação está relacionado com a migração dos trabalhadores dos seringais do Purus e Juruá, independentemente e/ou promovida por fluxos de exploração econômica no Alto e Médio rio Solimões.

Segundo Lima e Alencar (2000), a presença humana na terra firme era estimulada pelo processo econômico da extração do látex, proporcionado pelas áreas de seringa localizadas nas cabeceiras dos rios Juruá, Solimões e Japurá, quando toda a mão-de-obra local estava envolvida na sua exploração.

Como afirma Lima & Alencar (2000), a expansão do comércio rural teve como marco inicial a década de 20, principalmente com o declínio da borracha. O deslocamento dos trabalhadores dos seringais para a margem dos rios principais ou para os lagos está relacionado também ao crescimento da demanda por produtos como extração de madeira para lenha, pesca de tartaruga, peixe-boi, pirarucu e outros animais cujas peles tinham valor de mercado, mas sobretudo, na manutenção do sistema de aviamento⁵, orientado por novos produtos extrativos.

A disponibilidade de “terras livres” é um dos pontos de referências que aparece nos depoimentos como marco temporal do processo inicial de ocupação. Desse modo, pode-se interpretar os cortes estruturais sobre o tempo que os moradores estabelecem para se posicionarem sobre o processo de ocupação do lago através da venda da castanha, das invasões das geleiras, do declínio da malva e da escassez dos recursos da ictiofauna.

A extração de produtos florestais é um ponto de referência. A castanha-do-brasil teve destaque na venda nas primeiras décadas de ocupação, conforme o depoimento:

Era assim que a gente vendia, mas tudo era carregado de remo e a batelão. A gente enchia a canoa com castanha, tinha muita castanha. A gente enchia o batelão e remava daqui pro Manaquiri, carrega na canoa remando de remo, não tinha motor. A gente tinha um comérciozinho aqui, aí o pessoal trazia a castanha e nós comprava (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Os moradores expressam que a pesca desempenhou uma função essencial para a maioria dos grupos domésticos.

Meu pai era pescador. Ele veio pra pescar. Ele costumava pescar muito pra comercializar. Ele pesca mais era pra vender. Naquele tempo não era só ele não, era vários (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Naquela estação tinha muito peixe, pirarucu, aliás tinha demais. Antigamente era assim como eu tava lhe falando, eles pescavam de faixe, nessa estação nós não tínhamos nada, então tínhamos que nos valer da pesca, eu com ele. Eu era piloto dele. Com ele pescava pra gente comprar o mantimento, aí ele pescava (C. M. A., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2004).

⁵ Num esboço simples, dá-se aviamento quando A fornece a B uma quantidade Q de mercadorias (bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho), ficando B de resgatar a dívida com produtos agrícolas ou extrativos da próxima safra, em espécie; havendo saldo credor, B recebe dinheiro; se o saldo é devedor, B fica debitado até a safra subsequente. A chama-se aviador, B chama-se aviado [...] Mas B, uma vez aviado, pode tornar-se aviador também, se ele refinancia a um terceiro, digamos C. Por seu turno, C refinanciará eventualmente a D, etc. O único aviado que não pode ser aviador é o produtor, isto é, o lavrador ou o extrator que trabalha a terra ou colhe os produtos da floresta (SANTOS, 1980).

Na narrativa acima, o peixe aparece como principal produto vendido no lago Cururu, como bem afirma dona F. V. S.: *“a gente vendia peixe pro taberneiros. Colocava o peixe pra vender, pra [poder] comprar o açúcar, o café”*. Para Lima & Alencar (2000), a consolidação da expansão do comércio rural promoveu uma movimentação no comércio da região, nas décadas de 40 e 50, induzindo o abastecimento crescente de peixe e madeira demandado pelo mercado.

O lago Cururu abastecia as pequenas vilas e cidades, principalmente com pirarucu, como indica o depoimento a seguir:

Quando eu cheguei aqui a comunidade não gostava muito de trabalhar. Ela vivia mais de pescaria, mas não era não pescaria exploratória, era de arpão. Esses pessoal mais antigo, eles pescavam pirarucu, secava e assim vendia. Agora nós nunca pescou pirarucu, nós fazia era comprar muito peixe. Uma, duas tonelada de peixe na semana a gente levava daqui pro Manaquirí, levava pra Manacapuru, levava pra Manaus pra vender (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

É possível perceber a referência ao sistema de aviação, configurado nas relações de dependência com o patrão, em relação à precariedade econômica, onde recebia os adiantamentos em mercadorias e quinquilharias, repassando o produto do trabalho para ser vendido nas vilas e cidades como Manaus, Manacapuru e Manaquiri:

Bem, naquela estação, não pra nós, mas pra todos, como o seu Aluizio sempre falava, naquela estação o que mais rendia lucro pras pessoas aqui era o peixe, o peixe. O seu A. A. S. [comunidade São Francisco do Cururu] era um cara bem de vida, todo mundo pescava e o seu A. A. S. era o patrão forte, aquele flutuante dele, aquele flutuante que você vê, que tá só o bagaço ali, aquele flutuante vivia era com a bóia no fundo de mercadoria, porque todo mundo pescava e ele comprava o peixe pra vender. Ele comprava o peixe a troco de mercadoria, então pro pessoal era o lucro (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A inovação tecnológica constatada a partir da década de 60, com o surgimento de barcos motorizados, o melhoramento da tecnologia de transporte e armazenamento do pescado, especialmente a introdução da malhadeira sintética e o aumento da demanda urbana e de exportação do pescado amazônico, desencadeou forte pressão sobre os estoques pesqueiros, fatores que comprometeram e comprometem a produção local.

Os geladores e os pescadores comerciais deixaram mais escasso o lago Cururu, quando comparado com o passado recente de fartura. É perceptível como a escassez do peixe compromete o modo de vida:

Bem aqui, era bastante farto, era um lugar que muito farto, sabe que é fartura, fartura, fartura de tambaqui, naquele tempo se falava em tambaqui, não se falava em ruelo desse tamaninho, desse tamanho hoje, que você pega. Tambaqui de dezenove, de vinte quilos, cansei de ver o papai arpuar um tambaqui de dezenove quilo, tirar na malhadeira, arpuar de arpão, ninguém não se usava flecha, o que você ia fazer como uma flecha pra arpuar um tambaqui, todo tempo era na arte. Capivara, aqui nesse lago aqui, depois que nós viemos morar aqui, aqui, aqui adonde nós tamos morando, aqui adonde está a casa. Capivara gritava aí ô, aí adonde está esse aí desse curral aí, muito farto. Pirarucu aqui dentro desse lago, ficava boiando como bodó tem hoje pirarucu? Pode perguntar desse seu Aluízio, que esse seu Aluízio ele conhece e sabe muito bem, um lugar muito farto, muito farto mermo, aí quando começou a arrebentar esta paz que tinha aqui, começou a arrebentar, começou a sair, aí de certos tempos, começou a entrar gelador, pescador, daí de fora, vinham numa noite faziam a carga dum barco, numa noite, que chagavam de tarde, quando eram de manhã já podiam sair que já tava completada a carga, e assim iam, e assim iam, e assim iam, e de certos tempo aí foi, foi fracassando, o peixe, e foi espantando os bicho, foi fracassando pra hoje nós tamos nessa situação, já preservando pra vê se não acaba (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Recentemente, comerciantes adentraram no lago Cururu ávidos pelos frutos de açaí. A valorização do açaí, conforme indicam os próximos depoimentos, está relacionada à demanda recente do mercado:

Não, naquele tempo que eu cheguei aqui o açaí não tinha valor não, só pra beber. Naquele tempo não tinha comprador de açaí, não tinha quem comprasse açaí, açaí ficava tudo, ficava aí na mata, pegava só pra beber, agora de certos tempos pra cá, o pessoal botaram pra começar a compra açaí aqui dentro. Quando nós chegemos aqui, açaí tinha muito e açaí naqueles tempos não tinha valor, agora tá com um valor bom (M. V., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A caça e o peixe são símbolos de fartura do passado, reconstruídos na mente dos moradores e consolidados como pontos de referências das narrativas. Essas referências expressam uma história comum e distinta dos grupos domésticos, salvaguardada nos braços do lago Cururu como espaços de experiências sociais.

É interessante notar que os moradores reconstroem o processo de ocupação humana no lago Cururu, vinculado às formas de apropriação dos recursos naturais. São narrativas que não separam o homem da natureza dos seus meios de existência.

CAPÍTULO II

EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO LAGO CURURU

A economia das comunidades da várzea é um tema central nesta seção. Tais estratégias adquirem um novo significado quando os moradores combinam a exploração múltipla dos recursos naturais. A estratégia no uso de diferentes recursos naturais assegura as condições e os meios necessários para a sua exploração. Sendo assim, o objetivo do presente capítulo é descrever as formas múltiplas de apropriação dos recursos naturais nos locais escolhidos para esta pesquisa, no intuito de caracterizar e tipificar as atividades produtivas dos moradores.

Ao descrever este capítulo sobre as formas de apropriação dos recursos naturais, utilizamos, como termos de análise, os trabalhos como os de Garcia Junior (1983) e Witkoski (2007). A leitura de Garcia Junior (1983) remeteu ao conceito de *Terra de trabalho*, evidenciando-se como aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do grupo doméstico. A incorporação do estudo de Witkoski (2007) justifica-se pelo uso dos conceitos *Floresta de trabalho* e *Água de trabalho*.

A *Floresta de trabalho*, tal como a *Terra de trabalho* e a *Água de trabalho*, é importante para a reprodução social dos moradores. Compreendemos estes ambientes como a base para o desenvolvimento das atividades de subsistência⁶ dos grupos domésticos. Isso demonstra que esses ambientes possibilitam as diferentes formas de organização e reprodução social.

A *Floresta de trabalho* está associada, de modo intrínseco, à *Terra de trabalho* e à *Água de trabalho*, ou vice-versa. Como vimos no Capítulo I, História Socioambiental do Lago Cururu, o calendário produtivo tem uma dinâmica social que estabelece relações entre os ambientes, que ocorre comumente do final de janeiro a março; de modo combinado, os moradores utilizam a *floresta* para a extração do açaí e da palha, além da captura de

⁶ Subsistência – “aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família. Subsistência não é, portanto, um dado, um mínimo abaixo do que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução, são socialmente aceitáveis” (GARCIA JUNIO, 1983, p. 16).

mamíferos, visando ao consumo. A produção agrícola entra no universo da vida pela colheita da mandioca e da macaxeira. A pesca, como será observado, os pescadores captura uma diversidade de espécies segundo a variação sazonal. Conciliar o interesse nos três ambientes, simultaneamente, concilia as estratégias de organização social, produtiva e política.

Constatamos os moradores se direcionam para uma economia múltipla, assentada em várias atividades produtivas como: agricultura e extrativismo vegetal e animal (FURTADO, 1993). O seu modo vida⁷ corresponde à ação coletiva, que pode ser definido como o conjunto de práticas cotidianas pelas quais os grupos sociais que os praticam asseguram a sua reprodução social.

Nas comunidades estudadas, os moradores se integram em um esquema de vida mais complexa, nos quais os grupos asseguram a continuidade das atividades por meio de regras coletivas de apropriação dos recursos naturais e da exploração dos mesmos, evitando excessos que poderiam comprometer a capacidade produtiva.

⁷ A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado (MARX & ENGELS, 2002, p. 11).

2.1 FLORESTA DE TRABALHO

Os moradores do lago Cururu trabalham em três florestas distintas, as florestas de várzea, a de igapó e a de firme (WITKOSKI, 2007), onde criam as condições sociais para as práticas do extrativismo vegetal e animal, que resultam numa lista de produtos bastante extensa, como será visto nas subseções a respeito do extrativismo.

Os moradores têm uma percepção intelectual para extrair os produtos das *florestas*, pois nelas podem encontrar os recursos naturais para alimentação, construção, tecnologia, isca para pesca, lenha e farmacopéia. Os produtos extraídos das *florestas* também são importantes para venda.

Há uma diferença no termo dado aos produtos extraídos das *florestas*, cujas características atendam aos interesses do consumo ou da comercialização. Para Emperaire (2000, p. 208), o extrativismo refere-se “aos produtos de origem não cultivada e se diferencia da coleta, pelo fato de seus produtos serem destinados a uma economia de mercado, local ou internacional, e não ao uso doméstico”. Com relação a este estudo, utilizamos o termo extrativismo com outro significado, isto é, refere-se a:

Um conjunto de atividades de extração sobre esses ecossistemas [Floresta de trabalho, Terra de trabalho e Água de trabalho], quer se relacione com produtos de origem vegetal [madeira, lenha, plantas medicinais, frutos etc.], quer se trate de produtos de procedência animal [pesca e caça]. O extrativismo, tanto num caso como noutro, sempre se refere a produtos ofertados pela natureza – quer dizer, produtos que não são cultivados ou criados (WITKOSKI, 2007, p. 226-227).

Sendo assim, tomo como referência o estudo de Witkoski (2007) para deixar claro a escolha pelo termo extrativismo, que se refere aos produtos ofertados pela natureza, aqueles que não são cultivados ou criados.

2.1.1 Extrativismo vegetal

No lago Cururu, a relação dos produtos extraídos das *florestas* é bastante extensa, incluindo-se alimentos de origem vegetal e animal como: madeira, palha, frutos silvícolas, óleos essenciais, remédios, drogas alucinógenas, estimulantes, substâncias aromáticas, gomas elásticas e fibras.

Com relação à forma de uso dos produtos florestais, quando se considera o universo da pesquisa, encontrei 98 registros, classificados segundo suas finalidades: construção, frutos, tecnologia, remédio medicinal, isca para peixe e lenha (**Gráfico 03**).

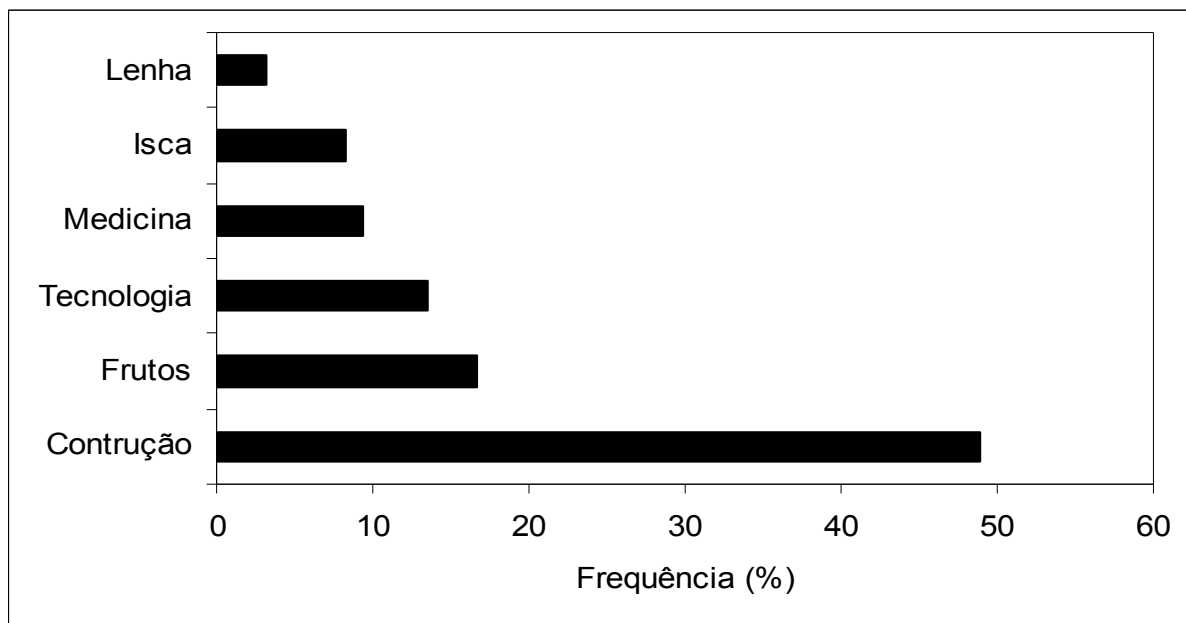


Gráfico 03 – Formas de uso das espécies florestais em todas as estações do ano.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

A maioria dos recursos naturais oriundos das florestas é para fins madeireiros. Com relação às formas de uso, observa-se que 49,0% dos recursos florestais são destinados para a construção de casas. Empregam-se também em cercas, galinheiros, marombas, pontes e distintas benfeitorias existentes na propriedade.

A madeira é um produto de primeira necessidade, por isso, buscou-se verificar as espécies florestais mais citadas. Assim, constatou-se a predominância do açaizeiro (*Euterpe precatória*) (13,0%), do louro (*Citrus sp.*) (12,0%), seguido da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) (10,0%), jacareúba (*Calophyllum sp.*) e maçaranduba (*Manilkara amazonica*) com 6,0%.

Há uma grande diversidade de espécies florestais como andiroba (*Carapa Guianensis*), bacuri (*Rheedia brasiliensis*), palha (*Athalea sp.*), sucubá (*Himatanthus sucubus*), capitari (*Couralia taxophora*), atacatirana, cupiúba (*Goupia glabra*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), paracuúba (*Trichilia lecointei*), seringa (*Hevea brasiliense*), bacaba (*Oenocarpus minori*), jauari (*Astrocaryum jauari*), macacaúba (*Platymiscium trinitatis*) e marupá (*Simaruba amara*) estão abaixo de 5,0%.

As madeiras extraídas das florestas se destinam aos mais diferentes fins. E algumas árvores possuem destinos específicos; outras são mais flexíveis nas suas formas de utilização. Geralmente, os moradores extraem madeira para a construção de casas. A construção é feita

com pernamanca, tábua e caibro, sendo coberta com telhas de alumínio. A cozinha é construída a parte, atrás ou ao lado da casa, coberta com palhas. Vale ressaltar ainda o uso da palha para cobertura de casas.

A extração da madeira acontece mais na floresta de várzea. Além da madeira para construção de casas, há também uma variada forma de utilização dos produtos florestais, como aqueles destinados à fabricação dos artefatos de pesca – remos, hastes (para azagaia e/ou arpão), arcos para uso com flechas e canoa – e confecção dos cabos dos instrumentos de trabalho agrícola, que são fabricados a partir de uma grande diversidade de árvores.

A grande importância do extrativismo de produtos silvícolas para a alimentação. Na época de açaí (*Euterpe precatória*), a castanha (*Bertholletia excelsa*), o ingá-açu (*Inga cinnamoea*), o uixi (*Endopleura uchi*), a pupunha (*Bactris gasipaes*), o piquiá (*Cariocar villosum*) e o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), estes são trazidos em grandes quantidades e logo consumidos. Os moradores informaram que a extração dos frutos silvícolas é realizada tanto por homens e mulheres, quanto por crianças, e não costumam vender os frutos, com exceção do açaí (*Euterpe precatória*).

Os moradores não plantam árvores frutíferas nos quintais das casas. De modo geral, as casas estão localizadas nas várzeas baixas, que inundam anualmente, destruindo as plantações. Na primeira excursão realizada na área de pesquisa, constatei a ausência de árvores frutíferas.

Os óleos essenciais, as drogas alucinógenas, os estimulantes e as substâncias aromáticas são colhidos diretamente das *florestas* pelas mulheres. Elas utilizam as plantas medicinais para o tratamento de enfermidades.

Os produtos de origem vegetal são empregados na pesca, principalmente as sementes que são utilizadas como iscas. As sementes mais utilizadas, em ordem crescente, são: jauari, bacuri (*Rheedia brasiliensis*), seringa (*Hevea brasiliense*), capitari e catoré.

Neste contexto, um entrevistado mencionou a utilização das sementes de jauari para capturar tambaqui: “*olha, eu pesco com o jauari. Tem uma época que a gente pega o peixe com isso. O peixe fica no meio do igapó, porque é lá que tem essas frutas. Quem sempre pega o jauari pra eu pescar é o meu genro*”.

Witkoski (2007) corrobora esta afirmação através da descrição da pescaria de espinhel, “usando anzóis maiores [...] tem que, por costume, iscá-los com frutos oriundos das árvores da floresta de várzea (abiurana, araquá, seringa, cocoró etc.), com finalidade exclusiva de apanhar geralmente na enchente, o cobiçado tambaqui” (p. 287).

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FORMAS DE USO
Açaí	<i>Euterpe precatoria</i>	Alimentação e tábuas para construção
Andiroba	<i>Carapa Guianensis</i>	Óleo, tábuas e caibro para construção
Acariquara	<i>Geissospermum</i> sp.	Esteio para construção
Babaçu	<i>Orbignya phalerata</i>	Cobertura de casa e óleo
Bacuri	<i>Rheedia brasiliensis</i>	Canoa, isca para peixe e tábuas para construção
Capitari	<i>Clitoria amazonica</i>	Isca para peixe e remédio medicinal
Castanha-do-Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i>	Alimentação, canoa e tábuas para construção
Catoré	<i>Crataeva benthamii</i>	Isca para peixe
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	Tábuas para construção
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i>	Tábuas para construção
Cupiúba	<i>Goupia glabra</i>	Alimentação e lenha
Fava	<i>Parkia nitida</i>	Tábuas para construção
Ingá-açu	<i>Inga cinnamomea</i>	Alimentação
Itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i>	Canoa, remo e tábuas para construção
Jacaréuba	<i>Calophyllum</i> sp.	Isca para peixe e tábuas para construção
Jauari	<i>Astrocaryum jauari</i>	Isca para peixe
Louro	<i>Aniba</i> sp.	Canoa, tábuas e caibro para construção
Macacaúba	<i>Platymiscium duckei</i>	Tábuas para construção
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	Isca para peixe, tábuas e esteio para construção
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	Canoa e tábuas para construção
Palha	<i>Athalea</i> sp.	Cobertura de casa
Seringa	<i>Hevea brasiliense</i>	Bóia e remédio medicinal
Sucuúba	<i>Himatanthus sucuuba</i>	Canoa, remo, remédio medicinal e tábuas para construção
Tauari	<i>Couratari</i> sp.	Isca para peixe e lenha
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Alimentação

Quadro 03 – Espécies florestais citadas de acordo com as formas de uso.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

O **quadro 04** mostrou que o açaí é o principal produto florestal. Os locais onde os moradores vão extrair os frutos, de modo geral, estão localizados nas *florestas*, situada nos ambientes de várzea, terra firme e várzea alta. Por exemplo, ao longo do igarapé do Cutia, os moradores extraem grande quantidade de açaí, que são consumidos e vendidos para os agentes da comercialização.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	COMUNIDADE		
		DES	SFC	SJC
Açaí	<i>Euterpe precatória</i>	16	24	24
Louro	<i>Aniba sp.</i>	15	-	9
Jacareúba	<i>Calophyllum sp.</i>	3	11	9
Palha	<i>Athalea sp</i>	3	19	-
Castanha-do-Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i>	8	4	-
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	4	11	5
Bacuri	<i>Rheedia brasiliensis</i>	4	4	5
Sucuúba	<i>Himatanthus sucuuba</i>	4	4	5
Andiroba	<i>Carapa Guianensis</i>	5	-	5
Cupiúba	<i>Goupia glabra</i>	1	-	9
Bacaba	<i>Oenocarpus minori</i>	-	-	9
Capitari	<i>Clitoria amazonica</i>	3	-	5
Babaçu	<i>Orbignya phalerata</i>	-	7	-
Jauari	<i>Astrocaryum jauari</i>	1	-	5
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	2	4	-
Faveira e ingá-açu	Várias espécies	-	4	-
Atacatirana, itaúba, seringueira, taquari, macacaúba e tucumã	Várias espécies	3	-	-

Quadro 04 – Espécies florestais mais citadas por comunidade de acordo com sua importância.

LEGENDA: DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

2.1.1.1 Açaí

Podemos observar no **quadro 04**, a importância do açaí na área pesquisada. Destaca-se o açaí-do-mato (*Euterpe precatoria*), uma palmeira monocaule, encontrada nos baixios e na várzea da Amazônia Central. Do açaizeiro, são extraídos os frutos que geram produtos como vinho-de-açaí, ou simplesmente açaí, que possui importância na comercialização regional e serve como complemento da dieta alimentar.

O açaí é, dentre os produtos florestais, o mais importante, tanto em relação à quantidade de moradores que declararam extraí-lo (74,0%), quanto em relação à importância da atividade na economia.

Observa-se com relação à porcentagem dos moradores envolvidos na extração do açaí, que 84,0% dos seus extratores moram na comunidade Divino Espírito Santo e 78,0% são da São João dos Cordeiros. O menor percentual (57,0%) foi observado na São Francisco Cururu (**Gráfico 04**).

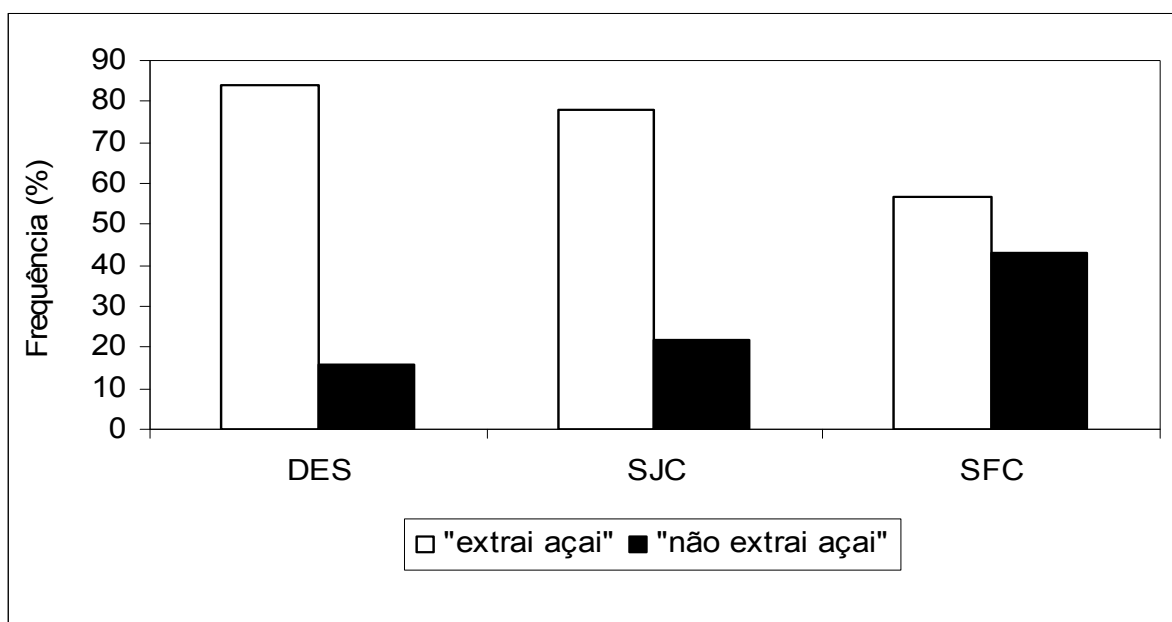


Gráfico 04 – Extrativismo do açaí na área de estudo.

LEGENDA: DES = Divino Espírito Santo, SJC = São João dos Cordeiros e SFC = São Francisco do Cururu.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

No calendário de extração do açaí, de fevereiro a julho, este fruto é o componente mais importante de toda a economia do lago Cururu, coincidindo com o período de expansão dos ambientes aquáticos. A intensificação da produção ocorre entre maio e junho, sendo estes meses identificados como o pico da safra. Em meados de agosto, é possível encontrar poucos

cachos, inviáveis economicamente em virtude da baixa produção e do aumento do tempo de trabalho para sua extração.

Para alcançar os locais de extração do açaí, no igapó, o único meio de transporte possível é a canoa, que percorre o ambiente desviando dos galhos e troncos das árvores, mas, em certos trechos, a canoa é retida. Neste caso, os moradores costumam arrastá-la, sempre procurando os locais mais profundos do igapó.

No que tange aos instrumentos para extração do açaí, primeiramente, afia-se o terçado para torná-lo mais cortante. Depois, selecionam-se as sacas para armazenar os frutos. Retira-se a água da canoa, acomoda-se o estrado acima da curvatura do porão. Por fim, estende-se a lona em cima do estrado para acomodar as sacas e os instrumentos de trabalho.

No que toca à extração do açaí, os moradores utilizam um terçado para remoção da vegetação concentrada ao redor do açaizeiro. Como observa Anderson & Loris (2001), esta operação é realizada com o uso do terçado que elimina ou reduz as espécies indesejáveis, além de favorecer espécies desejáveis de forma direta.

Castro (2000) observa a importância do trabalho do extrator na remoção da vegetação concentrada ao redor do açaizeiro, uma vez que realiza uma espécie de manejo florestal sutil:

Se os açaizais são naturais na origem de sua formação, eles são mantidos por um manejo, mesmo involuntário, da vegetação. Na estação da coleta [extração] os apanhadores eliminam as árvores concorrentes do açaí, quer porque constituem um obstáculo à coleta [extração], quer porque impedem a observação da maturidade dos frutos. Dessa maneira as florestas secundárias da várzea vão se tornando pouco a pouco um açaizal, ou seja, uma vegetação onde a espécie *Euterpe precatoria* predomina em número de indivíduos em uma área basal (p. 135).

Antes de subir no açaizeiro, o extrator observa o tronco da palmeira para certificar-se de que não está brocado, insetos se alimentam do tronco, depois avalia a capacidade do estipe em tolerar seu peso, uma vez que a inclinação do estipe evidencia que não pode prosseguir na subida. A decisão de escalar ou não a palmeira se dá em razão da experiência mal sucedida de moradores que caíram do açaizeiro, como relata o senhor E. S. F, 32 anos, morador da São João dos Cordeiros: *“tem gente que se confia em apanhar açaí. Eles são conhecidos como os caras que tiram qualquer cacho [de açaí], aí dois deles morreram lá no Bração [comunidade Divino Espírito Santo], quebrou a açaizeiro com eles”*.

A visualização da maturidade dos frutos do açaí é feita do solo e/ou quando o extrator sobe no açaizeiro. Quando ascende no estipe, observa os frutos do açaí das palmeiras

ao seu alcance, seleciona inclusive o percurso que tomará quando retornar ao solo. Esta visualização de cima consiste em determinar com maior precisão os frutos maduros, quando comparado com a visualização do solo, reduzida pela densidade da floresta.

A maneira empregada para extrair o açaí é escalando o estipe. O processo de escalada é mostrado esquematicamente na **figura 23**. Ao escalar, o extrator prende o terçado na boca ou no cinto e, em uma peconha envolvendo os pés, agarra-se no estipe, eleva-se até os frutos do açaí, estabiliza-se no estipe para fazer cortes parciais no cacho, mas se existirem outros cachos maduros na mesma touceira, o extrator os alcança e os retira também. Se necessário, passa para outros estipes sem precisar descer, o que garante maior produtividade. O extrator desce do açaizeiro escorregando pelo estipe e trazendo na mão os cachos. O escorregamento é feito com ajuda da peconha.

A proteção, no momento do escorregamento, é feita através de roupas de tecidos grossos, que servem de proteção contra insetos, espinhos, galhos, farpas ou queimaduras, provocadas quando escorrega pelo estipe, principalmente nos horários em que estão aquecidos com a insolação.

A extração do açaí responde à experiência acumulada no entendimento formulado na relação com a floresta, principalmente na escolha dos horários para exploração em razão da influência do sol. Segundo os extratores, o melhor horário para exploração do açaí é às 7 horas, quando os estipes das palmáceas estão sem umidade do orvalho. A extração é feita no período da manhã, em razão dos estipes não estarem aquecidos com a insolação, o que facilita o deslizamento com os cachos até o solo, diferentemente do período das 11 horas em diante, quando a radiação solar esquentava os estipes, dificultando a subida.

Depois de cortados os cachos e trazidos até o solo, evita-se o toque no chão, para reduzir a perda dos frutos que se desprendem. Os cachos são depositados em cima da lona para reduzir a contaminação. A seguir, inicia-se o processo de debulha dos caroços.

A debulha dos caroços do açaí consiste na retirada dos frutos do cacho, trabalho realizado pelo mesmo homem que extraiu os frutos. O extrator envolve os ramos com os dedos e força os frutos para baixo para que caíam na lona, sendo, posteriormente, conservados em sacas com média de 75 litros, onde serão transportados do açailal.

A gente primeiro olha bem os açazeiros, mas a gente já sabe onde tem, a gente estende a lona no chão, bem no meio dos açazeiros pra facilitar que a gente não ande muito, depois é só ir atrás dos cachos. Tá vindo aqui [neste açazal], tem bastante açazeiro com cachos, mas são cachos pequenos, tu pode vê que estamos bem no meio. Então, a gente apanha [os cachos do açai], depois leva pra cima da lona, a gente debulha todinho pra encher na saca, aí a gente sabe quanto falta apanhar (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Dados obtidos com os extratores e levantamento de dados durante a pesquisa demonstraram que os açazeiros têm uma média de 20 metros de altura. O tempo de subida estimado varia de 80 a 90 segundos, enquanto a descida é mais rápida, em torno de 20 segundos.

Castro (2000) considera que é extremamente variável o peso dos frutos do açai no cacho, dependendo de fatores como maturidade avançada do cacho que faz cair muitos frutos, ou por perdas causadas pelo vento, tempestades, ou no ato da extração.

Corroborando a afirmação de Castro (2000), verificou-se na área estudada que os cachos com frutos do açai podem variar de 5 a 25 quilos, sendo necessárias 3 ou 4 subidas no açazeiro para encher uma saca com 75 litros de caroços.

Um acompanhamento de coletores realizado em maio de 1991, no pico da produção, permitiu observar que 21 subidas foram necessárias para extrair 37 infrutescências que forneceram cinco sacas de 50 quilos de frutos. Um segundo acompanhamento em julho, no final da safra, mostrou que foram necessárias 18 subidas para coletar [extrair] 26 infrutescências e obter duas sacas de 50 quilos. Segundo esses dados, uma infrutescência dá entre 6,7 quilos (máximo da safra) e 3,8 quilos (fim da safra) de frutos comercializáveis. Uma saca de 50 quilos é preenchida em respectivamente 6,8 e 9 subidas (CASTRO, 2000, p. 133).

A atividade de extração do açai ocorre, em média, 3 vezes por semana, possibilitando, em cada jornada de trabalho de 4 horas, uma produção média de 10 sacas. Há um intervalo de um dia de descanso na extração do açai, quando são desenvolvidas as atividades de pesca e caça.

Cada apanha por semana [,] eu apanho 10 saca por dia. Cada embarque [de açai] que a gente vende pro atravessador [ou marreteiro] é assim. Apanho [açai] 3 dias por semana. A gente apanhava segunda e entregava na terça, aí apanhava quarta e entregava quinta, aí apanhava quinta e entregava sexta pra ele levar no sábado. Então, dava uma faixa de 25 sacas por semana, as vez dava 30 saca por semana (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

O consumo do vinho-de-açai é bastante apreciado, mas a necessidade de sua venda ameaça o seu consumo, principalmente quando é preciso complementar a renda, como afirma F. V. C.: *“a gente completou mais um saco [com o açai destinado para o consumo], agora a*

gente vai fazer o vinho com esse pouquinho, em compensação a gente ganha dinheiro com mais um saco”.

As práticas desenvolvidas das *florestas* contêm e combinam representações sociais sobre o espaço da natureza. Capins cortantes e galhos com espinhos, além de insetos como formigas, cabas e mosquitos, são perigos constantes nas *florestas*. Por exemplo, os mosquitos dificultam a extração do açaí, sendo insuportável em alguns açaizais, principalmente o carapanã, funcionando como barreiras para as mulheres e crianças. Para E. S. F., o único meio para afastá-los são as sucessivas pancadas com as mãos, caso contrário não consegue trabalhar, como observa no depoimento: *“se a gente ligar pra eles [carapanã] a gente não trabalha”*. Desse modo, a extração do açaí é tida como uma atividade masculina, além da maior parte dos cachos estarem em palmeiras altas e escalá-las requer grande esforço físico.

Nas representações sociais dos extratores, as *florestas* são espaços da natureza onde as onças são encontradas com significativa frequência. Era comum encontrar moradores comentando que felinos atacaram o gado no curral. Conforme podemos observar no depoimento de C. P. D., morador da Costa do Canabuoca: *“esse bando de onça que tem aqui está atacando o boi de todo mundo [grupo doméstico] aqui. Só esse ano, já matou 18, mas mata também os porcos. A gente já saiu pra caçar elas, mas não encontrou”*.

O depoimento de V. S. F. também menciona que as onças atacam constantemente a criação de animais como gado, porco e carneiro, mas não altera a rotina do trabalho na extração do açaí: *“a onça tem medo da gente, ela não pega a gente [ribeirinho], somente os bichos [gado, porco e carneiro]”*.



Figura 19 – Arquitetura das residências.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 20 – Palha utilizada na cobertura das residências.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 21 – morador sentado na proa da canoa percorrendo o igapó.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 22 – Morador amolando o terçado para torná-lo mais cortante.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

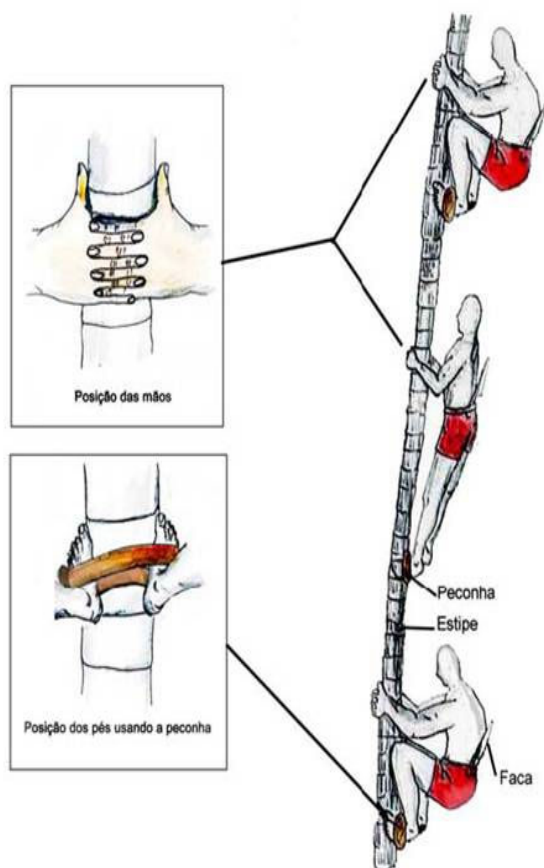


Figura 23 – Adaptado de Canto (2001) sobre os detalhes das posições de subida no açazeiro.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 24 – Extrator debulhando os caroços do açai.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

2.1.2 Extrativismo animal

2.1.2.1 Caça

A caça consiste numa atividade sazonal relevante como alternativa alimentar e fonte de proteína animal (MORAN, 1994). Além de ser uma atividade destinada à subsistência, serve à sociabilidade masculina nos momentos de confraternização, não orientados pela lógica do trabalho produtivo (NEVES, 2005).

A caça é uma atividade muito importante no lago Cururu, entretanto, não se pode particularizar a sua análise sem deixar de reconhecer que a pesca é a principal fonte de proteína para a maioria das populações amazônicas, sendo muito mais eficiente do que a caça nas áreas de várzea e terra firme (MORÁN, 1990; RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

Foram efetuados 141 registros sobre a atividade da caça. Os animais mais comumente caçados foram os mamíferos (75,0%), as aves (22,0%) e os répteis (3,0%) (**Gráfico 05**).

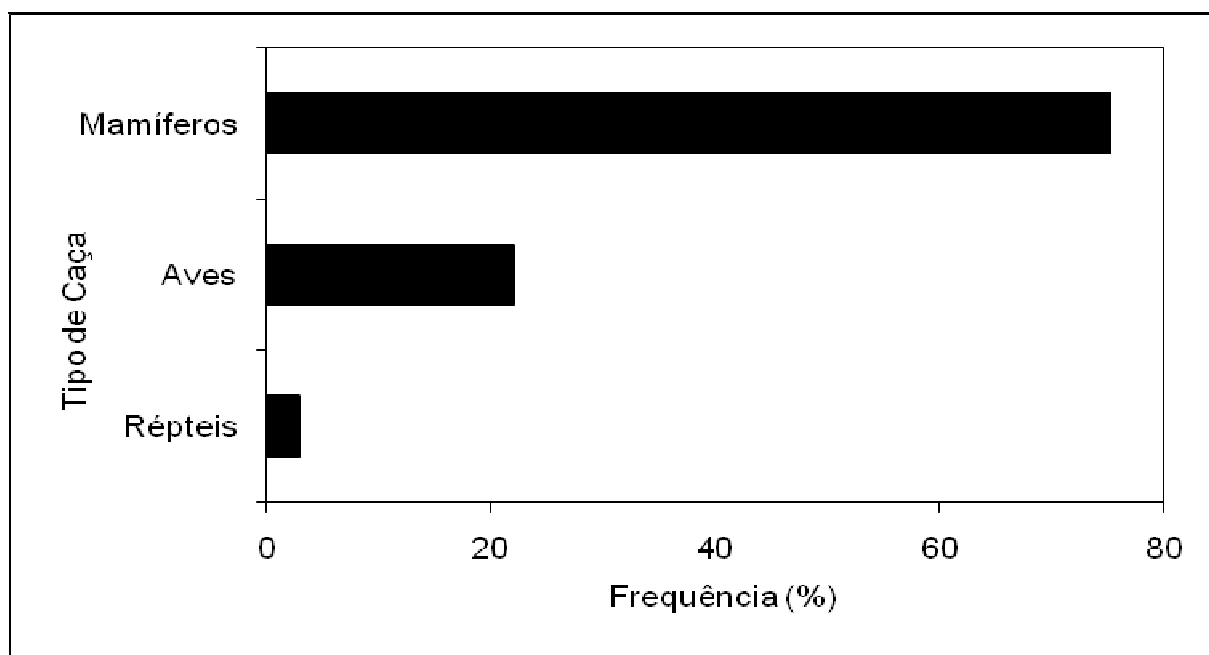


Gráfico 05 – Diversidade da fauna capturada pelos moradores do lago Cururu.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

De acordo com os dados provenientes das entrevistas, observa-se que a maior incidência na captura de mamíferos ocorre pelos caçadores da São João dos Cordeiros (75,0%) e da Divino Espírito Santo (70,0%), seguido pela São Francisco do Cururu (24,0%) (**Gráfico 06**).

Em relação à captura de aves; São Francisco do Cururu é a comunidade que os moradores mais caçam (76,0%). Estes animais representam 26,0% da captura na Divino Espírito Santo e 25,0% na São João dos Cordeiros.

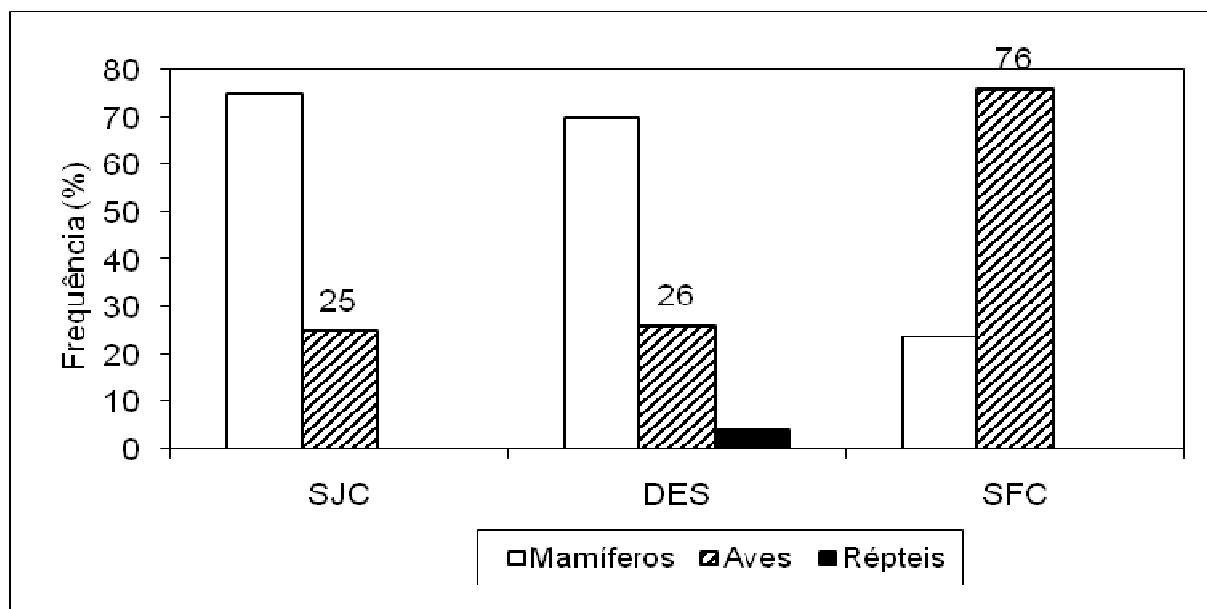


Gráfico 06 – Animais mais capturados pelos moradores nas duas estações do ano.

LEGENDA: SJC = São João dos Cordeiros, DES = Divino Espírito Santo e SFC = São Francisco do Cururu.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

O **gráfico 06** aponta que a captura de mamíferos na São João dos Cordeiros e na Divino Espírito Santo é maior que a captura efetuada pelos moradores da São Francisco do Cururu. Nas duas primeiras, a caça de mamíferos predomina no período de expansão dos ambientes aquáticos, no qual se desenvolvem certas extensões dos ambientes de várzea alta e terra firme. Na São Francisco do Cururu, o ambiente de várzea elimina a presença de mamíferos. A explicação dos caçadores, para o baixo percentual na captura de mamíferos em São Francisco do Cururu, relaciona-se diretamente com a natureza do terreno que influi maior ou menor abundância de carne de caça.

Ao tomarmos novamente o **gráfico 06**, pode-se conjecturar a presença das aves na alimentação dos moradores. Como será visto na seção *Água de trabalho*, pode-se como observamos no **gráfico 07**, que a captura de aves é realizada no ambiente de várzea, via de regra, na estação seca.

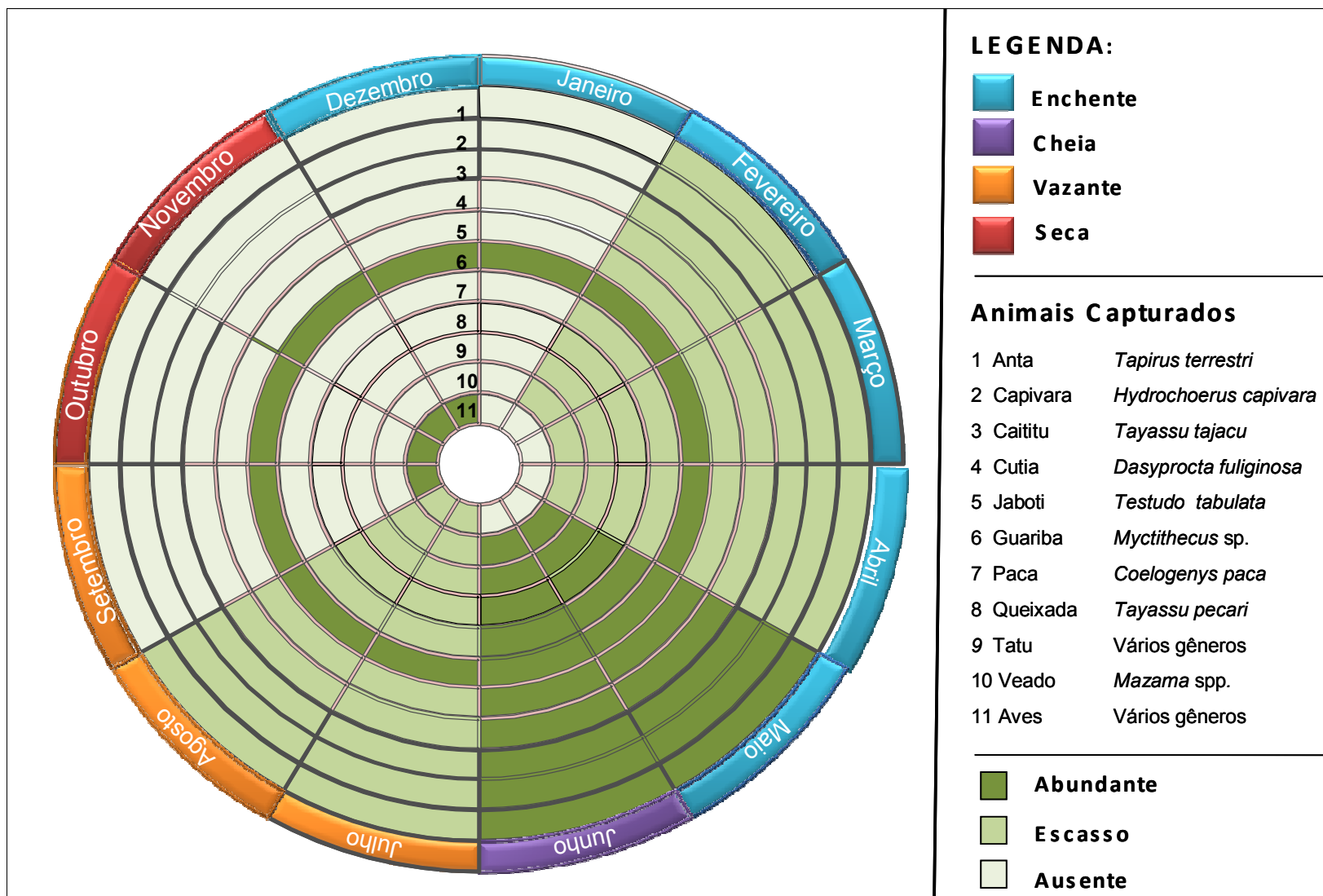


Gráfico 07 – Calendário da distribuição dos animais capturados no lago Cururu.

FONTE: Pesquisa de campo, 2006.

O tipo de caça capturada depende da estação do ano. A caça de mamíferos é praticada na cheia, apesar de estarem bastante ligadas com os ambientes da várzea alta e terra firme (**Figura 25**). De maneira geral, os caçadores citam que a captura de aves ocorre na seca, na *Água de trabalho*, período em que os animais são atraídos pela presença das sementes que germinam na vegetação flutuante do lago Cururu.

No **gráfico 07**, os moradores praticam a atividade de caça nas duas estações principais, cheia e seca, o que é corroborada pela literatura que tem tratado do assunto (WITKOSKI, 2007). Witkoski concluiu que, na cheia, há uma dispersão das espécies ictiofaunística, aumentando o esforço de pesca, capturando-se menos peixe. Em contrapartida, observa-se a concentração na caça. Com a retração das águas na estação seca, a densidade da população de peixe aumenta de maneira rápida, o que facilita a busca de proteína da ictiofauna e caça-se com menor intensidade.

Deve-se ressaltar novamente que os mamíferos são capturados na estação cheia, justamente pelo fato de os animais buscarem preferencialmente a várzea alta ou a terra firme, onde ficam ilhados em pequenas porções de terras, cercados de água por todos os lados:

A gente chega numa terra dessas [pequena porção de terra cercada por água de todos os lados] os bichos estão lá, porque são os únicos lugares com terra. A caça fica de uma terra pra outra, de vez enquanto quando a gente chega nas várzea alta [,] as paca pula na água, agora o tatu é besta, a gente mata de terçado mesmo, agora a paca precisa de cachorro e ver onde ela mergulhou, agora outros bicho só de espingarda (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

As espécies de mamíferos capturadas com maior frequência nas *florestas* são: paca (*Coelogenys paca*), tatu (várias espécies), anta (*Tapirus terrestris*), veado (*Mazama spp.*), macaco (várias espécies), cutia (*Dasyprocta fuliginosa*) e queixada (*Tayassu pecari*) (**Quadro 05**).

DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES		COMUNIDADES		
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	DES	SFC	SJC
Paca	<i>Coelogenys paca</i>	18	20	50
Tatu	Vários gêneros	14	12	25
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	11	-	-
Veado	<i>Mazama spp.</i>	11	6	-
Macaco	Vários gêneros	4	10	-
Cutia	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	7	6	-
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	3	5	-
Capivara	<i>Hydrochoerus capivara</i>	-	5	-
Caititu	<i>Tayassu tajacu</i>	2	2	-
Jaboti	<i>Testudo tabulata</i>	3	-	-
Tamanduá	<i>Mirmecophaga tridactyla</i>	-	2	-
Quati	<i>Nasua nasua</i>	1	-	-

Quadro 05 – Distribuição das espécies de mamíferos capturadas por comunidades na cheia.

LEGENDA: DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Com relação às técnicas de captura nas *florestas*, podem-se fazer as considerações mais consistentes. Os caçadores utilizam estratégias diversificadas para a apropriação dos animais. A captura da caça se dá principalmente pela perseguição da caça com o auxílio de cães (**Figura 26**). Nesta técnica, o caçador, seguindo o cão, persegue o animal através de seus rastros e rugidos até tê-lo acuado completamente, facilitando ao caçador a captura do mesmo. Na perseguição aos animais terrestres, os cães complementam de maneira vantajosa as armas e a habilidade do caçador.

Outra técnica de captura bastante utilizada é a tocaia, onde o caçador prepara o terreno em direção às árvores frutíferas e observa o rastro da caça que se alimentam dos frutos e, então, fica no local escolhido durante a noite esperando o animal chegar até abatê-lo com o uso da espingarda.

São poucos os caçadores que relataram utilizar a técnica de captura por armadilhas, que consiste num dispositivo de disparo fabricado, a partir de canos de ferro ou com a própria espingarda, onde o caçador numa determinada área estende uma corda ou um arame no caminho e quando o animal passa o dispositivo é disparado.

É importante esclarecer que a caçada assume duas importantes formas na percepção dos moradores, seja nas *florestas*, seja na *Água de trabalho*. A primeira, considerada como a mais importante, é o da caça em grupo que compreende a existência de uma cooperação entre os caçadores que agem de maneira conjunta nas emboscadas, onde a distribuição da carne dos animais é feita igualmente entre os mesmos. A segunda forma é a caça individual, em que o caçador distribui parte da carne da caça entre os parentes que têm a obrigação em retribuir o “presente” em algum momento. A relação de doação da caça entre parentes garante ao caçador o suprimento de alimento em alguma ocasião que não tiver sucesso na caçada.

Se a presa do caçador for grande, ele retira a parte de sua família nuclear e de seus parentes, cuja distribuição de carne segue uma linha bem definida como apresento acima. Os moradores interessados (comprar) em conseguir a carne agem discretamente, buscando informação sobre o tipo de animal capturado. Se for um veado, uma anta ou um caititu, às vezes (raramente) o restante da carne é vendida. Presenciei a venda de caça somente na comunidade Divino Espírito Santo. Essa, aliás, é uma comunidade onde os animais maiores aparecem, devido à proximidade da terra firme.

Os caçadores afirmam que a melhor época para caçar é a cheia. E o melhor local para caçar é o ambiente de várzea alta, onde se ouvem variados tipos de ruídos: sons de insetos, peixes, frutos ou galhos de árvores, diferentes dos ruídos emitidos pelos animais. Os ruídos dos animais sempre chamam a atenção dos caçadores. O que faz com que, num rápido movimento, agarrem a espingarda ou terçado. Perguntados a respeito dos ruídos, os caçadores sempre dizem que conseguem associar o ruído com o tipo de animal.

Geralmente, as caçadas desenvolvidas na terra firme são realizadas por grupos de homens. Cada grupo pode conter de três a seis indivíduos, que atuam em cooperação na captura do caititu, animal que vive em grupos de 50 a 100 e atinge peso de até 30 kg, cujas manadas aparece somente neste ambiente (MORAN, 1990). Assim, o desenvolvimento da atividade de caça depende da aparição das manadas de caititus e, nos momentos que não estão caçando, eles extraem alimentos de origem vegetal como: açaí, uixi e piquiá; remédios medicinais, óleos essenciais, drogas alucinógenas, estimulantes e substâncias aromáticas. Somente os homens têm acesso ao ambiente de terra firme para desenvolverem as atividades de caça e extração, em virtude da quantidade de dias, de dois a sete dias, suficientes para alcançarem os seus objetivos.

A mobilização de saberes sobre os animais por parte dos caçadores que vivem em áreas de várzea ou terra firme, engendra a possibilidade de gerar produtos do trabalho (CASTRO, 1997).

Posey (1997) relata que os caçadores conhecem detalhes importantes a respeito do comportamento dos animais, dentre os quais seus urros, os alimentos de que preferencialmente se nutrem, características de excremento e marcas de dentes nas frutas, entre outros (**Figura 27**). O depoimento abaixo evidencia que a observação do caçador sobre o comportamento dos animais lhe assegura capturas regulares (**Figuras 27 e 28**).

Eu sabia que [a paca] estava lá naquela ponta [de terra], já tinha visto o rasto da bicha [paca], aí fui seguindo [o rasto] até chegar na entrada do pau [tronco de uma árvore caída], aí quando eu olhei aquela entrada [do tronco da árvore] fechada com [a] folha [que estava] do lado do [tronco] pau, aí eu sabia que a paca está lá. Como eu não tinha espingarda, não adiantava mexer no buraco, sabe por quê? Naquele dia que o papai encontrou aquela paca no buraco [da árvore], a gente sabia que tinha [uma] paca [lá], [mas] o papai cutucou o buraco, aí a bicha [paca] pulou, mas é tão rápido [o pulo] que não tem como cortar [com o terçado]. Aí eu falei [pra mim mesmo, se] eu mexer [novamente como o papai] ela pula, por isso voltei em casa e peguei a malhadeira, [depois] estendi na saída [do tronco da árvore], quando coloquei a malhadeira no buraco ela [paca] já sabia que seu estava lá, aí ela ficou preparada pra pular, mas quando ela pulou eu já estava pronto [com o terçado] e tchá! Terçado nela, mas quase ela saía da malhadeira (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

A carne da caça é consumida fresca e costuma ser preparada do mesmo modo que os peixes. Dependendo do tamanho do animal, ele pode ser fervido e consumido imediatamente. Se for uma paca ou um tatu, depois da refeição de carne cozida com muita água e transformada em caldos, salga-se o resto para conservá-lo por dois dias. Além disso, pode-se ver que a organização para a atividade da caça depende da falta de carne, ou de parte dela. O que significa que os caçadores não acumulam carne de caça.



Figura 25 – Paca presa na malhadeira, sendo capturada com muita persistência e sabedoria.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 26 – Jovem em direção as porções de várzea alta para caçada.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 27 – Caçador localizando a distância do tatu.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 28 – Mulher preparando a paca.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

2.2 TERRA DE TRABALHO

A *Terra de trabalho* – assim como a *Floresta* e a *Água de trabalho*, conserva as condições de que necessitam para a subsistência. Pode-se perceber, ainda, que a *Terra de trabalho* é conhecida, não apenas como um emaranhado de cobertura vegetal e solo fertilizado, que propicia as condições para que a terra seja fecundada, mas como uma realidade que propicia a reprodução social da vida.

A *Terra de trabalho* é importante para reprodução social dos modos de vida. As práticas da agricultura têm como finalidade a produção agrícola necessária para a subsistência, obtida após um determinado período de transformação da floresta de várzea por meio do trabalho em roças.

2.2.1 Práticas da agricultura

A agricultura possui, para os moradores, uma percepção diferente, a do extrativismo vegetal e animal, ou seja, o agricultor transforma a natureza em roça. A agricultura é a grande atividade, traduzida nas frases dos moradores:

Gosto de apanhar açaí, tudo é mais fácil, trabalho só [período] de manhã. Não só apanho açaí, faço uma rocinha [de mandioca e macaxeira] e pesco. Gosto mesmo é do [trabalho com] açaí [...] Como eu me defino? Sou um agricultor (J. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2006).

Olha só meu filho, eu planto cana-de-açúcar, estou limpando a vazante para plantar roça [de mandioca, macaxeira, milho e feijão], quando vi vocês [chegando] estava pescando, [agora] só não apanho açaí por que não tenho [na minha propriedade] [...] agora eu sou agricultor (E. M. S., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

No lago Cururu, cada família possui a sua roça. Os moradores relataram como plantam suas roças, falando em especial da importância da farinha de mandioca, componente básico da dieta. Esta é consumida misturada em todos os pratos, seja com peixe, carne de caça, vinho-de-açaí, vinho de bacaba (*Oenocarpus minori*) e frutas – abacaxi (*Ananas comosu*), melância e banana. A farinha de mandioca pode ser deixada de molho na água e o resultado é o chibé, consumido por grande parte dos moradores.

Nas roças trabalham, em geral, o pai, a esposa, os filhos mais velhos e os agregados. Algumas famílias utilizam mão-de-obra de terceiros, contratados na própria comunidade. Resultado semelhante encontrado por Fraxe (2000) e Waichman & Nina (2003).

Os agricultores utilizam o sistema de mutirão ou ajuri, que pode ser realizado em qualquer parte do processo produtivo. Esta forma de ajuda mútua permite que o trabalho que demoraria alguns dias, seja terminado em um dia de trabalho coletivo com os parentes. O agricultor que realiza o mutirão fica na obrigação de retribuir o trabalho em algum momento.

Aqui, às vezes quando a gente trabalha pra ajudar o vizinho, é grátis mesmo, não paga nada, mas pra mim é serviço de ajuda. Vai lá, dá uma ajuda, às vezes ali faz uma farinhazinha. A gente só sai daqui pra isso mesmo, quando nós tá no tempo da farinhada e queremos uma ajuda, aí a gente vai, mas é ajuda. [Agora] Considero como meu amigo quem eu ajudo, dou o trabalho pra ele, não precisa de nada (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Constatou-se que os agricultores preferem trabalhar individualmente, ou seja, cada um em sua respectiva roça:

Eu não sou uma pessoa que trabalha em mutirão em comunidade. O agricultor nunca faz um trabalho [onde] que sempre ele lucra [,] pra fazer aquele trabalho que todo tempo ele sai perdendo, como esse meu irmão L. S. F. Ele trabalhava aí, ele começou a trabalhar, aí quando foi indo, aí quando acabou o tal do mutirão, ele perdeu 6 dias de trabalho. Adivinha, até hoje o pessoal num vinheram dá o dia de trabalho pra ele, 6 dias de trabalho, [,] se esses 6 dias de trabalho que ele tivesse trabalhando só ele no roçado, ele tinha feito muito, [,] se é por isso eu não gosto de fazer esses trabalhos, porque todo que entra ele sai perdendo (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Os instrumentos agrícolas utilizados são basicamente o terçado, machado, enxada e forno de metal (**Quadro 06**). Cada agricultor possui seu próprio terçado. Quanto ao machado e à enxada, cada grupo doméstico possui o seu próprio instrumento. Pelo alto valor econômico que possui, nem todos os grupos domésticos possuem o forno de metal. Assim, é comum haver empréstimo para aqueles que não o possuem, o mesmo ocorrendo com o motor à combustão, que gira o caititu para ralar a mandioca. Outros instrumentos como boca-de-lobo, pá e foice quase não são utilizados.

INSTRUMENTOS	ATIVIDADES	CULTIVOS
Machado	Derrubada	Mandioca e macaxeira
Terçado	Broca, coivara, capina e colheita	Mandioca, macaxeira, milho, feijão e malva
Enxada	Capina e plantio	Mandioca, macaxeira, milho, feijão e malva
Forno	Torra (farinha, tapioca e beiju)	Mandioca e macaxeira

Quadro 06 – Instrumentos de trabalho usados pelos moradores no processo de trabalho na roça.

O estudo realizado por Noda *et al.* (2001) demonstraram que os instrumentos utilizados pelos agricultores são manuais e individuais, culturalmente adaptados a cada prática agrícola. Para Woortmann & Woortmann (1997), os instrumentos de trabalho possuem dimensões simbólicas, isto é, elementos definidores de posições sociais:

A brocagem é feita com a foice maior, instrumento do pai. O instrumento foice, pensado genericamente, tanto é utilizado pelo pai como pela mulher e pelas crianças. O que faz a distinção é o tamanho e a qualidade: ao homem é destinada a foice maior, mais nova ou em melhores condições de uso. A mulher e as crianças recebem a foice mais velha, maior e em piores condições de uso, utilizadas em outras etapas do processo produtivo (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, P. 48).

No lago Cururu, os cultivos agrícolas mais plantados em ordem decrescente, são: mandioca (*Manihot esculenta*), malva (*Urena lobata*), banana, macaxeira (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*), feijão, jerimum (*Cucurbita maxima*), melancia (*Citrullus vulgaris*), cará (*Dioscorea trifoliata*), pimenta cheirosa (*Capsicum sp.*), cebolinha (*Allium fistulosum*), maxixe (*Cucumis anguria*), maracujá (*Passiflora edulis*) e abacaxi (*Ananas comosus*) (**Gráfico 08**).

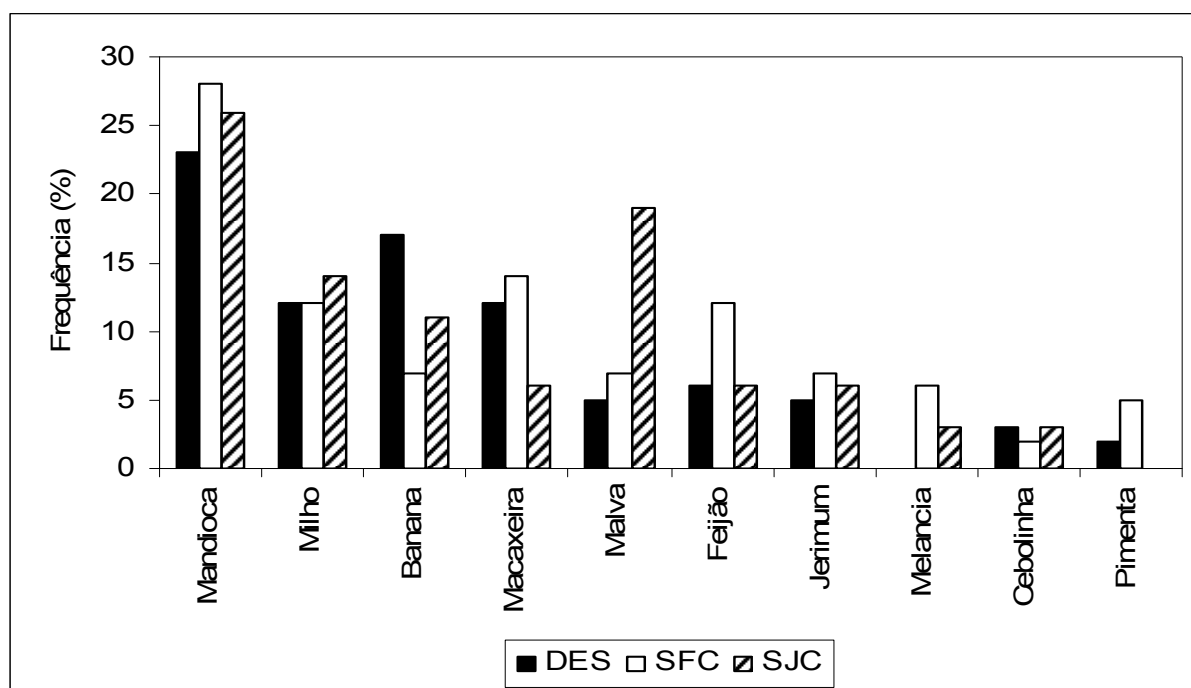


Gráfico 08 – Distribuição dos principais cultivos, por comunidade, no lago Cururu.

LEGENDA: DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

O cultivo de mandioca é predominante entre os outros cultivos agrícolas, sendo mais evidenciado na São Francisco do Cururu (28,0%), seguido da São João dos Cordeiros (25,0%) e da Divino Espírito Santo (23,0%). Na maioria dos casos, os cultivos de mandioca são destinados para produção de farinha.

A prática da agricultura possui centralidade para agricultores, ganhando maior expressão com a roça de mandioca. A constatação dessa prática no lago Cururu não é diferente de outras partes da Amazônia, onde pesquisas demonstram que o cultivo de mandioca é a característica marcante do subsistema agrícola (NODA *et al.*, 2001, 1997; RIBEIRO & FABRÉ, 2003; FRAXE, 2000; WITKOSKI, 2007).

Depois da mandioca, como indica o **gráfico 08**, os cultivos mais citados pelos agricultores na São João dos Cordeiros foram a malva (19,0%) e o milho (14,0%); na Divino Espírito Santo, foram a banana (17,0%) e o milho (12,0%); e na São Francisco do Cururu, foram a macaxeira (14,0%) e o milho (12,0%). No que se refere ao feijão, observa-se uma predominância como quarto plantio na São Francisco do Cururu (12,0%) e na Divino Espírito Santo (6,0%), aparecendo como quinto plantio na São João dos Cordeiros, finalmente aparece a banana (6,0%).

Quanto à diversidade de plantio na roça, pode-se afirmar, de acordo com os dados, que a Divino Espírito Santo apresentou a maior diversidade de espécies cultivadas. Sistematizaram-se 16 tipos de cultivos em todas as roças. Os agricultores da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros plantam cerca de 10 tipos diferentes de cultivos agrícolas.

Pode-se inferir que a agricultura no lago Cururu se caracteriza pela prática de corte e queima, nas quais pequenas áreas, menores de 2 hectares, são derrubadas, desmatadas, queimadas e encoivaradas e, logo depois, plantadas. O calendário agrícola tem início em agosto se o roçado⁸ for preparado na mata que não sofreu derrubada. A preparação exigirá o trabalho de broca, derrubada, queima, coivara e limpeza. Se o terreno já tiver sido trabalhado em anos anteriores, o trabalho demandará apenas broca, queima e limpeza. Este trabalho é que transforma a mata em *Terra de Trabalho*.

A escolha do terreno na restinga alta permite ao agricultor um tempo maior no processamento da produção, durante a estação cheia, ao contrário, a colheita de toda a produção ocorre em poucos dias, sobrecarregando a mão-de-obra do grupo doméstico.

⁸ O roçado passa a ser uma palavra para designar toda e qualquer plantação de pequena produção (GARCIA JR., 1983, p. 126).

Segundo Noda *et al.* (2001), as cultivares da várzea são precoces, dado o limitado tempo de cultivo. Os cultivos de várzea impedem o armazenamento de raízes de tubérculos, como fazem os agricultores de terra firme. Segundo V. S. F., devido à enchente rápida, os agricultores têm que processar toda a produção em poucos dias para não ter perdas. “Não tive perda este ano, a água ajudou este ano. Ela [água] veio subindo, mas quando chegou próximo da roça parou um pouco, depois voltou a subir, então deu tempo para colher toda a produção” (SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Quando a água da enchente não alaga totalmente o solo da roça, é possível o armazenamento de tubérculos no roçado. Foram encontrados agricultores beneficiando mandioca, no período do plantio, correspondente aos tubérculos do ano anterior. Essa roça assume uma importância fundamental para o grupo doméstico.

Essa mandioca é duma roça que nós tem aí pra trás, nós não tiramos tudo, acabou ficando um pedaço, na verdade ficou esse pedaço porque a água não alagou tudo, agora estamos fazendo uma farinhada de cinco sacos pra comprar os remédios do papai (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Assim, a preparação do roçado necessita do saber especializado do agricultor como elemento de apoio qualificado no que se refere à necessidade da abertura do roçado na restinga. É o que também observa Woortmann & Woortmann (1997, p. 36) a respeito do conhecimento dos camponeses na escolha do terreno: “*existem solos muito distintos, terras fortes e terras fracas; terras adequadas a este ou àquele produto ou variedade, que deve atender ao consumo e/ou à comercialização*”.

A transformação da restinga em *Terra de trabalho* é somente executada pelos homens, que participam ativamente da derrubada, queima, coivara e plantio, podendo ajudar na colheita e no preparo da farinha. Em conversa com F. S. F., o mesmo disse: “*eu pelo menos, eu boto [preparo] o roçado. [Quando estamos plantados os cultivos] Na roça ela me ajuda na capina, agora pra derrubar eu derrubo sozinho mesmo*”.

É possível perceber, no depoimento, que a atividade de cuidado e limpeza da roça é trabalho destinado às mulheres. Woortmann & Woortmann (1997, p. 59) confirmam a informação acima no seguinte trecho: “*após a queima, segue-se a coivara. Isto significa que o domínio do homem sobre a natureza já se concretizou, e que ela já se tornou mansa. Por isso, pode entrar em ação agora, pela primeira vez no processo, a força de trabalho feminina*”.

No lago Cururu, as mulheres maiores de 12 anos trabalham na roça, mas isso não é considerado trabalho, conforme a expressão do F. S. F: *“é ajuda”*. *As crianças são inseridas bem cedo na roça, realizando atividades “sem compromisso”, como brincadeira ou “ajuda”*. Fraxe (2000) confirma isso, dizendo que as unidades familiares estão organizadas no trabalho da produção agrícola, executado pelo chefe da família acompanhado dos filhos homens, na sua maioria maiores (igual) de 7 anos de idade.

Construído o roçado, os agricultores começam a organizar o espaço para o plantio, levando em consideração as informações sobre o solo mais adequado para cada cultivo, a partir do cultivo do ano anterior.

Sabe como a gente faz o plantio. A gente escolhe o terreno pra aquele tipo de plantio. A gente na vazante dá uma roçadinha na vazante pra planta feijão, milho, jerimum, esses plantios rápidos. A mandioca a gente planta numa área mais alta, senão perde toda a produção, sabe porque? Quando a terra da mandioca fica molhada, aí a mandioca apodrece, eu não sei o segredo, mas a gente só planta em várzea alta. É assim, todo o plantio tem uma terra (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

As informações que orientam a atividade do roçado não são distribuídas igualmente entre os grupos domésticos. Segundo Laraia (2003), a participação do indivíduo em sua cultura é sempre diferenciada. Assim, a ausência de informações, por exemplo, sobre as características do terreno e/ou do solo pode levar ao fracasso do plantio de determinados grupos domésticos.

Woortmann & Woortmann (1997) afirmam que o roçado é dividido em diferentes espaços, separados por cercas simbólicas, constituídos por diferentes plantios. Como cabe à mulher a atividade do plantio, cabe a ela também a responsabilidade da divisão da roça:

Mesmo excluídas da, ou nelas admitidas de forma subordinada [...] são as mulheres que duvidem a roça, isto é, os vários subespaços do espaço maior masculino. Esses subespaços são organizados em função de um produto referência. O fato de o produto-referência caracterizar determinado espaço ou sistema de cultivo não significa que se adote [a monocultura] o cultivo solteiro (WOORTMANN, 1997, p. 88).

O plantio é feito no formato misturado e dividido⁹, sendo essas as modalidades preferidas. Quando perguntou aos agricultores a respeito da estimativa da quantidade de pés de cada cultivo plantado, eles disseram que eram muitos quando se tratava do cultivo

⁹ As roças misturadas são áreas que num mesmo espaço se cultiva de forma aleatória ou sistematizada, por exemplo, culturas agrícolas (cultura principal) e outras espécies frutíferas (cultura secundária). As roças divididas são aquelas que numa mesma área, o agricultor divide o terreno e planta as culturas separadas com a finalidade de garantir sua produção e os monocultivos são geralmente de mandioca e banana (SILVA, 2006).

principal. Quando perguntou a respeito dos demais cultivos, disseram que não contavam a quantidade no momento do plantio.

É importante ressaltar que o plantio da roça depende da aquisição do material vegetativo, comumente denominado de maniva. A aquisição do material vegetativo se dá através da doação, compra ou conservação, sendo a sua circulação e propagação prática bastante comum.

Um informante relatou como obteve as manivas. Ele comentou que um pescador trouxe o material vegetativo das terras dos índios Tikuna, Alto Solimões, sendo, primeiramente, plantada na propriedade de um parente na margem do rio Solimões. Depois, as manivas foram doadas e plantadas na sua propriedade; em seguida, espalhou as manivas para roças dos agricultores do lago Cururu.

O material vegetativo para propagação dos clones não pode ser mantido como plantas vivas, em função da permanência da água na estação cheia. Isto faz com que as hastes das manivas sejam conservadas em plataformas suspensas, abrigadas ou não na sombra.

Em função da descida das águas, as pontas das hastes são enterradas no solo ainda encharcado para recuperar sua capacidade genética e não perderem sua viabilidade (NODA *et al.*, 2001; WITKOSKI, 2007). Quando as hastes das manivas não são guardadas para o próximo plantio, a produção dos moradores fica comprometida. Está situação acontece quando o ribeirinho não conserva o material vegetativo suficiente. Presenciava-se a conversa de alguns moradores que acusavam os vizinhos de serem os responsáveis pela roubalheira das hastes das manivas.

Constatou-se também que as sementes de feijão, milho, jerimum, melancia e pimenta doce são oriundas dos próprios plantios, sendo conservadas em garrafas plásticas de refrigerante.

A semente da malva é adquirida no escritório do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM, situado em Manacapuru. Ou recebida do patrão, que tem o privilégio na compra.



Figura 29 – Manivas conservadas na plataforma suspensa, o jirau.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 30 – Note-se a conservação das manivas no canto esquerdo da imagem, em cima dos troncos flutuantes.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

A estação de plantio e colheita varia de acordo com a espécie plantada, com as condições dos ambientes e com o sistema de produção adotado. De setembro a outubro, o roçado é cultivado com mandioca, macaxeira, feijão, milho e malva, que coincide com o início das primeiras chuvas.

Em setembro, realiza-se a capina dos plantios de mandioca e feijão. Já em outubro, retira-se o mato da macaxeira e malva. Em novembro, faz-se a capina dos plantios de mandioca e de milho. Já em dezembro ocorre a capina do mato da malva.

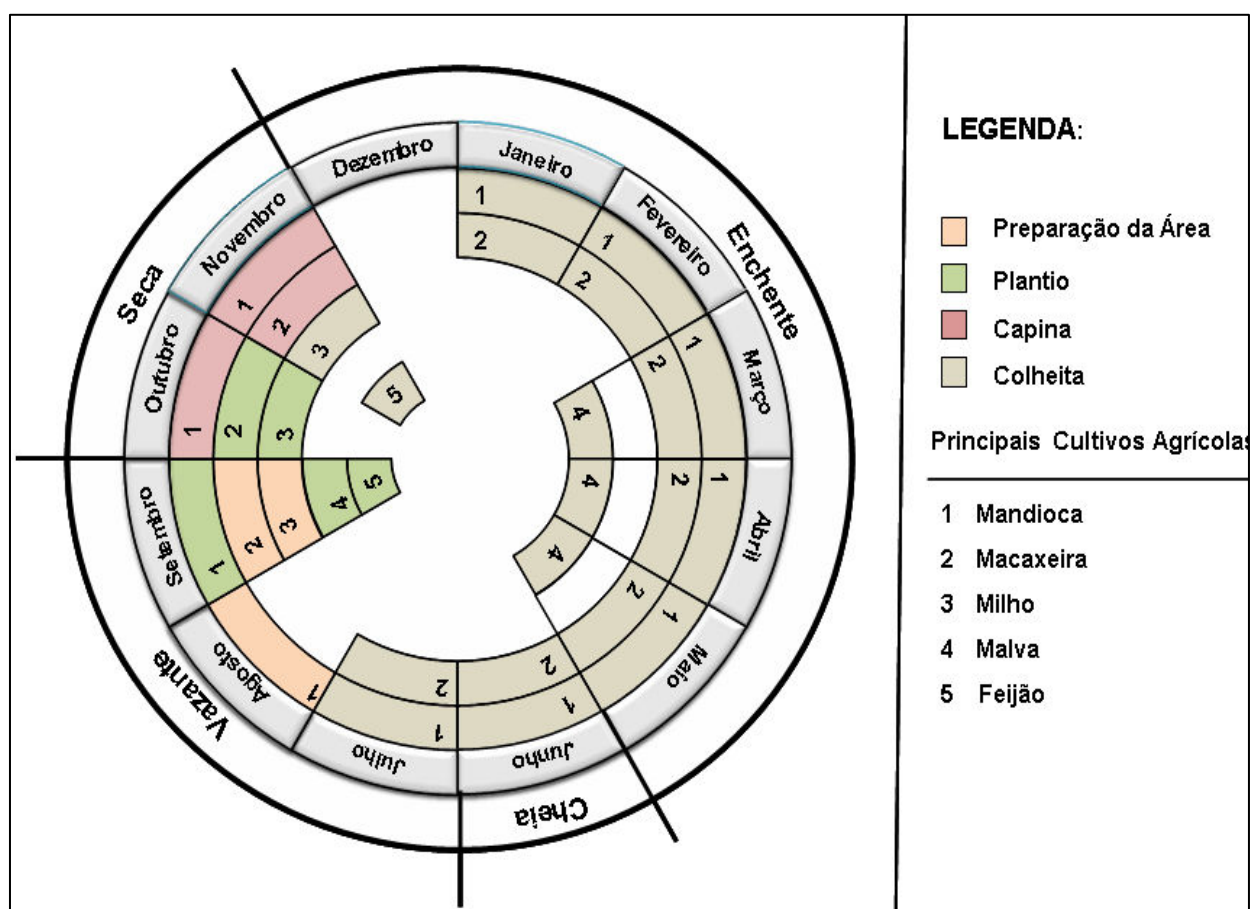


Gráfico 09 – Calendário das atividades agrícolas das comunidades do lago Cururu.

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

A capina da roça também acontece no momento da colheita dos plantios, permitindo que o solo seja submerso sem o mato, o que conseqüentemente, possibilita que, na vazante, o solo esteja pronto para o plantio.

A vazante já sai no limpo, aí você já vai fazer o quê? Você já vai esperar secar a terra, aí quando tiver seca, aí você vai plantar de novo, aí você vai plantar e esperar. Depois, você capina de novo aquela roça ou aquela malva, ou aquele milho, ou aquela melancia ou qualquer um que você plantar. Se você vai capina e deixa no limpo, então você não pode plantar uma produção e deixar ela crescer no cerrado, porque se ela for pegar o crescimento e ela tiver no cerrado, ela não cresce, ela não dá nada. Se for uma mandioca ela não vai dar batata (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A capina tem a finalidade remover o mato que causa danos ao plantio, separando o plantio do mato invasor ou erva daninha. Conforme é possível observar no depoimento: *“tem que roçar o mato do meio da roça e fazer a limpeza da borda da roça para permitir que o vento entre nas manivas, outro é não deixar que o mato impeça o crescimento da roça”* (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

O mato prejudica o crescimento do plantio, sendo necessário que ocorra a capina nas diferentes fases de sucessão do roçado. Portanto, a capina garante a adubação ecológica dos plantios, permitindo, inclusive, a reposição dos nutrientes que se perdem com a precipitação: *“Se a gente deixar o mato, a roça não cresce, nasce novamente o mato. A gente capina e deixa o mato secar no roçado, aí a roça plantada fica bonita”* (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A capina do roçado envolve um conjunto de instrumentos e uma seqüência de procedimentos de trabalho. Primeiramente, afia-se o terçado e a enxada na pedra que serve para polir o metal; se o roçado estiver localizado na outra margem do lago, usa-se uma canoa para atravessar. Além disso, usam-se roupas, botas e chapéu de palha de proteção contra animais, espinhos e principalmente a insolação.

Depois que o plantio está totalmente limpo, os agricultores dedicam-se a outras atividades produtivas, como a extração da bacaba (*Oenocarpus minori*), a caça das aves e a pesca. O próximo passo acontece com a colheita do milho e do feijão para o consumo, que é também o período que inicia o processo do corte da palha e madeira para o conserto da casa de farinha. Em janeiro, é tempo de colher a mandioca e a macaxeira pela primeira vez, pode-se colher a mandioca até julho, dependendo da velocidade da enchente.

As técnicas usadas no beneficiamento da farinha de mandioca, em geral, são as mesmas para todos os grupos domésticos. O beneficiamento pode ser descrito assim (**Quadro 7**): A casa de farinha precisa estar organizada com os instrumentos necessários para a produção: forno de metal, motor de combustão, prensa e peneira. Primeiramente, corta-se a lenha para o forno. Logo em seguida, o tubérculo é arrancado na roça para ser afogado dentro de uma canoa ou saca para que aconteça a maceração, que o amolece, permitindo a retirada de

sua casca com maior facilidade. O próximo passo é arrancar tubérculos para serem descascados. Geralmente o pai e os filhos maiores arrancam e carregam os tubérculos da roça para casa de farinha enquanto os demais filhos ficam responsáveis em descascá-los. Depois de mais ou menos cinco dias, é tempo de ralar a mandioca no motor de combustão que gira, preso a uma bancada com um caititu. O produto é ralado, e a massa cai dentro de uma garera¹⁰, situada embaixo do motor. O preparo da massa acontece quando se dá a mistura da mandioca ralada com a massa da mandioca, que sofreu o processo de maceração. Posteriormente, a massa é colocada numa prensa para extrair o suco venenoso, que exprimido lentamente através de um tronco de árvore usado como suporte. A partir do sexto dia, a massa é retirada da prensa para ser peneirada e torrada no forno. Em seguida, é colocada no formo de ferro para ser torrada.

ATIVIDADES	1º DIA	2º DIA	3º DIA	4º DIA	5º DIA	6º DIA	7º DIA	8º DIA	9º DIA
Cortar lenha na roça									
Arrancar mandioca no roçado para ser depositada na água									
Descansar									
Arrancar mandioca no roçado para ser descascada									
Ralar o tubérculo no caititu/motor									
Misturar o tubérculo ralado com o tubérculo amaciado na água									
Remover o suco venenoso por meio de uma prensa									
Peneirar a massa por uma peneira									
Torrar a massa em um forno de metal									

Quatro 07 – Distribuição das atividades necessárias para os moradores produzirem a farinha de mandioca.

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

O processo de trabalho no beneficiamento da mandioca varia muito pouco, entretanto o tempo de produção é distinto. Os agricultores que trabalham com uma média de 6 indivíduos, são necessários 9 dias para produção de 10 sacos de farinha de mandioca.

¹⁰ Utensílio utilizado na fabricação de farinha, em forma de uma canoa.

2.2.2 A malva

A preparação do roçado da malva depende da forma de trabalho. Quando a malva é semeada logo que a água começa a baixar, necessita apenas de uma capina. As atividades de broca, derruba, queima e coivara acontecem quando a malva é plantada na restinga baixa, precisando da capina nos meses de outubro e dezembro.

A maioria da malva pode ser colhida depois de cinco meses, dependendo da velocidade da enchente. Uma vez que a água se aproxima da malva, deve-se cortá-la, com o uso do terçado. A planta é cortada quase rente ao solo para um maior aproveitamento das hastes, sendo que as hastes finas são retiradas na formação do feixe. Após amarrar os feixes, os agricultores o transportam até o local do afogamento. Cada feixe contém uma média de 75 varas, que produz cerca de 900 a 1000 gramas de fibra por feixe.

Depois do corte, a malva é “afogada” durante 12 dias para que ocorra a maceração, que amolece as hastes fazendo com que as fibras se desprendam naturalmente. O trabalho de remoção da fibra é realizado dentro d’água.

Finalizado o processo de lavagem, a malva é estendida em varais que podem ser armados ao lado da casa, ou num local aberto para que o sol possa secar a fibra. O varal é colocado perto da casa para facilitar o trabalho de virar a fibra para secar uniforme ou retirar, no caso de chuva.



Figura 31 – Capina a roça de mandioca.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 32 – Monta o feixe de malva.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 33 – Puxa a fibra para que se desprenda das hastes.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 34 – Puxa a fibra para que se desprenda das hastes

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

A fibra seca é enfardada. O enfardamento se dá da seguinte maneira: prendem-se dois pedaços de madeira de 40 cm no chão, separados 100 cm um do outro. Prende-se a enxada nos pedaços de madeira; em seguida, amarram-se três cabos (5 metros cada cabo) feitos de fibra da malva na enxada e estendem-se no chão; coloca-se a fibra em cima do cabo e utilizando um bastão de madeira prende o fardo. A fibra é disposta em fardos de 50 quilos que são guardados na casa do ribeirinho até o momento da venda.



Figura 35 – A fibra já disposta no fardo de 50 quilos.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

Os roçados abertos na restinga evidenciam com mais clareza a característica da várzea presente no lago Cururu. O abandono dos roçados após cinco anos de plantio é sinal de que sua fertilidade é muito variável:

Se você faz um roçado numa parte que todos os anos alagava, ela vai pra dentro da água [inundação]. Então, se num roçado você pode plantar 3, 4, 5 ano, porque todo tempo a água fica lavando [inundação], todo tempo aquela água fica botando aquele aterro [fertilidade]. Agora na terra que não alaga você no máximo pode plantar é 2 ou 3 anos, acaba ficando uma terra fraca, ela já não dá mais aquele produto como no primeiro ou segundo ano, aí o terceiro ano ela já vai ficar cansada. Então, ela já não dá mais aquele produto, aí você tem de fazer outro [roçado] e deixar aquela área ir pra capoeira, virar mata e você já faz outro roçado (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A dinâmica da água influencia o desenvolvimento das atividades econômicas, por meio das mudanças provocadas na morfologia do solo, gerando diferentes formas de uso dos recursos naturais.

O conhecimento do agricultor sobre a importância da flutuação do nível da água lhe proporciona o reconhecimento da *Terra de trabalho* adequada para o plantio. São referências no planejamento e organização das atividades no roçado já trabalhado, ou preparo de outro roçado adentrando a *mata*.

A água ela mata muitos insetos que fica debaixo da terra como aquelas lagartas e gafanhotos, ela mata muito a água. Então, se a água que vai limpando todos os insetos, num ano que num alaga às vezes as terra, então naquele ano dá bastante inseto, porque produz muito na terra, aí você planta, quando a sua planta vai nascendo os bichos vão atacando aquela planta e vão cortando desde pequeno. Então, você vai ter que ter paciência pra ir lutando e ir lutando, lutando até aquela produção tiver deste tamanho pra cima, já sabe que eles não vão mais perseguir (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Neste sentido, Pintom & Emperaire (2000) explicam que o abandono de uma roça está relacionado com a decrescente fertilidade do solo, a invasão de ervas daninhas e o ataque de saúvas (*Atta* sp.) que devastam a plantação e levam à preparação do roçado em terras virgens. A perda da fertilidade de determinadas áreas, depois de certo tempo de plantio, evidencia o uso do pousio (WITKOSKI, 2007), o qual possibilita o manejo do solo e uma fonte de consumo do grupo doméstico através da presença de frutas, tubérculos, caça e lenha.

Ao considerarmos as conversas com os agricultores, encontramos roças abandonadas, com diversas espécies frutíferas, uma clara intenção de desenvolverem o pousio¹¹. A prática do plantio de árvores frutíferas ou tubérculos é muito comum no segundo e terceiro ano de uma roça. O plantio das árvores frutíferas evidencia a intenção de melhorar a fertilidade natural dos terrenos da área de várzea, simultaneamente com a extração dos produtos plantados na capoeira. Assim, a roça abandonada constitui um espaço cultivado, onde agricultor deixa a terra descansando por certo intervalo de tempo.

¹¹ Esses sistemas receberam a denominação de sistemas *swidden* – podemos associar a expressão coivara ou queimada. Esse sistema está associado a roças conseguidas pelo fogo e cultivo pela enxada, nos quais a terra é limpa, ateando-se fogo à vegetação; depois, são plantados até que haja na produção; e abandonados para readquirir sua fertilidade por certo período de tempo (WOLF, 1970, p. 38).

2.3 ÁGUA DE TRABALHO

Entendemos a *Água de trabalho* como os modos de vida que asseguram a subsistência, com significados socialmente estabelecidos, à maneira de organizarem a prática da caça e da pesca na obtenção de recursos aquáticos socialmente necessários para a subsistência.

2.3.1 Extrativismo animal

2.3.1.1 Caça

A decisão sobre os distintos ambientes de caça tem como base a vivência do caçador na *água*. Dessa forma, a atividade de caça não pode ser percebida apenas como processo técnico, pois é uma atividade que desempenha uma estratégia importante na subsistência dos grupos domésticos.

A pesca é a forma de uso direto dos recursos naturais mais praticada. A caça é relegada a segundo plano, em termos de contribuição protéica, mesmo quando ela ocupa um lugar preferencial na dieta alimentar. A pesca é praticada, de um modo geral, tanto na cheia quanto na seca.

Ao retornamos ao **quadro 05**, percebemos que 22,0% dos animais comumente caçados no lago Cururu foram as aves. São Francisco do Cururu é a comunidade que os moradores mais caçam (76,0%). Estes animais representam 26,0% da captura na Divino Espírito Santo e 25,0% na São João dos Cordeiros.

Segundo o **gráfico 10**, encontrou-se 31 registros, assim classificados: pato-do-mato (*Chairina moschata*) (33,0%), mutum (*Mitua mita*) (13,0%), maguari (*Ardea cocoi*) (10,0%) e marreco (*Dendrocygna autumnalis*) (10,0%), alencó (nome desconhecido) (8,0%) e nambu (*Tinamus* sp.) (7,0%).

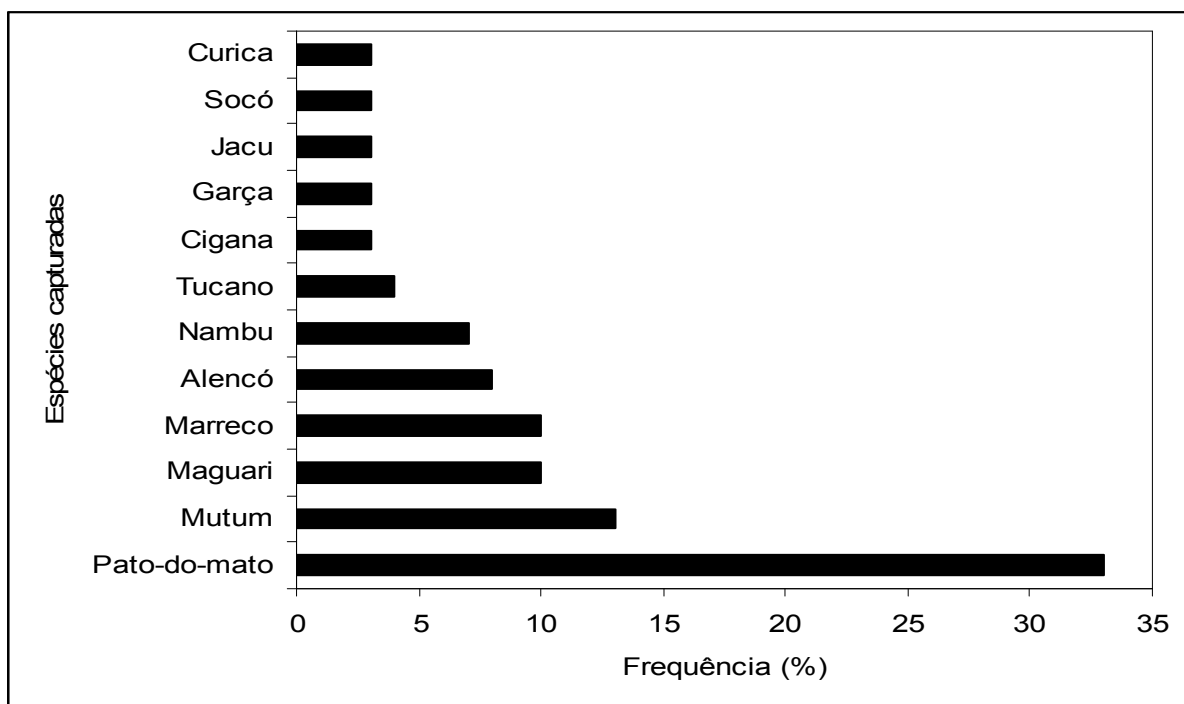


Gráfico 10 – Distribuição das principais espécies de aves citadas no lago Cururu.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).



Figura 36 – Espingarda sob domínio do grupo doméstico que pode ser utilizar nos momentos oportunos para a captura de aves.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

A modalidade de captura na *água* é a caça com canoa, que compreende o meio de condução para alcançar os locais para caçar nos lagos ou no igapó. Este tipo de caça é importante na captura de quelônios e aves, em geral, no intervalo da pesca.

A caça de aves não é praticada por muitos, depende da espingarda, o que restringe a atividade para alguns caçadores. Os caçadores afirmaram que para caçar aves é necessário ter espingarda. Segundo L. J. A. S, 36 anos, morador da São Francisco do Cururu, as aves caçadas são difíceis de serem abatidas, pois *“não é pra qualquer um conseguir pegar uma marreca dessas. Tem gente aqui que dá é rolos de tiro e não mata nada. Você está vendo aquelas marreca ali [na vegetação flutuante], não adianta eu atirar nela. Seu eu atirar e matar, não tenho com ir buscar”*. Este é um discurso unânime entre os caçadores que têm dificuldade de ir buscar a ave abatida no capim. A situação é complicada devido à própria presença do capim que impede o avanço da canoa, além dos jacarés.

Com relação à sazonalidade na captura das aves, voltemos ao **gráfico 07**, para podermos afirmar que a captura de aves é realizada na estação seca, período em que os animais são atraídos pela presença das sementes que germinam na vegetação flutuante do lago Cururu.

2.3.1.2 Pesca

A pesca é a principal fonte de proteína para a maioria das populações amazônicas, sendo muito mais eficiente do que a caça nas áreas de várzea e terra firme (MORÁN, 1990; RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

Furtado (1993) destaca que os moradores sempre buscaram formas de adaptação mais efetiva com a natureza, destacando-se uma íntima relação com as áreas alagadas e lagos, tendo a população um envolvimento com o ambiente aquático, o que justifica sua forte relação com a natureza por meio da pesca. Esse comportamento perdura na várzea.

Depois da mandioca, farinha; o peixe é o produto mais importante na vida dos moradores do lago Cururu, 100,0% deles declararam que pescam. A pesca assume um caráter de atividade subsidiária, surgindo como elemento de apoio no que se refere à provisão de alimentos, uma vez que a farinha de mandioca é o principal produto agrícola.

A prática da pesca se estende por todo o ano, ocorrendo a diversificação da captura das espécies, de acordo com o regime anual. Assim, a pesca é uma atividade que está intimamente ligada às práticas cotidianas para reprodução social.

Podemos observar no, **gráfico 11**, um total de 96 registros, onde foram identificadas 19 espécies de peixes apropriadas para o consumo. Dentre as espécies exploradas, o tambaqui, curimatá, pacu, piranha, aracu, jaraqui, aruanã e tucunaré foram as mais freqüentes nas pescarias. Vale ressaltar que o tambaqui, pacu e curimatá foram as espécies mais capturadas na estação cheia.

Podemos afirmar que, de acordo com o **gráfico 11**, a prática da pesca na seca foi restrita à captura de bodó e aruanã, sendo o percentual mais expressivo, seguido por outras espécies capturadas com menor intensidade como tucunaré, tambaqui, piranha e curimatá.

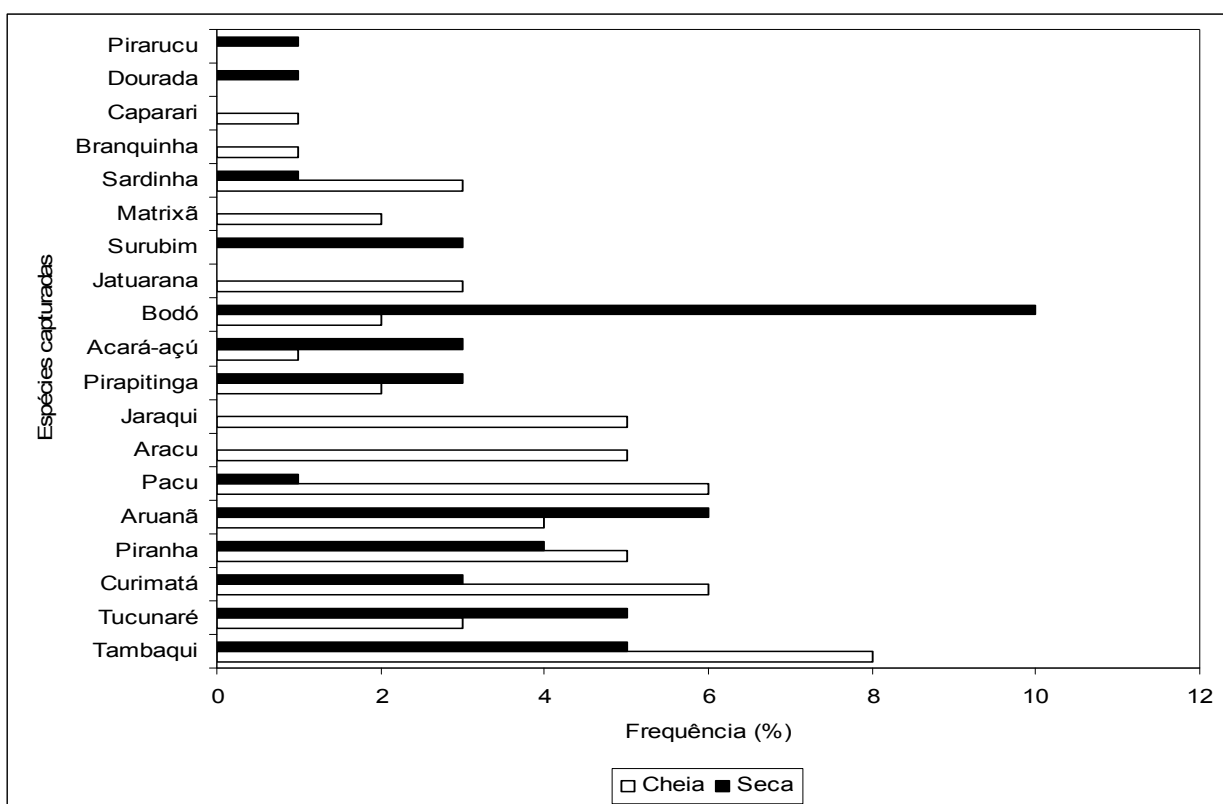


Gráfico 11 – Espécies mais capturadas para o consumo.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Constatamos que a pesca tem seu ápice de agosto a outubro, pelo fato de a seca reduzir drasticamente a água (**Gráfico 12**). Ao longo do lago Cururu, a pesca fica centralizada nos canais e em pequenas lagoas; à medida que o lago vai secando, os peixes permanecem confinados em espaços de água, cada vez menores, sendo, freqüentemente, capturados com bastante facilidade em ambientes denominados pelos pescadores de "poção" ou "poço", que são os locais mais profundos no lago onde permanece água mesmo no período da seca.

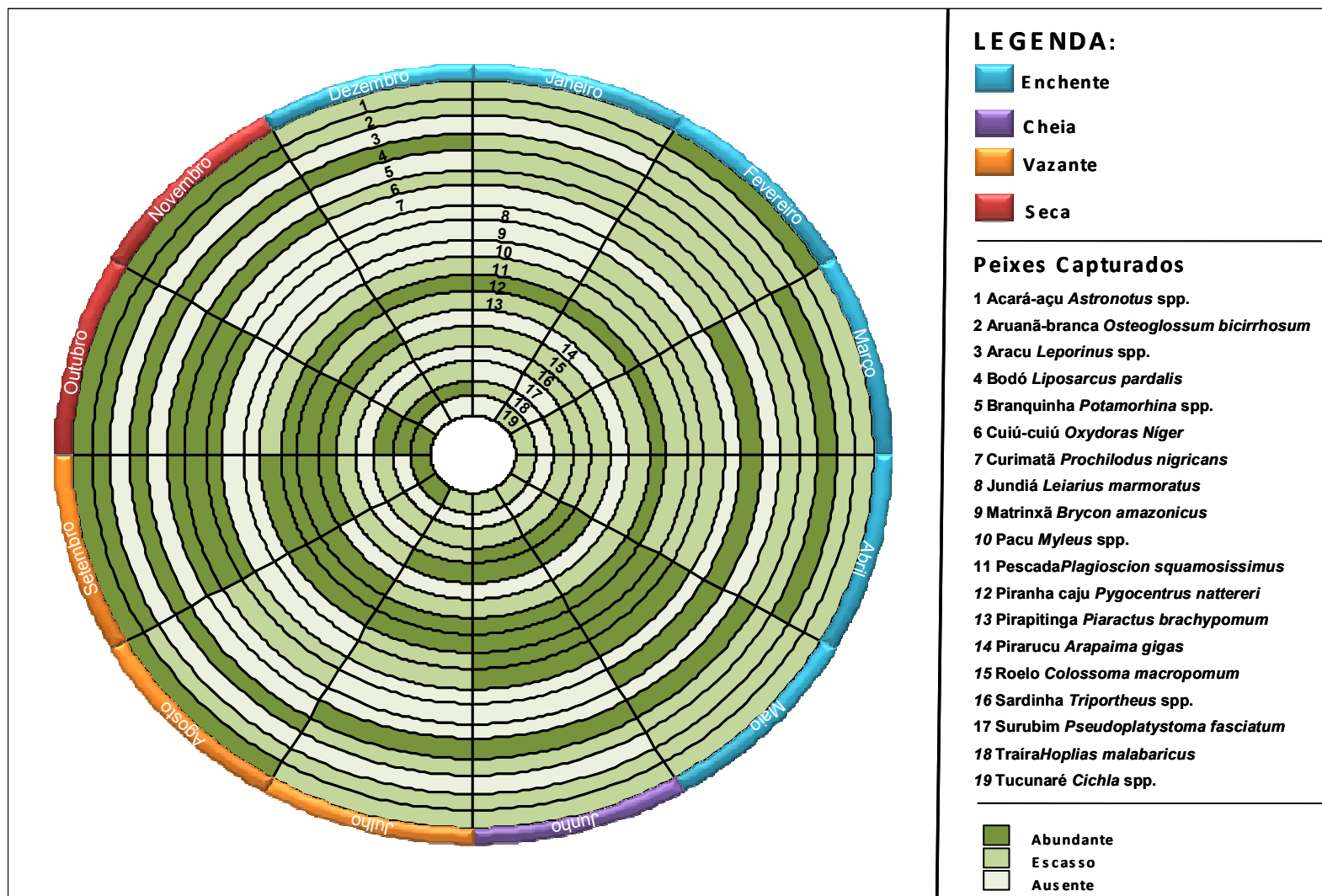


Gráfico 12 – Nível do rio e sucesso da pesca por cada estação do ano.

FONTE: Pesquisa de campo, 2006.

O pescador sabe quais são os melhores locais para pescar em cada estação do ano. A escolha adequada dos ambientes que lhe propiciem alcançar seus objetivos, requer amplo conhecimento dos melhores locais.

Os pescadores da São João dos Cordeiros pescam em três diferentes ambientes, 79,0% deles afirmam que a utilização dos recursos da ictiofauna se dá no igarapé. Os dois outros ambientes mais procurados são o canal (14,0%) e o igapó (7,0%) (**Gráfico 13**). Divino Espírito Santo é a comunidade em que os ambientes mais procurados pelos pescadores são o igarapé (45,0%) e o canal (43,0%), ainda utilizando outros ambientes como o igapó (8,0%) e o paraná (4,0%) (**Gráfico 13**). Já na São Francisco do Cururu, de acordo com os dados, nota-se que a pesca é predominante em dois ambientes: canal (39,0%) e poço (28,0%), sendo o percentual menos expressivo constituído pelo igarapé (19,0%) e o igapó (14,0%) (**Gráfico 13**).

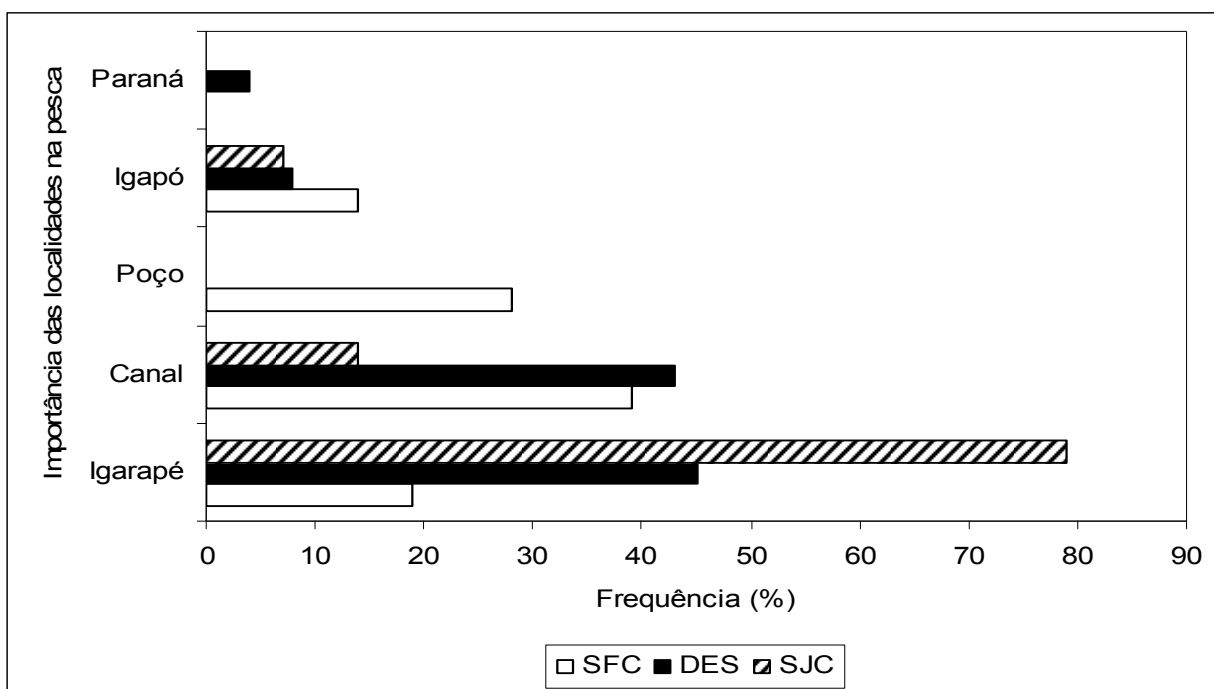


Gráfico 13 – Importância dos ambientes de pesca.

LEGENDA: SFC = São Francisco do Cururu, DES = Divino Espírito Santo e SJC = São João dos Cordeiros.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

De acordo com informações dos pescadores, as melhores pescarias são realizadas no igarapé. Este ambiente se torna refúgio dos peixes na cheia, concentrando uma rica fauna aquática, com frutos da vegetação arbórea constituem a principal fonte de alimento para a diversidade de espécies da ictiofauna. Enquanto, o igarapé concentra uma presença significativa da vegetação flutuante, que também é considerada um importante hábitat no

processo reprodutivo das espécies. É neste local que predominantemente mulheres e crianças pescam utilizando o caniço.

Ao considerar o ambiente de igapó e igarapé, por exemplo, evidenciamos que os ambientes mais procurados e as espécies capturadas variam inevitavelmente com a flutuação do nível da água. O **quadro 08** mostra os melhores locais para pescar de acordo com as espécies desejadas.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	CANAL	IGAPÓ	IGARAPÉ	PARANÁ	POÇO
Acará	<i>Astronotus</i> spp.	x	x	x	x	-
Aracu	<i>Leporinus</i> spp.	x	-	x	-	-
Aruanã	<i>Osteoglossum</i> spp.	x	x	x	-	x
Bodó	<i>Liposarcus pardalis</i>	x	x	x	x	x
Branquinha	<i>Potamorhina</i> spp.	x	x	x	-	-
Curimatã	<i>Prochilodus nigriscans</i>	x	x	x	-	x
Jaraqui	<i>Semaprochilodus</i> spp	x	x	x	-	-
Matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>	x	-	x	-	-
Pacu	<i>Myleus</i> spp.	x	x	x	-	-
Pescada	<i>Plagioscion</i> spp.	x	-	-	-	-
Piranha	<i>Serrasalmus</i> spp.	-	x	x	-	-
Sardinha	<i>Triportheus</i> spp.	x	x	-	-	-
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	x	x	-	-	-
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	x	x	x	-	x
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	x	-	x	-	-
Tucunaré	<i>Cichla</i> spp.	x	x	x	x	x

Quadro 08 – Distribuição das espécies capturadas por ambientes de pesca

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Britto (1999), no estudo no realizado no litoral fluminense sobre os pescadores, mostra o conhecimento local sobre as práticas da pesca. A autora indica que a prática da pesca é formada por um sistema complexo de conhecimentos empíricos do comportamento dos peixes e sobre as condições naturais mais adequadas à sua apropriação. A construção desse conhecimento consiste numa sistematização de elementos significativos da natureza, configura-se como um saber especializado que converte, para uma linguagem simbólica, os fatos naturais.

Furtado (1993) afirma que o conhecimento e a habilidade do pescador envolvem um conhecimento material, de modo interligado, ao lado imaterial, que flui no pensamento, contribuindo para controlar a ação prática do homem sobre o ambiente ou para legitimar sua

ação, conhecendo os pesqueiros ou "pontos de pesca", os tipos de peixe que neles habitam e os melhores horários de captura.

Neste contexto, um dos temas de grande significação na pesca da Amazônia é o que diz respeito aos equipamentos tecnológicos utilizados na pescaria. As pescarias são realizadas com arco e flecha, malhadeira, tarrafa, caniço, arpão, linha de mão e azagaia (**Quadro 09**). Acredito que a prática da pesca é generalistas, ou seja, servem para pegar qualquer peixe, no entanto, existem outras, como o arpão que é utilizado somente para pescar pirarucu.

E, com relação aos apetrechos usados e as espécies capturadas da ictiofauna nas duas estações principais do calendário hidrológico, é possível perceber que os “tipos específicos de apetrechos utilizados e a diversidade das espécies capturadas varia, de modo inevitável, com a flutuação dos níveis da água em seus respectivos *habitats*” (WITKOSKI, 2007, p. 279).

A pescaria na área estudada é realizada tanto por homem quanto por mulheres e crianças, dependendo da época do ano. Geralmente, a pesca é dividida em duas estações, mais precisamente entre a cheia e a seca. Para pescar determinada espécie, os pescadores utilizam um tipo de instrumento de pesca adequado para cada estação do ano.

A malhadeira é o apetrecho de pesca indicado como importante na estação seca (55,0%). Na estação cheia, é considerado o segundo mais citado depois do caniço (33,0%) (**Gráfico 14**). A maior frequência de uso da malhadeira na seca pode estar relacionada com o período no qual os pescadores dedicam maior parte do tempo na preparação do solo e no plantio do roçado ou está relacionada com a migração das espécies.

A pesca com a malhadeira ocorre da seguinte forma; após colocá-la na água e amarrá-la de ambos os lados nas varas, ou nos capins flutuantes, os pescadores normalmente ficam reparando a malhadeira para não ser destruída por jacarés e piranhas. Segundo os pescadores, depois de colocar a malhadeira na água, o próximo passo é permanecer agachado no banco da proa da canoa, observando, quando o peixe é capturado. Assim, que o peixe é preso na malhadeira, rema-se rapidamente para retirá-los da malha.

A malhadeira é importante pra gente, porque tem estação aqui que é difícil pegar a comida, tem estação que tem gente que passa fome porque não tem como pegar. O problema é que a gente não pode deixar a malhadeira à noite toda na água, senão o jacaré acaba. O senhor sabe como que é? Esse pessoal não tem cuidado com seu material, depois sofre. Não adianta pegar muito, senão estraga, vamos embora! (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

A malhadeira é o método de pesca menos seletivo, capturando uma ampla diversidade de espécies. Na estação seca, por exemplo, um pescador colocou uma malhadeira de 10 metros de comprimento por 1,5 m de altura, durante 2 horas, das 8 às 10 horas, obtendo as seguintes espécies: bodó (18 unidades), acará-açu (17 unidades), aracu (04 unidades) e tucunaré (03 unidades) (**Figura 37**).

DISTRIBUIÇÃO DE ESPÉCIES		CHEIA				SECA					
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FLE	MAL	TAR	CAN	MAL	TAR	CAN	ARP	LIM	ZAG
Acará-açu	<i>Astronotus</i> spp.	x	x	-	x	x	-	-	-	-	x
Aracu	<i>Leporinus</i> spp.	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-
Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhossum</i>	x	x	-	-	x	-	-	-	-	x
Bodó	<i>Liposarcus pardalis</i>	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-
Branquinha	<i>Potamorhina</i> spp.	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>	x	x	x	x	-	x	-	-	-	-
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaraqui	<i>Semaprochilodus</i> spp.	x	x	x	x	-	-	x	-	-	-
Matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-
Pacu	<i>Myleus</i> spp.	x	x	x	x	x	-	x	-	-	-
Piranha	<i>Serrasalmus</i> spp.	x	-	-	x	x	x	x	-	-	-
Pirapitinga	<i>Calophysus macropterus</i>	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
Sardinha	<i>Triportheus</i> spp.	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	x	x	-	x	x	x	-	-	-	-
Tucunaré	<i>Cichla</i> spp.	x	x	-	x	x	x	-	-	x	-

Quadro 09 – Distribuição da captura das espécies por apetrecho de pesca.

LEGENDA: **Fle** = arco e flecha, **Mal** = malhadeira, **Tar** = tarrafa, **Can** = caniço, **Arp** = arpão e **Lin** = linha de mão.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 005).

Para os pescadores, a malhadeira é o apetrecho de pesca mais importante. Por várias vezes, presenciei o pescador explicando que a malhadeira é que “sustenta” a família. Segundo eles, a malhadeira garante os peixes necessários para o consumo dos grupos domésticos no período que ocorre a expansão dos ambientes aquáticos.

É comum a doação de peixes para alguns grupos domésticos. Uma das explicações é que a pescaria no lago Cururu não é feita para venda, e porque a malhadeira pega muito mais peixe do que os outros apetrechos, possibilitando a doação de peixe aos parentes.

Conforme o **gráfico 14**, o caniço também é um método bastante comum na área de estudo na estação cheia (35,0%). Os pescadores costumam pescar de caniço, que é feito com uma vara de caniceira (*Duguetia* sp.) com cerca de 2 m de comprimento, em uma das extremidades fina do caniço é amarrado uma linha de monofilamento de nylon com anzol de metal na ponta.

Segundo F. S. F., o melhor local para a pesca com caniço é o igapó. Neste local, capturam-se acarará-açu, aracu, curimatá, jaraqui, jatuarana, pacu, piranha, pirapitinga, sardinha, tambaqui e tucunaré. Ele informou que se pode utilizar o caniço associado a outro apetrecho: *“os meninos pescam mais de caniço, malhadeira... Tem várias pescarias quando tá cheio, às vezes vai de caniço, vai de malhadeira. Eles já vai com dois tipos de pescaria [apetrecho], se não der um, pega com o outro”*.

A pescaria com caniço é realizada tanto por mulheres quanto por crianças. Uma pescadora me informou que o caniço é utilizado somente quando o nível da água está acima do normal. Segundo ela, a pescaria com caniço acontece no igapó ou próxima da vegetação flutuante.

Nota-se, no **gráfico 14**, que a tarrafa se constitui o segundo método mais importante em termos de captura na área de estudo, contribuindo com 23,0%. Na estação cheia, entretanto, estimou-se em apenas 3,0% a participação da tarrafa na captura local, porque os pescadores só a utilizam nos locais rasos e com pouca vegetação.

A tarrafa tem a forma cônica quando pendurada; quando lançada na água toma a forma de uma grande saia rodada (**Figura 38**). Ele submerge por igual, ao mesmo tempo, por efeito do peso da chumbada que lhe circunda a bordadura, tomando a forma de um balão, cuja boca se fecha com a junção por igual da chumbada, ficando os peixes enleados nas suas malhas (NERY, 1995).



Figura 37 – Pescador verifica a malhadeira próximo da vegetação flutuante.

FONTE: Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).



Figura 38 – Pescador pesca com tarrafá no canal dos Cordeiros, estação da seca.

FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

A tarrafa é utilizada para pescaria na estação seca. Um pescador ressaltou que o manuseio do apetrecho depende da habilidade de quem vai pescar, pois precisa cair bem aberta para poder capturar o peixe.

A maioria dos pescadores da São João dos Cordeiros costuma pescar de tarrafa na margem do canal, indo em direção ao poço. Acompanhei a pescaria de E. N. F. 68 anos, no canal do Braço dos Cordeiros. Ele informou que a prática da pesca no canal, restringe-se a algumas espécies, pois,

Os peixes que a gente pega aqui é esses que o senhor está vendo [acará-açu, tucunaré, aracu e bodó]. Agora o senhor tá vendo esse bicho aí [bodó], esses pega é desconforme, a gente tem que soltar senão a gente enche a canoa. Esse peixe pega tanto no período do seco que a gente enjoa de comer só ele, aí a gente vai pescar lá no poço.

Dentre os informantes, 26,0% deles afirmaram utilizar o arco e a flecha na estação cheia, não sendo utilizado em outras estações (**Gráfico 14**). Este apetrecho consiste num arco com haste de madeira encurvada, com uma corda presa às suas extremidades que dispara uma flecha (*Gynerium sagittatum*) com uma ponta de metal afiada na sua extremidade, penetrando na carne do animal alvejado.

Em relação à pesca com linha de mão, é praticada durante o dia somente na estação seca, de julho a novembro, sendo praticada, principalmente, por mulheres e meninos ao longo da margem do lago, contribuindo com 3,0% da captura na estação seca (**Gráfico 14**).

A linha de mão é constituída por uma linha, chumbada e anzol na ponta, são artefatos muito simples, apenas variando no comprimento e espessura da linha, dependendo do tipo de peixe que se pretende capturar (NERY, 1992; SOBREIRA *et al.*, 2006).

No que se refere ao método de captura com arpão, observa-se a exclusividade na estação seca, representando 3,0% da captura (**Gráfico 14**). O arpão é utilizado na captura de pirarucu (*Arapaima gigas*). Em outras estações, este método não é empregado.

O arpão, uma haste maior e mais pesada que a azagaia, medindo de 2m a 2,50m de comprimentos, tendo a ponta afinada onde é encaixada a ponta metálica destacável, no caso de se fixar no peixe. A ponta metálica é composta de dois biseis, o primeiro menor e o segundo maior. A haste é presa a uma linha que mede mais ou menos 20 braças, enrolada na vara desde a ponta afinada até onde alcançar a extensão (SMITH, 1979; NERY, 1995).

A pescaria com arpão no lago Cururu é semelhante à descrita por Smith (1979). O pescador fica agachado sob o banco da canoa. Depois, rema silenciosamente com uma das mãos e segura com a outra o arpão. No momento em que observa a passagem do pirarucu,

aproxima-se o máximo da presa. Quando este vem à superfície para respirar ou pegar peixe, levanta e lança o arpão na direção onde julga estar o peixe, seguindo as bolhas ascendentes. Quando o arpão atinge o pirarucu, o pescador deixa correr a corda, às vezes tem que esperar por duas horas até que o peixe se canse o suficiente para poder ser puxado para a superfície a fim de ser morto a cacetadas.

Em relação à azagaia, observa-se que representa 3,0% dos métodos empregados (**Gráfico 14**). Utilizada no lago durante a estação seca. O igapó é o melhor hábitat para pesca com azagaia, uma vez que uma variedade de espécies da ictiofauna descansa perto de troncos e galhos submersos.

A azagaia é um método seletivo, a pesca geralmente é noturna. Luas cheias são prejudiciais à pesca com azagaia, porque os peixes são facilmente perturbados. Quando chove, a azagaia não é utilizada, uma vez que a agitação da água impossibilita a visualização do peixe.

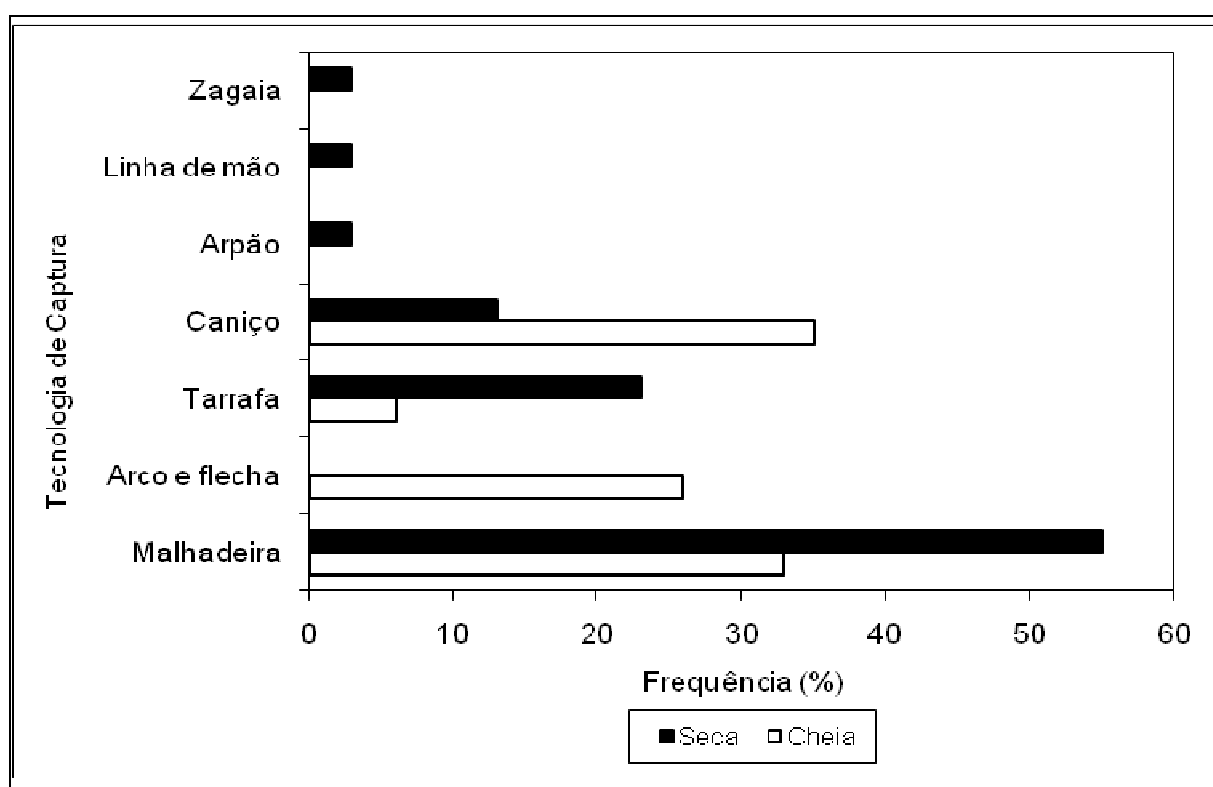


Gráfico 14 – Distribuição dos apetrechos de pesca utilizados na estação cheia e seca.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Na estação da seca ocorre a retirada da ova do bodó. Dá-se da seguinte forma: põem-se os pés embaixo da água para identificar os buracos no barranco. Usando um galho com mais ou menos um metro, cutuca-se o buraco para averiguar se não tem piranha, poraquê ou cobra. O ato de retirar a ova se constitui em enfiar a mão e o braço nos buracos para poder retirá-las. Depois, lava-se na água corrente para ser guardada dentro de um recipiente coberto ou uma cuia para proteger da insolação. Se o bodó estiver no buraco, afasta-se o peixe, e retira-se apenas a ova. Percebe-se essa atividade no depoimento do pescador: “eu não quero o peixe, quero é a ova, peixe tem muito, coloca uma malhadeira vem é rolos” (L. J. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

A retirada da ova é realizada tanto por homens quanto por mulheres e crianças, dependendo do local de retirada. Esta atividade é realizada na margem do canal e se destina ao consumo doméstico na forma de farofa, que é preparada com óleo vegetal e sal, às vezes, temperada com pimenta do reino e pimenta cheirosa. Apesar de haverem mencionado que há muito bodó, os pescadores consomem uma pequena quantidade de ova, em função dos riscos da atividade, ou seja, no momento da colocação do braço no buraco, às vezes, encontram-se piranhas, cobras, poraquês e/ou jacarés

Os distintos métodos de capturas descritas mostram que os pescadores detêm saberes complexos sobre os recursos ícticos, que incluem domínio técnico sobre o apetrecho, hábitos alimentares e ambientes. O conhecimento dos pescadores sobre as espécies-alvo é adquirido no entendimento formulado através do aprendizado prático, não sendo um saber simples e acessível a qualquer um.

O resultado da pescaria varia significativamente conforme as flutuações do nível da água que influenciam no calendário da pesca, estando diretamente relacionado com a mobilização sazonal das espécies. Isto proporciona o reconhecimento das épocas e dos melhores locais para disposição dos apetrechos da pesca. Diegues (2004) elucida a existência de uma associação de saberes que orientam a ação prática do pescador, sendo fundamental para ele, prever situações em que a pesca pode ser produtiva, justamente pelo conhecimento que orienta onde e como pescar.

Além das técnicas de captura, os grupos domésticos geralmente se ocupam da conservação dos peixes, que representam mais uma alternativa de alimento. As técnicas de conservação do pescado utilizadas são a salga e o gelo, o que também acontece com a caça quando esta existe.

A salga é feita com o pescado que excede o consumo do grupo doméstico. O primeiro passo é a limpeza do pescado, que consiste na retirada das escamas e das vísceras. Em seguida, é feita a lavagem com água limpa. A última etapa é aplicar o sal no pescado, fazendo uma melhor distribuição para impedir o ranço.

Dependendo do período do ano, o pescado pode ser consumido *in natura* ou salgado. Durante a estação da vazante, costuma-se salgar o pescado para os moradores consumirem no período mais seco do ano. O gelo é utilizado por cerca de seis meses, coincidindo com a estação da enchente/ cheia. Essa operação é repetida semanalmente, onde o transporte do gelo é feito em caixas de isopor, é um trabalho realizado com cuidado especial. Quando o nível da água do lago Cururu limita o acesso de qualquer embarcação, os moradores conservam o pescado apenas com o sal.

O **gráfico 15** mostra que a salga é a principal forma de conservação do pescado, podemos perceber que o maior índice de salga é dos moradores da São Francisco do Cururu (50,0%). No que diz respeito ao gelo, Divino Espírito Santo expressou a maior frequência de uso do gelo (38,0%), seguida da São Francisco do Cururu (25,0%) e São João dos Cordeiros (14,0%).

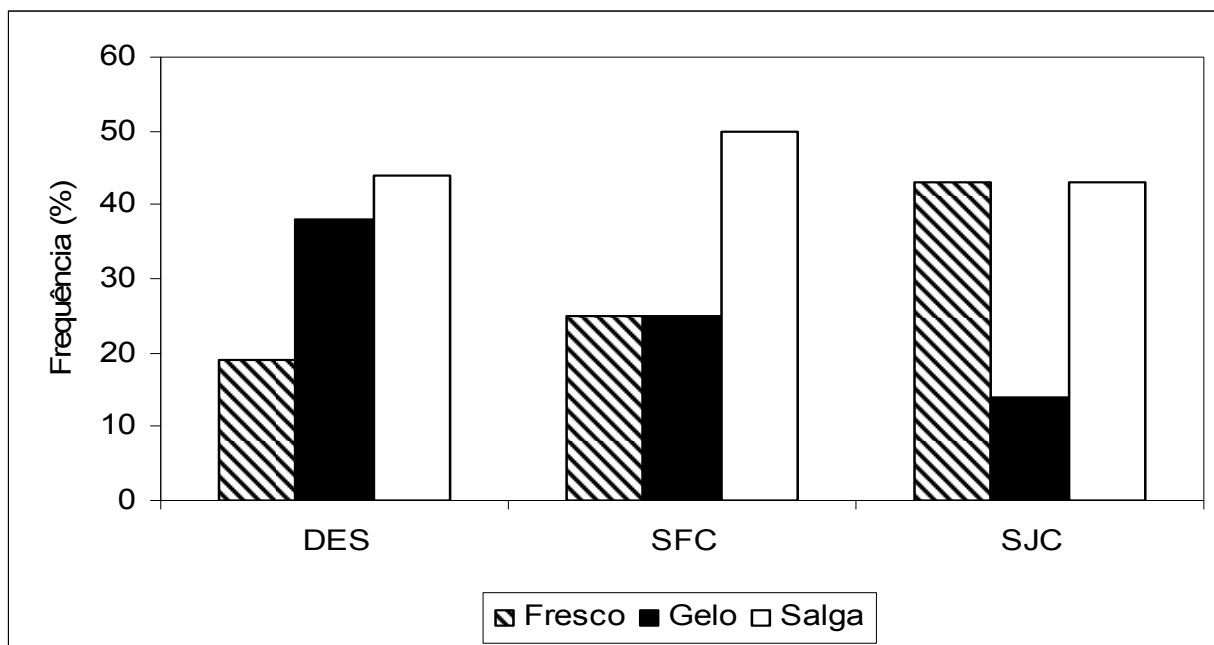


Gráfico 15 – Métodos de conservação do pescado por comunidade do lago Cururu.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

A prática do trabalho da pesca se caracteriza pelo conhecimento do pescador sobre os melhores locais e horários para pescar. Como diz L. S. F. 26 anos, morador da São João dos Cordeiros: *“a gente vem de manhã. Começa pescando lá de cima [igarapé] até metade do canal. A gente fica até o sol esquentar, depois a gente volta [...] quando o sol esquento o peixe se esconde”*.

Os pescadores da Divino Espírito Santo intensificam a atividade da pesca na estação seca, pode-se dizer que privilegiam o consumo em função da inexistência de recursos naturais com valor de mercado. Contudo, na cheia, constatou-se o inverso, numa relação direta com o bom desempenho de atividades econômicas, como o extrativismo vegetal em que os moradores vão trabalhar na exploração do açaí.

Observou-se na São Francisco do Cururu e na São João dos Cordeiros que a pesca conjunta é muito rara, sendo possível encontrar alguns jovens pescando com o irmão ou sobrinho. Na estação cheia, os pescadores do Divino Espírito Santo disseram que pescam com mais de uma pessoa quando vão pescar em locais mais distantes de suas casas.

2.4 SUBSISTÊNCIA OU COMERCIALIZAÇÃO

As contribuições das seções anteriores sobre as atividades desenvolvidas na *Floresta*, *Terra e Água de trabalho* mostram que as apropriações de recursos naturais são fortemente orientadas para repor os instrumentos de trabalho e propiciar o necessário ao consumo dos grupos domésticos. De acordo com Garcia Junior (1983), o cálculo econômico do grupo doméstico está centrado em obter os elementos necessários ao consumo para repor as condições de produção da unidade doméstica no ciclo produtivo seguinte.

O modo de vida dos moradores do lago Cururu está estritamente relacionado com a produção obtida para subsistência e comercialização. A complementaridade é importante devido à complexidade que a produção assume em cada grupo doméstico. Por exemplo, a farinha de mandioca apresenta-se como um produto de subsistência, com a alternatividade¹² entre ser vendido ou consumido.

O pressuposto que adotamos nesta pesquisa é o de Garcia Junior (1983), que considera o produto da lavoura de subsistência como “*valor de uso para a unidade camponesa que o produz e valor de uso para quem o compra*” (p. 127). Diferentemente da farinha de mandioca, a malva é um cultivo cujo produto é destinado à venda, fazendo parte da lavoura comercial. Assim, o cultivo “é sempre mercadoria. O produto deste cultivo não é valor de uso para a unidade camponesa que o produz, mas valor de uso para quem compra” (GARCIA JUNIOR, 1983, p. 127).

Deste modo, no **quadro 10**, podemos observar que a maioria dos recursos naturais apropriados da *Floresta*, da *Terra* e da *Água* é destinado para o consumo dos grupos domésticos. Existem outros, como o açaí e a farinha de mandioca, cujo excedente da produção de subsistência é vendido para os agentes da comercialização.

¹² “Permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se estender aos requisitos do consumo familiar. Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar” (GARCIA JUNIOR, 1983, p. 129).

DESTINO		FLORESTA DE TRABALHO	TERRA DE TRABALHO	ÁGUA DE TRABALHO
Subsistência	Consumo	Extrativismo animal – caça de mamífero. Extrativismo vegetal – madeira, palha, frutos silvícolas, óleos essenciais, drogas alucinógenas, estimulantes, substâncias aromáticas, gomas elásticas e fibras.	Farinha de mandioca, banana, macaxeira, milho, feijão, jerimum, melancia, maxixe, cará, pimenta doce, cebolinha, maracujá e abacaxi.	Extrativismo animal – peixe e caça de aves.
	Venda	Extrativismo vegetal – açaí	Farinha de mandioca	APC
Comercialização	Venda	APC	Malva	APC

Quadro 10 – Destino dos produtos extrativos ou agrícola para fins de subsistência ou comercialização.

LEGENDA: APC = ausência do produto agrícola ou do extrativismo para venda.

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Os produtos mais vendidos em grande quantidade são o açaí, a malva e a farinha que também se (re)tornaram, ao longo dos anos, produtos de disputa pelos agentes da comercialização.

Com relação à *Floresta*, é importante salientar que a venda do açaí ocorre de fevereiro a agosto, o que significa a possibilidade de geração de renda numa estação inviável para a agricultura. Conforme esclarece Lescure (2000, p. 202): “as atividades extrativas podem ser realizadas em períodos que exigem pouca força de trabalhos agrícolas. Há, então, complementaridade de atividades que possibilita sua inserção nos sistemas de produção”.

Segundo Castro (2000), o açaí deve atingir o mercado de Manaus até 72 horas após a extração, senão o fruto seca, perdendo a tintura do mesocarpo, o que acaba condicionando a organização das zonas de extração em uma área situada num raio de 350 quilômetros em torno de Manaus.

O açaí extraído é transportado de rabeta até a margem do rio Solimões. Depois, segue para as cidades de Manacapuru e Manaus, de barco de recreio que passa diariamente às 16 horas. O preço da passagem do morador no barco de recreio até Manacapuru é de R\$ 5,00 (cinco reais), acrescentando mais R\$ 10,00 (dez reais) pela carga da produção do açaí.

A venda do açaí nas cidades pode ser feita por meio do contrato. Este contrato se refere a um consentimento verbal feito entre o patrão e os agentes da comercialização da cidade:

Eu assumi um compromisso do meu irmão de 28 sacos [de açaí] por semana pra entregar no porto de Manacapuru. Antes, não sabia como funcionava [venda], mas já aprendi. Agora na safra [do açaí] do ano que vem eu quero vender é a polpa. Empristo um dinheiro do patrão e compro uma máquina para bater o caroço [do açaí] (E. S. F. 32 ANOS, SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

O patrão também estabelece um contrato verbal de compra do açaí com os extratores. Estes últimos se comprometem na extração de uma determinada quantidade de açaí, cabendo ao primeiro a compra da produção. Quando o extrator não consegue cumprir o contrato por motivo de doenças, cabe ao patrão direcionar a produção para outro extrator.

O contrato garante um privilégio no ato da venda. Os agentes da comercialização aguardam a produção no porto da cidade, recebem a produção e pagam o valor estabelecido no contrato. O contrato estabelece o dia em que o patrão deve passar a produção para as mãos do agente da comercialização.

O preço estabelecido no contrato não altera durante toda a produção. Se o preço do mercado variar ao longo da extração, por exemplo, o preço estabelecido no contrato continua fixo. A relação comercial é sempre desigual entre o extrator, o patrão e os agentes da comercialização, pois o preço pago pelo agente é sempre inferior.

O extrator obtém somente a quantidade de açaí estabelecida no contrato, se aumentar a produção, dificilmente venderá para o patrão que tem receio de adquiri-la, porque não entrará no contrato com o agente da comercialização.

Tenho um contrato [de venda do açaí] em Manacapuru com uma determinada quantia. Se eu chegar com [a produção do] açaí a mais [do que foi combinado], o meu comprador [marreteiro] só tem compromisso com aquilo que ele tem contrato [de compra]. Então vou ter que correr atrás de comprador [para vender a produção], ainda sou capaz de receber uma quantia baixa [do preço], porque eles pagam à quantia que querem na beira (E. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

No período de maior intensidade da produção, o preço pago no porto de Manacapuru era de R\$ 6,00 (seis reais) por saca, sinalizando a opção do extrator na comercialização por contrato. Como ressalta o extrator: *“se eu não tivesse contrato eu não venderia açaí. Por exemplo, seu você não tiver contrato, não sabe pra quem vender, fica sujeito aos marreteiros que querem pagar quase nada”* (E. S. F. 32 ANOS, SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).



Figura 39 – Patrão recolhimento da produção do açaí.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 40 – Sacas com açaí sendo embarcadas no barco recreio na margem do rio Solimões.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 41 – Agente da comercialização efetuando o pagamento da produção do açaí.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.



Figura 42 – Carregador retira as sacas de açaí do interior do barco recreio.
FONTE: Cloves Farias Pereira em 2006.

Os agentes da comercialização que atuam no porto de Manacapuru são marreteiros e carregadores que concorrem para a obtenção dos produtos. Na estação cheia, os agentes da comercialização atuam principalmente na compra da produção do açaí.

Vamos supor que chega um marreteiro e bota quanto é o açaí? Aí você vai botar seu preço, bem o meu açaí é 20 reais, aí chega outro eu diz: dou 18, então chega outro eu dou 19, aí você fica ali agüentando os 20 [reais]. Se o seu açaí é bom e limpo, então você fica agüentando ali, aí até chegar um [agente da comercialização] e diz eu dou os 20 [reais], aí você vai vender seu açaí, mas que você for esperar os preço deles, não recompensa o sacrifício que você faz (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

O extrator tem preferência na venda local do açaí, pois se vender na cidade, pode inclusive, sofrer maiores prejuízos, porque passa a ter gastos com gasolina, passagem/frete do recreio e alimentação na cidade, acaba dependendo do preço pago pelos agentes da comercialização:

Não levo o açaí pra [vender em] Manacapuru porque posso ter prejuízo. Olha só! Eu vendo [o açaí] pro marreteiros daqui mesmo [que moram no lago Cururu]. Você sabe que o resultado pode ser igual ou pior [do que vender na cidade]. Além disso, o comprador tem despesas com gasolina e frete, pra ele tem vantagem, porque ele vende muito e já tem comprador. Como eu não tenho comprador na cidade levo uns sacos de açaí pra vender lá, quando chego lá pra quem posso vender? Sabe pra quem? Somente pro marreteiro que fica no porto [da cidade de Manacapuru], que pagam pior que o comprador daqui [do lago Cururu]. Por isso que vendo aqui (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

A venda não é bem vista pelo extrator, indicando que o deslocamento para cidade lhe tira bastante tempo do trabalho, alegando que não tem paciência em permanecer no recreio esperando a oferta de preços melhores para o produto. O depoimento a seguir corrobora a afirmação a respeito da venda: “a gente entrega o açaí na porta de casa pro marreteiro e não ter dor de cabeça. A gente já produz [o açaí], ainda tem dor de cabeça pra vender? Assim não, prefiro vender sem dor de cabeça” (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

No âmbito da *Terra de trabalho*, a venda da produção é realizada exclusivamente na estação cheia. Constatamos que a farinha de mandioca assume um lugar central na economia dos grupos domésticos, é a base da sua alimentação. O excedente é vendido para os agentes da comercialização.

Quanto à transação comercial da malva, ocorre da seguinte maneira: na comercialização de 1.000 quilos de fibra de malva para um patrão ou marreteiro, ocorre um desconto de 10,0%. Segundo os agentes da comercialização, refere-se à perda de peso que o

produto sofre no momento da limpeza, isto é, o agricultor recebe o pagamento de apenas 900 quilos – o valor pago pelo agente de comercialização no ano de 2006 foi de R\$ 1,20 por quilo.

No caso de um dos agricultores, o ganho obtido com a comercialização da malva foi destinado ao banco, pelo financiamento de um motor marítimo para rabeta. O restante do dinheiro foi destinado à compra de mercadorias para manutenção do grupo doméstico na construção do roçado.

Como mencionamos, a malva é o produto comercial destinado exclusivamente para o mercado. A comercialização da malva para os agentes da comercialização é feita em dinheiro, e é dada como certa, o que ocasiona certa capitalização para o agricultor na aquisição de certas mercadorias para a sua subsistência (WITKOSKI, 2007), funcionando como poupança (RIBEIRO & FARBÉ, 2003).

O levantamento da venda dos produtos da *Floresta de trabalho* e da *Terra de trabalho* demonstrou que o extrativismo do açaí é a principal atividade econômica dos grupos domésticos do lago Cururu. Anderson & Loris (2001), em um estudo na ilha de Combu, no Estado do Pará, comprovou que a produção do açaí é a principal atividade econômica do ribeirinho no período de abril a novembro. Os autores concluíram que a renda bruta do extrativismo é maior do que a agricultura e é uma atividade que requer menores níveis de investimento.

A atividade agrícola e extrativa economicamente mais lucrativa era o açaí, que representa a maior parte da renda anual recebida, seguida da malva. Comparando a renda recebida nas atividades desenvolvidas nas três comunidades, percebe-se claramente que a extração do açaí propicia maiores rendimentos para o ribeirinho do que a agricultura (**Tabela 01, 02 e 03**).

Outros produtos ainda se destacam na composição do consumo dos grupos domésticos. Entre eles, a castanha-do-brasil, o ingá-açu, o uixi, a pupunha, o piquiá e o tucumã foram os produtos florestais que apresentaram desempenho econômico ineficientes. Contudo, esses produtos são eficientes para o consumo e considerados prioritários na dieta alimentar. Os produtos da roça também contribuem bastante para o consumo, cuja forma de produção é para a subsistência, não se produzindo em escala comercial e o processo de venda acontece esporadicamente. Esses resultados colocaram uma questão central, que os produtos extrativos e agrícolas atingem a necessidade de consumo dos grupos domésticos.

Produto	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço em reais	Renda total em reais
Farinha de mandioca	32 sacas	2 sacas	R\$ 40,00 por saca	80,00
		1 saca	R\$ 45,00 por saca	45,00
		2 sacas	R\$ 65,00 por saca	130,00
		5 sacas	R\$ 40,00 por saca	200,00
Malva	1.500 quilos	1.500 quilos	R\$ 1,30 por quilo	1.950,00
Açaí	185 sacas	10 sacas	R\$ 17,00 por saca	170,00
		15 sacas	R\$ 20,00 por saca	300,00
		155 sacas	R\$ 15,00 por saca	2.325,00
Total				5.200,00

Tabela 01 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de D. F. C., ribeirão da comunidade Divino Espírito Santo.

FONTE: Pesquisa de campo, 2006.

Produto	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço em reais	Renda total em reais
Farinha de mandioca	15 sacas	Não vende		0,0
Malva	1.000 quilos	1.000 quilos	R\$ 1,20 por quilo	1.200,00
Açaí	160 sacas	147 sacas	R\$ 15,00 por saca	2.205,00
		3 sacas	R\$ 20,00 por saca	60,00
		Total		3.465,00

Tabela 02 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. V. C., ribeirão da comunidade São João dos Cordeiros.

FONTE: Pesquisa de campo, 2006.

Produto	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço em reais	Renda total em reais
Farinha de mandioca	25 sacas	01 saca	R\$ 40,00 por saca	40,00
		13 sacas	R\$ 50,00 por saca	650,00
Malva	800 quilos	800 quilos	R\$ 1,20 por quilo	960,00
Açaí	83 sacas	02 sacas	R\$ 25,00 por saca	50,00
		10 sacas	R\$ 16,00 por saca	160,00
		06 sacas	R\$ 18,00 por saca	108,00
		04 sacas	R\$ 10,00 por saca	40,00
		10 sacas	R\$ 13,00 por saca	130,00
		50 sacas	R\$ 15,00 por saca	750,00
			Total	2.888,00

Tabela 03 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. S. F., ribeirão da comunidade São Francisco do Cururu.

FONTE: Pesquisa de campo, 2006.

As atividades comerciais que os moradores mantêm com as cidades se dão através das relações internas e externas, mantidas com os distintos agentes da comercialização que atuam e/ou moram no lago Cururu. Eles estão representados por duas categorias: o patrão e o marreteiro.

Os marreteiros passaram a comercializar sua produção, depois que conseguiram sua própria embarcação e/ou um contrato com um patrão ou marreteiro da cidade. Os marreteiros trabalham principalmente com a produção do açaí. Eles compram a produção dos coletores e transportam até Manaus. Há os marreteiros que não possuem o próprio barco, estes acabam revendendo a produção na cidade de Manacapuru.

O patrão comercializa predominantemente a malva e a farinha de mandioca, mas pode comprar também a produção do açaí do marreteiro. Na maioria das vezes, o patrão adianta o dinheiro para o ribeirinho repor os instrumentos e as mercadorias necessárias para o desenvolvimento das atividades agrícolas. O patrão tem “direito” na compra do produto do cultivo, descontando o valor adiantado para o ribeirinho.

Os moradores preferem vender a sua produção dentro do lago Cururu, preferencialmente, na sua casa. Na maioria das vezes, não possuem bons contatos na cidade para conseguir negociar bem os produtos, que depende também da habilidade na negociação e da paciência em não se livrar do produto. Deste modo, ele tem dificuldades na gestão da venda e repassa esta responsabilidade para o patrão.

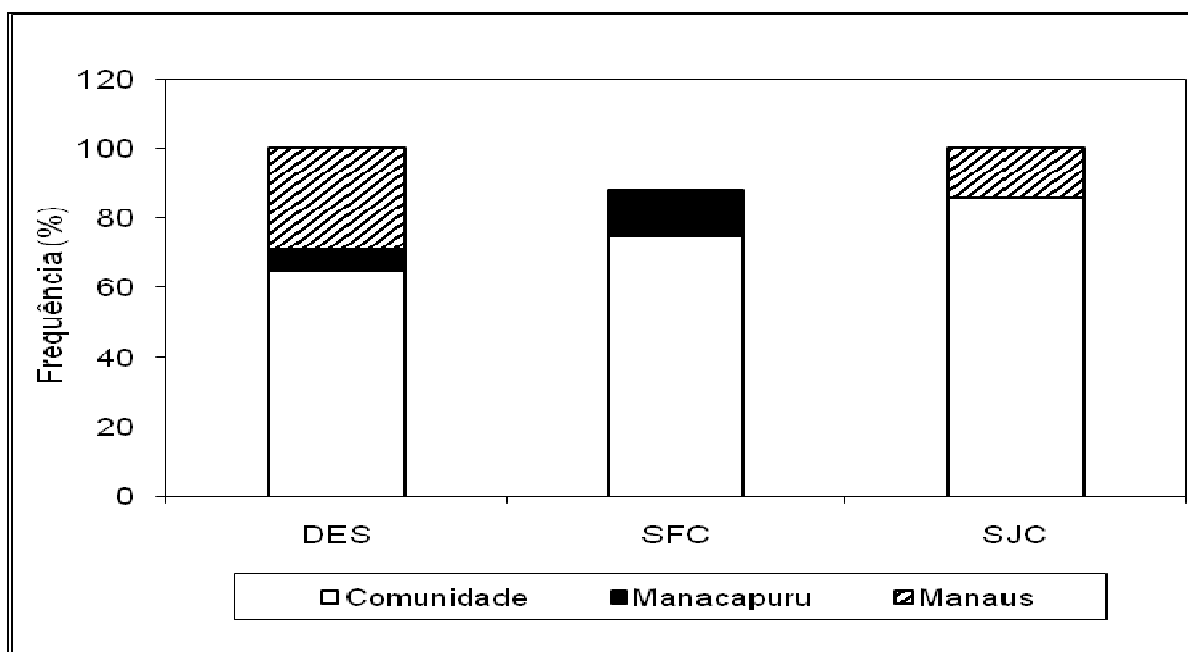


Gráfico 16 – Local de comercialização da produção.

LEGENDA: DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

CAPÍTULO III

,

EXPRESSÕES DA TERRITORIALIDADE

Trata-se da análise do resultado da oficina de mapeamento participativo, que permitiu a elaboração dos mapas da distribuição e ocorrência dos recursos naturais; e, fez-se necessário sintetizar os principais elementos em torno da discussão dos territórios. É a partir da análise das formas de apropriação e uso dos territórios que se compreende a importância e o significado do modo vida no lago Cururu.

3.1 A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO LAGO CURURU

A categoria espaço prevê o fundamento básico da própria sociedade, onde se constroem as relações sociais e repousam os objetos naturais e materiais. É preciso que vejamos o espaço como um sistema de objetos e ao mesmo tempo como um sistema de ações. Isso significa dizer que o espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração (SANTOS, 2002).

O espaço se transforma em território à medida que o revestimos de significados, sejam eles simbólicos ou materiais, afetivos ou míticos. Ou seja, o território é uma representação coletiva, uma ordenação primeira do espaço. Nesse contexto, a afetividade e o pertencimento podem ser considerados formas de valor agregado, assim como o conhecimento e a *práxis* das atividades produtivas.

A transformação do espaço (categoria) em território é um fenômeno de representação através dos quais os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem. A noção de território é formada através da ação imediata da materialidade, mas esse é apenas um componente, já que todas as demais representações sobre o território são abstratas.

O território é um produto das ações coletivas e relações humanas, uma construção histórica do homem à medida que esse se organiza, culturalmente e socialmente. Ao se reproduzir em um dado espaço, cria-se e recria-se a identidade coletiva, sejam essas estabelecidas entre os próprios indivíduos ou entre os indivíduos e o território onde desenvolvem suas atividades produtivas.

A percepção espacial de cada indivíduo é marcada por referenciais socioculturais e também por laços afetivos. Quando os moradores se apossam de uma determinada parte do lago Cururu, o vínculo é feito a partir da construção das diferentes formas de representação coletiva dos territórios.

No estudo sobre caçadores/coletores e agricultores, Godelier (1981) afirma que cada sociedade tem uma percepção intelectual do mundo, sendo possível combinar os meios materiais e os acordos sociais para atuar sobre a natureza.

Para os pigmeus Mbuti, a selva representa uma realidade amistosa, hospedeira, benfeitora para os homens. Consideram-na como uma realidade protetora dentro do qual se sentem seguros em qualquer parte [...] consideram os espaços cultivados como um mundo hostil onde o calor é sufocante, ou a água está poluída e é mortífera [...] Para os Bantos, a selva é a realidade hostil, inóspita e mortífera, no interior do qual raramente se aventuram e sempre com muitos riscos. Consideram-na povoadas de demônios e de espíritos malignos dos quais os pigmeus são, senão a encarnação, pelo menos seus representantes (p. 54).

É possível percebermos que floresta a para os pigmeus Mbuti guarda todas as espécies vegetais e animais de que necessitam para sobreviver. A floresta é conhecida, não tem segredo, mas não é só um conjunto de populações vegetais, animais e humanas é, portanto, uma realidade sobrenatural, onipresente e onipotente.

A percepção da natureza pelos pigmeus envolve um sentimento de confiabilidade, a floresta representa um ambiente amigo, como se assumisse uma extensão de suas casas e, portanto, de suas vidas. Na concepção dos Bantos, a selva é um obstáculo para o cultivo de mandioca e do milho, sendo necessário o deslocamento para outros territórios após um determinado período de cultivo no solo que perde a fertilidade. Além disso, a natureza deve ser transformada em um ecossistema artificial que é construído com energia humana.

Cabe aqui dizer que o território agrupa amplo leque de dimensões sociais, pois pressupõe que as ações coletivas se dão em realidades concretas quanto na representação que se estendem às relações sociais. O exemplo acima deixa claro que o território não se resume ao substrato material, aos limites físicos ou ainda ao espaço social.

Os territórios são mais do que espaços delimitados. São *lugares* conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encopassa também a noção de *lugar* (MALDONADO, 1993, p. 105).

Conforme Maldonado (1993), a incorporação do espaço se realiza em formas concretas e simbólicas, cujas regras de estabelecimento e de manutenção se encontram no tecido da cultura e da ordem social. Não podemos esquecer que as ligações afetivas e a identidade coletiva de cada comunidade são fundamentais na formação dos territórios.

Esses territórios tanto podem corresponder a realidades geográficas concretas quanto à representação que freqüentemente se estendem às relações sociais, na medida em que a territorialidade humana encompassa amplo leque de dimensões como status, identidade e prestígio, não raro podendo constituir-se em ordenações simbólicas em cujo bojo se dão relações de poder e dominação, eventos de linguagem e ideologia (MALDONADO, 1993, p. 35).

O conceito de territorialidade é constituído pelos processos e os mecanismos sociais onde se estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes (MALDONADO, 1993). Através de sua concepção, é preciso que vejamos a territorialidade como uma dimensão do comportamento humano, que se orienta implícita ou explicitamente para apropriar-se do espaço e dividi-lo em territórios, fazendo deles recursos para o seu interesse.

Como destaca Little (2002, p. 03), a territorialidade é o *"esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o, assim, em seu território"*. Entendemos que a territorialidade expressa à identidade coletiva, concebida como espaço resultante das relações sociopolíticas e, por extensão à rede do estabelecimento da diferença entre os grupos sociais que formaram as comunidades.

Conceitualmente, neste estudo, buscamos não se dissociar território de territorialidade, já que a territorialidade *"é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em territórios nitidamente delimitado, que assumem características distintas e podem ser considerados como exclusivo de que os ocupa e os define"* (SOJA, 1971, p. 19).

A identidade coletiva é uma expressão que orienta o processo de trabalho na construção do território. Como expressão associado à organização do espaço, à identidade coletiva opera as relações sociopolíticas de apropriação e usos dos territórios.

As relações sociopolíticas que permitem a transformação da *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho* em territórios delimitados e cognitivamente apreendidos. Nesse caso, os moradores mantêm uma relação com seus territórios que é orientada pela identidade coletiva, permitindo as múltiplas formas de acesso aos territórios e as formas múltiplas de relações sociais que se constroem.

Entendemos que o mapeamento permite a delimitação dos territórios quando os moradores se apropriam de uma variedade de informações da *Floresta de Trabalho*, *Terra de Trabalho* e *Água de Trabalho*. Trata-se da construção social de um roteiro que permite as relações sociopolíticas apropriação dos recursos naturais em um determinado território.

A *Floresta de trabalho* e a *Água de Trabalho* têm uma posição privilegiada na apropriação dos recursos vegetais e animais. É neste ambiente que se extrai a madeira, palha, frutos silvícolas, óleos essenciais, remédios, drogas alucinógenas, estimulantes, substâncias aromáticas, gomas elásticas, fibras e animais. Os produtos oriundos das atividades

desenvolvidas na *Floresta de Trabalho* e na *Água de Trabalho* são para os moradores uma das principais fontes de alimentação e entrada de recursos econômicos durante a maior parte do ano, tendo como destaque o açaí.

No caso da localização dos açais, os extratores evidenciam que a prática cotidiana reproduz e atualiza as relações sociopolíticas e o conhecimento sobre a *Floresta de Trabalho*. Cabe aqui chamar a atenção que os moradores ao desenvolverem uma determinada atividade produtiva estão concomitantemente realizando relações com os vizinhos.

Entendemos que o mapeamento delimita os territórios, a partir dos pontos de referências encontrados na natureza. Podem ser os igarapés, castanheiras, bacabeiras, amapazeiros, palhas, açazeiros, jauarizeiros, umbaubeiras, andirobeiras ou simplesmente um tronco de árvore caído. É por meio do mapeamento que os caçadores constroem suas percepções intelectivas, que viabilizam a identificação das áreas produtivas e a nítida delimitação do território. Por fim, a organização do espaço é um processo intrínseco às formas de mapeamento dos recursos naturais.

A caça é outro exemplo de que os caçadores fazem um mapeamento do hábitat, comportamento, alimentação e ruídos de animais, que sempre lhe chamam a atenção. Demonstramos, com maior clareza, o mapeamento do hábitat da paca no depoimento abaixo.

O melhor lugar pra mim caçar são as áreas que não tem acesso de gente, de ninguém. É uma área, por exemplo, que não anda ninguém, Então, essa área é onde os animais gosta de ficar lá, onde não penetra ninguém. Então, lá elas [caça] estão mais mansas, elas estão mais fácil da gente se aproximar delas. Porque nas áreas onde ela é muito habitada de gente, onde anda muita gente, elas se afastam mais da gente. [Assim,] Mal que elas [caça] enxergam a gente, ela já vai correndo, agora nas áreas que não é muito habitada elas esperam a gente chegar perto dela [,] como aquelas várzea alta do Amapá. Pra gente que mora aqui é mais fácil [,] porque a gente sabe onde os bichos fica, a gente tem um mapa direitinho do lago aqui [dentro da cabeça] (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

Os moradores constroem os seus territórios quando estão se apropriando da *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho*, que são incorporados aos seus modos de vida quando assumem a noção de lugar importante para a sua subsistência.

3.2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE DE ACESSO A RECURSOS NATURAIS

Os moradores têm uma longa história comum de migração até chegar ao lago Cururu. Percebemos que os moradores fazem parte de um conjunto de famílias, mais ou menos aparentados. Além das relações de parentesco propriamente dito, o compadrio e a vizinhança possibilitam a consolidação do vínculo dos moradores de cada comunidade.

As relações de parentesco, compadrio e vizinhança são componentes fundamentais do vínculo social para explicar a formação das comunidades. O conjunto das três comunidades do lago Cururu, encontra-se em condições que podemos considerar semelhantes. Estas comunidades foram construídas nas relações sociais dos patriarcas fundadores, que possibilitaram a formação de uma extensa rede de parentesco, compadrio e vizinhança que se tornou a base da delimitação dos territórios.

Foram as relações de parentesco, compadrio e vizinhança que permitiram a formação da sociabilidade das comunidades, que garante o acesso aos territórios comunitários pela expressão coletiva. Podemos perceber que foi dimensão sócio-política das relações de parentesco que atuou para que os moradores se agrupassem sob a mesma expressão coletiva, declarando o seu pertencimento a uma determinada comunidade.

As três comunidades foram formadas, com uma *“forma de organização com cargos de representação política, como presidente e vice-presidente”* (ALENCAR, 2005). O contraste que podemos notar diz respeito à própria escolha da liderança. Esta organização social é fundada no parentesco, que geralmente reúnem um conjunto de moradores para forma uma comunidade.

Na maioria das comunidades “os cargos de presidente e de vice-presidente são exercidos pelos patriarcas locais, geralmente o fundador do lugar; ou por filhos ou netos dos fundadores” (ALENCAR, 2005), cuja função é defender o interesse de sua família, dos compadres e dos vizinhos sob sua responsabilidade. O patriarca detém influência política sobre os compadres e vizinhos, consequentemente detém o poder político, com o poder de assumir ou indicar o cargo mais alto na hierarquia política comunitária, com articulação interna e externa, responsabilidade que ele assume de modo contundente.

Antes das comunidades, as famílias que criaram o lugar também construíram territórios. Com o surgimento das comunidades, houve um processo de territorialização, ou seja, de reorganização social:

Quando eu me entendi aqui, onde é hoje a comunidade São Francisco, a família mais antiga do seu Aloísio é uma. A outra era nossa família, o meu tio que mora lá em cima era um e outro esse meu tio daqui. Nessa área aqui tem muita gente, mas foi depois que chegou. Tem uns que estavam aí, mas morreram. Eram os homens que eu e entendi que morava aqui. Lá no São João do meu conhecimento, os primeiros que moravam lá foi à turma do Vitório que chegou pra lá. Outro é um velho que chamavam Capitari. Agora onde é o Divino. Vou te explicar antes não tinha nome de comunidade, a gente sabia que era as famílias que morava em cada lugar, o dono daquele lugar. Naqueles tempos já sabia onde cada família tinha que andar. Nos da minha família sabia que não podia pescar no Bração, porque era do pessoa do Bração, né. O pessoal do Bração sabia que não podia pesca no poço porque era nosso, assim valia pra tudo [...] Rapaz tem várias famílias que lá moravam. Do meu conhecimento um era [pensando] que já até morreu, mas a velha ainda esta viva, a Chica Bem vinda, aí tinha o Raimundo Roberto, que o velho Roberto já morreu, o pai dele, mais ele já morava aí o velho (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Para todos os efeitos, o acesso aos territórios necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas é assegurado pelas condições de pertencimento a uma determinada comunidade. Esta informação também é confirmada pelo estudo realizado no Médio Solimões por Lima (2006), que esclarece que o grau de parentesco exerce um papel importante nas regras de acesso local aos recursos naturais.

O legado mais importante que o casal recebe de seus pais são os laços de parentesco. As relações horizontais entre parentes vivos formam uma rede de ajuda e concedem o direito de usufruto coletivo dos recursos naturais. Este direito é vinculado diretamente à residência, que por sua vez é facilitada pela presença de parentes em comunidades onde o casal queira se estabelecer. O direito de uso é também exercido nos locais onde as pessoas tenham residido, mas o direito à apropriação dos recursos naturais tende a depender da presença de parentes na comunidade, tanto para hospedagem quanto para conferir a legitimidade da manutenção do direito de uso (p. 147).

Os moradores que não estão ligados por laços de parentesco podem solicitar aos patriarcas locais o direito de uso dos recursos naturais (LIMA, 2006). A concessão do uso dos recursos naturais consiste no direito de construir uma casa e de fazer roças próximas ao domicílio, como é possível percebermos no depoimento abaixo:

Quando eu cheguei aqui não tinha parente, o pessoal mais antigo da comunidade mostrou um pedaço de terra pra mim tirar, então, tirei uma área para construir minha casa e comecei a zelar dela, sempre zelando das árvores, sempre que tinha cipó eu cortava, aí eu fui jogando caroço de açaí no mato e quase hoje eu tenho açaí da minha própria planta mesmo. Esse pedaço de terra somente o pessoal da minha família pode tirar, às vezes o pessoal da comunidade também vem tirar madeira, vem caçar, vem tirar palha. Essas coisas assim a gente da comunidade pode tirar no terreno do outro. Funciona assim, na hora que eu precisar de uma varra aqui no terreno do companheiro, primeiro eu chego lá e peço dele, com certeza ele me

arranja e assim ele pode chegar ao meu e qualquer uma pessoa dessas da comunidade se a gente chegar lá precisando de uma madeira que eles concede pra gente. Ano passado teve um pessoal da outra comunidade que entrou aqui e não pede, todo mundo aqui tem terreno e apanha dentro do seu lote de terra, não pode apanhar dentro do outro senão prejudica o outro, a não ser se tiver comunicação com ele. Às vezes é pessoa que não é comunitário, porque quem é comunitário ele está sabendo como é que é as regras (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

Cada comunidade define seu território e estabelece critérios para acesso aos recursos naturais. O território é “*construído a partir da agência dos moradores, sobre o ambiente, seja realizando atividades extrativas, cultivando roças, criando gado ou plantando árvores de madeira nobre*” (ALENCAR, 2005). Para os moradores, quando as regras que orientam as formas de acesso e uso dos territórios não são respeitadas, então, os mecanismos de defesa são adotados para inibir o acesso dos moradores das comunidades vizinhas nos seus territórios.

No que diz respeito à existência de conflitos envolvendo moradores de uma mesma comunidade na apropriação dos recursos de uso comum, cabe aqui ressaltarmos que não presenciamos tal fato. Alencar (2005) afirma que nas comunidades da várzea do rio Solimões, o acesso aos recursos naturais é livre para os moradores da localidade. Os recursos podem ser compartilhados por moradores de comunidades vizinhas desde que eles acatem as regras estabelecidas.

As relações sociais tomam a conotação de conflito entre os moradores das comunidades vizinhas, quando usam um único território, o que chamo de “territórios sobrepostos”. De certo modo, os “territórios sobrepostos” não pertencem exclusivamente a uma única comunidade. A sobreposição é resultado do ordenamento territorial que surge com a formação das comunidades. Na Divino Espírito Santo, por exemplo, os moradores dizem que não precisam de permissão para extrair açaí ou caçar na *Floresta de Trabalho* que circunda a São João dos Cordeiros. Isto remete ao entendimento de que o acesso aos territórios sobrepostos não é considerado uma invasão porque há uma historicidade no uso deste território.

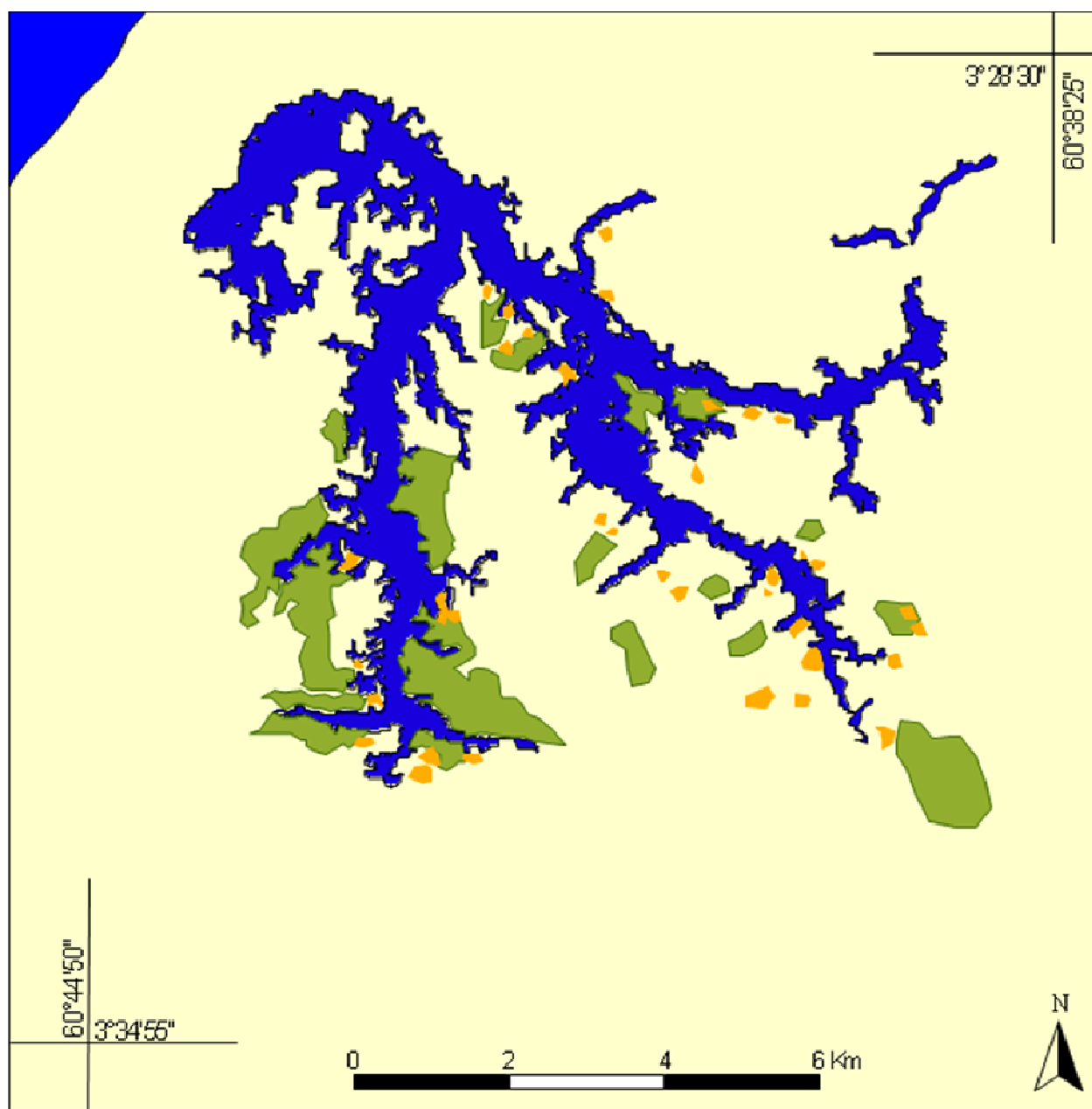
O pertencimento a uma comunidade e a um lugar remete a um ancestral fundador do grupo social e legitima o uso do território. Torna-se uma importante referência na manutenção dos territórios delimitados, quando as regras sociais determinam o respeito aos territórios alheios e, onde existe a disputa por recursos naturais e definição de territórios envolvendo outras comunidades (ALENCAR, 2005).

3.3 USO PRIVADO DA *TERRA DE TRABALHO*

Ao optarmos pela separação entre atividades agrícolas e extrativas, concebemos que as formas de uso da *Floresta de Trabalho* e da *Água de Trabalho* são feitas de forma comum, enquanto a *Terra de Trabalho* é privada. A roça é construída num terreno privado que permite aos grupos domésticos o controle exclusivo da produção agrícola. Trata-se de compreendermos nesta seção, como os agricultores estabelecem a posse dos terrenos para fins agrícolas.

Na *Terra de trabalho*, a várzea é o ecossistema que sofre a influência das flutuações dos rios que agem sobre as atividades produtivas. Os agricultores desenvolvem suas atividades agrícolas nas margens do lago Cururu, devido às características do solo da várzea que apresentam uma carga de fertilidade maior quando comparada com as terras mais reculadas. A escolha do terreno da roça nas áreas elevadas minimiza os impactos socioeconômicos ocasionados pelas águas que restringem o tempo da colheita da produção, tornando o trabalho mais intensos na estação da enchente.

Os terrenos agrícolas não combinam uso comum dos bens produzidos. A roça é um espaço privado onde somente os membros do grupo domésticos podem usufruir dos produtos colhidos. Segundo informações de Castro (1997), os usos dos ambientes fundam a noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada.



LEGENDA: **Roça** **Pousio**

Figura 43 – Área de roça e pousio indicam os terrenos para fins agrícolas.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

O controle do terreno agrícola é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico. Observamos que as posturas dos agricultores em relação ao terreno agrícola são bem definidas quando os limites estão estabelecidos entre os vizinhos.

Tal controle se dá através de normas específicas instituídas nas relações sociais estabelecidas entre os grupos domésticos. Embora os terrenos não sejam documentados pelo estatuto da propriedade privada, os moradores estabelecem o controle dos terrenos agrícolas por meio das relações sociais existentes entre os grupos domésticos, tecendo entorno das propriedades uma teia densa de regras e normas construídas socialmente.

A delimitação da roça é mais precisa em relação à extensão da moradia, esses espaços são respeitados por todos os moradores. Assim sendo, as relações das roças são, muitas vezes, paralelas às relações de parentescos, onde não há qualquer obrigação formal do morador em fornecer produto da roça.

O sistema de posse dos terrenos agrícolas é revelado mediante a pressão dos recém chegados que querem utilizar determinados terrenos agrícolas. Em geral, os grupos domésticos antigos consideram essa atitude ilegítima e, apesar disso, os recém chegados podem solicitar dos proprietários os terrenos para fins agrícolas, que são considerados mais flexíveis. Assim, os recém chegados ou outros grupos doméstico podem pedir permissão para abrir uma área para o roçado ou plantio.

As roças são construídas nos terrenos pertencentes às famílias. A presença da roça sinaliza que a propriedade é protegida pelas relações de parentesco ou vizinhança. Apesar dos terrenos não terem roçados, as relações sociais se mostraram bastante eficiente na proteção. Por isso é que os moradores podem utilizar as suas regras para organizar seus atos no uso dos terrenos agrícolas, e por isso também é que os moradores evidenciam a posse, na forma de roças em uso ou pousio espalhadas pela propriedade.

Os agricultores têm a compreensão de que os terrenos foram construídos na disponibilidade de terra livres, com efeito, os grupos domésticos antigos disponibilizaram os terrenos agrícolas para os seus parentes. Os grupos domésticos que chegaram nas últimas década casaram com as filhas ou filhos dos moradores antigos. Esta situação revela que os terrenos agrícolas são dimensões fundamentais da organização sócio-política das comunidades, que atravessam as gerações. Desse modo, a posse dos terrenos agrícola é mediada pelas regras comunitárias, mediante a ausência do estatuto de propriedade privada.

Em todas as comunidades os grupos domésticos têm o seu próprio terreno onde desenvolve as atividades agrícolas, mas há caso de agricultores que possuem uma área

inadequada para o plantio agrícola, outros não podem plantar nos seus terrenos devido a criações de animais – gado, porco e ovelha.

F. S. F. e F. V. C., que juntamente com os seus grupos domésticos cultivam no terreno de A. A. S., morador da comunidade São Francisco do Cururu, eles dizem que os terrenos não lhes pertencem, plantam nos terrenos do vizinho que é adequado para o plantio agrícola. Se a roça precisar entrar em pousio, os dois moradores solicitam ao proprietário a permissão para realizarem um novo roçado.

Embora tivéssemos a impressão de que existisse uma confusão nos limites dos terrenos agrícola, tal impressão é errônea. Constitui uma divisão explicitada nos igarapés, restingas, ilhas, árvores ou chavascais, onde se marcam as delimitações. A aparente confusão que impressiona num primeiro momento pela ausência de cercas separando as propriedades, é resultados dos acordos dos moradores, que definem com clareza onde começam e terminam as propriedades. Como os moradores constroem as roças nas mediações da sua moradia, eles sabem o marco que divide as propriedades.

3.4 USO COMUM DA FLORESTA E DA ÁGUA DE TRABALHO

Podemos verificar que a posse dos moradores acontece geralmente pela doação de terra devoluta, pois a venda de terra entre os moradores é um fato raro, podendo acontecer quando existe alguma benfeitoria.

Constatamos que as terras no lago Cururu foram doadas pelos patriarcas fundadores ou pelos filhos deles. De outra maneira, quando os agricultores constroem uma roça ou uma casa, ela passa a ser reconhecida como posse, entretanto, a *Água de trabalho* e a *Floresta de trabalho* são de uso comum.

O pano de fundo na apropriação dos recursos naturais está assentado nos territórios delimitados, tendo como consequência todo um processo de territorialização que contribuiu para a articulação dos comunitários. Os moradores, além de proporcionar o controle dos recursos naturais para as suas comunidades, por sua capacidade de mobilização e aglutinação na defesa dos territórios, também organizam as formas de apropriação dos recursos naturais.

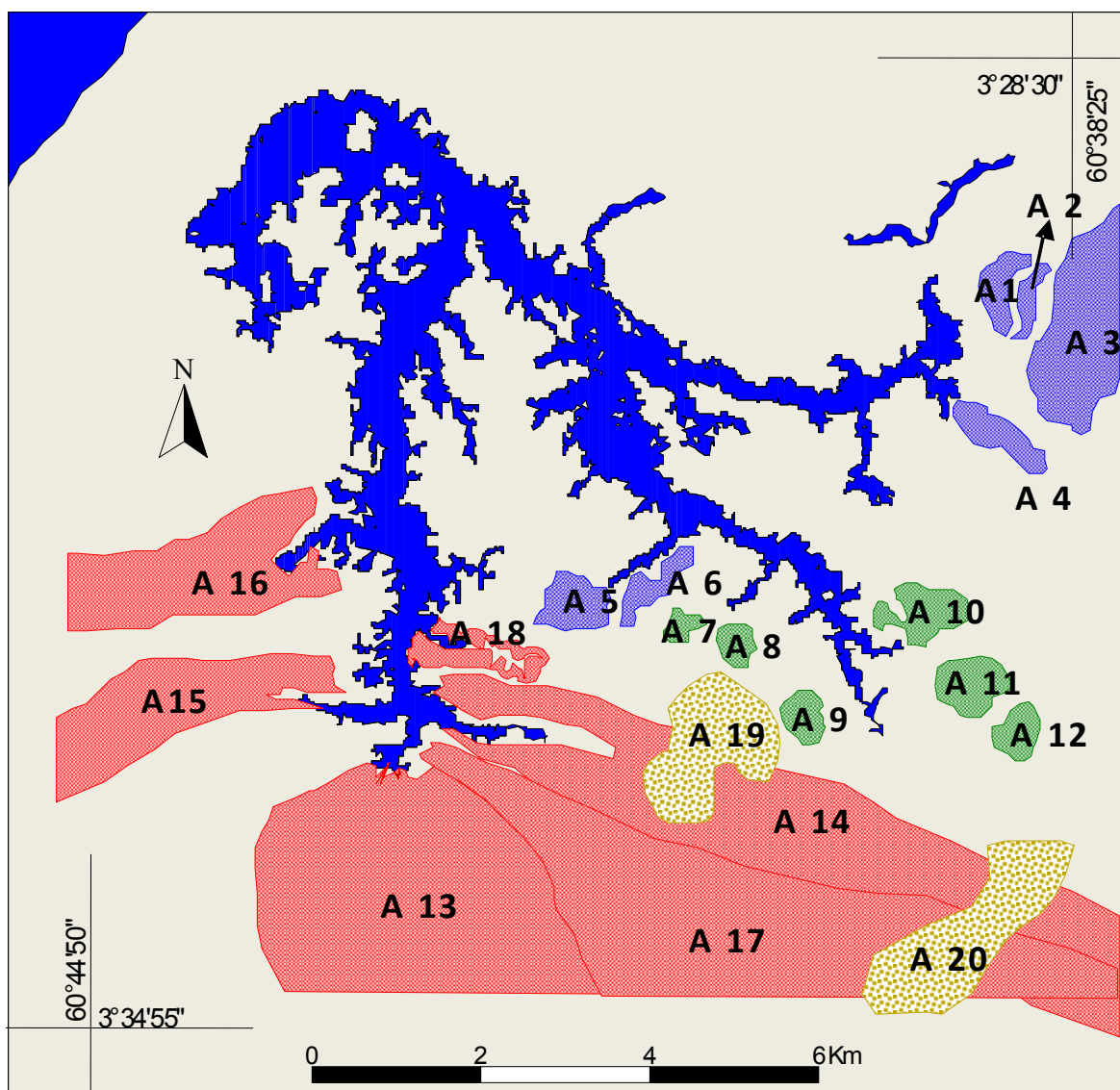
3.4.1 AÇAÍ

A questão da territorialidade dos açazais fornece elementos para a ampla discussão a respeito das propriedades de recursos, vistos como recursos comuns de acesso limitado. A apropriação dos territórios de açaí pelos extratores de cada comunidade determina a criação de mecanismos que regulam o seu acesso.

Notamos, pela evidência da **figura 44**, que cada comunidade possui os seus territórios. Os extratores da São Francisco do Cururu possuem seis territórios de açaí (A1, A2, A3, A4, A5 e A6), situados no Braço da Terra Preta e no Braço dos Cordeiros. Os extratores da São João dos Cordeiros extraem em seis territórios de açaí (A7, A8, A9, A10, A11, A12) e dois territórios sobrepostos (A19 e A20). Divino Espírito Santo é a comunidade onde os extratores possuem seis territórios de açaí (A13, A14, A15, A16, A17) e dois territórios sobrepostos (A19 e A20).

Embora os extratores possuam suas casas na várzea, os territórios de extração do açaí estão localizados na várzea alta e na terra firme. Utilizam como meio de transporte as embarcações fluviais, servindo também para o transporte da produção. Dependendo das condições econômicas dos extratores, o transporte até os territórios de açaí pode ser feito através da rabeta – transporte constituído pela canoa e um motor de combustão. Alguns extratores não possuem motor de combustão devido às limitações econômicas. Nesse caso, faz-se o transporte com a canoa a remo.

Com relação ao tempo gasto do núcleo da São Francisco do Cururu até os territórios de açaí (A1, A2, A3 e A4) localizados no Braço da Terra Preta, varia de 25 a 40 minutos, porém o mesmo percurso feito por canoa a remo, ocorre entre 45 e 60 minutos. Para os territórios de açaí (A5 e A6) localizados na entrada do Braço dos Cordeiros, o tempo de acesso com a rabeta varia de 20 a 30 minutos, quando foi realizado por canoa o tempo observado foi de 35 a 40 minutos. Há, por outro lado, a São João dos Cordeiros com a predominância do uso da canoa no desenvolvimento da atividade de extração, onde o tempo de acesso aos territórios varia de 20 minutos a 02 horas e 30 minutos. Podemos dizer que na Divino Espírito Santo o meio de transporte para extração do açaí é a canoa, cujo tempo de acesso aos territórios foi de 20 minutos a 02 horas.



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
A1,A2,A3 e A6 A4 e A5	Alta Baixa	São Francisco do Cururu	
A7,A8,A9, A10, A11 e A12	Alta	São João dos Cordeiros	
A13,A14,A15 e A16 A17 A18	Alta Média Baixa	Divino Espírito Santo	
A19 e A20	Alta	São João dos Cordeiros Divino Espírito Santo	

Figura 44 – Delimitação dos territórios de extração de açaí no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

A existência de um padrão de seletividade nos territórios de açaí reflete o conhecimento local sobre os melhores açaizais para o desenvolvimento de suas práticas produtivas. Dessa forma, os territórios foram classificados em três níveis de uso: alta, média e baixa intensidade de uso.

Os territórios com alta intensidade de uso foram citados como aqueles que apresentam as melhores condições para a realização da extração do açaí (A1, A2, A3, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A19 e A20). Estes territórios estão comumente localizados na várzea alta, cujo acesso ocorre através de canoas, mas a extração é feita caminhando de uma palmeira para outra, enquanto a lógica da extração no igapó é diferente, em vez de seguir caminhado, o extrator chega aos açaizeiros através da canoa. Os territórios com intensidade média de uso (A17) estão geralmente localizados nos igapós. E os territórios com baixa intensidade de uso se apresentam dispersos entre si (A4, A5, A18).

Averiguamos que os açaizais localizados nas mediações das casas dos extratores não estão inseridos na forma de uso comum, sendo a extração realizada somente pelos extratores das comunidades. Geralmente, os açaizais localizados nas mediações das casas atendem ao interesse principal da produção para o consumo.

Tu tá vendo essa área que a gente foi apanhar açaí. Essa área aqui perto de casa é só a gente daqui de casa é que tira. Assim é com tudo essa área aqui. Não tem condição se minha família sair daqui é for apanhar açaí lá na casa do se M. [vizinho]. Aí não pode, senão ele tem o direito de vim mexe dentro da nossa casa, não é? Aí aqui é assim, todos têm um pedacinho de terra que Deus deu para apanhar o seu açaí, pra que entrar no terreno do outro. Agora essa áreas aí pra trás é de quem quiser, né (F. V. C. 43 anos, São João dos Cordeiros, 2006).

Na **figura 44**, percebemos que o acesso aos territórios sobrepostos (A19 e A20) é realizado pelos comunitários da São João dos Cordeiros e da Divino Espírito Santo. Tais comunidades entram em conflito pelo uso exclusivo desses territórios, pois acabam sendo mencionados nos discursos dos extratores como os territórios mais abundantes de açaí. Logo, estes territórios sobrepostos estão em constante conflito.

Essa parte daqui tem muito açaí, olha só, tem muita árvore com cacho. O problema aqui é que os pessoal não deixa. Ele quer apanhar açaí aqui, sabe porque tem muito. Esse pessoal da outra comunidade passa o tempo tudo assim, anda pelas mata apanhando açaí, caçando. Tem tempo daqui que a gente passa numa ponta dessa não tem nada, ele leva tudo o açaí. A gente já conversou com eles, aí eles diz que estão apanhando no terreno do P. [ribeirinho da comunidade Divino Espírito Santo], que fica de fundo pra esse lado. Sabe que ele remexe é tudo essa terra desse lado. Agora pra esses lado daqui eles não passa não (E. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Os extratores da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros atribuíam o desrespeito dos seus territórios aos comunitários da Divino Espírito Santo, sendo culpados, em grande parte, pelo saque do açaí. Cabe salientar que o “pessoal de fora”, que reside na margem do rio Solimões extrai açaí no Braço da Terra Preta e no Braço dos Cordeiros. Além do mais, o “pessoal de fora” do lago Grande, município do Manaquiri, atuam na extração do açaí no Braço da Terra Preta.

Aqui atrás é só caminho, nessa época que está cheio eles chegam de canoa por trás do terreno. Esse pessoal não respeita nada, tem gente que passa semanas na mata apanhando açaí, ontem fui numa ponta de terra aí atrás e não tinha mais nada, a roubalheira é grande. Esse pessoal do outro braço apanha no meu terreno porque é perto, aí pra trás tem muito açaí, mas eles não querem, querem aqui que é perto (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

O pessoal do Divino são os responsáveis pela roubalheira de açaí no lago. Eles vêm através dos igarapés que ligam aquele braço ao nosso. Esse pessoal tem como profissão viver da natureza. Eles não planta, vivem da natureza, termina o açaí vão para o buriti, depois o peixe (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Existe uma rede de cooperação entre os extratores da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros, excluindo a Divino Espírito Santo. Essa cooperação é configurada no controle do acesso aos territórios localizados no Braço do Cururu, Braço da Terra Preta e Braço dos Cordeiros, inclui também as relações de ajuda mútua e as ações políticas de reivindicações aos serviços de educação e energia elétrica.

No passado, a abrangência da comunidade São Francisco do Cururu incluía os moradores do Braço dos Cordeiros. Alguns moradores mais antigos do Braço dos Cordeiros, como o proprietário de um mercadinho, relatam que foram os patriarcas fundadores da São Francisco do Cururu que convidaram os moradores do Braço dos Cordeiros, mais ou menos, 30 anos atrás e, por isso, nessa época eram apenas uma comunidade. A formação da comunidade São João dos Cordeiros se deu porque os bens comunitários atendiam apenas os moradores do Braço do Cururu. Contudo, os extratores das duas comunidades trabalham em cooperação, quase todos podem extrair o açaí nos Braços do Cururu e do Cordeiros.

Seu V. D. M., um extrator da Divino Espírito Santo diz que: *“antigamente que chegou primeiro foi a minha família. Depois esse pessoal do outro Braço [São Francisco do Cururu] chegou e começou a querer mandar. Teve briga com eles desde o início”*. Assim como seu V. D. M., muitos extratores afirmam que os moradores da São Francisco do Cururu

e São João dos Cordeiros estão proibindo a entrada nos açaçais existentes nas mediações do Braço da Terra Preta, igarapés dos Cordeiros e do Palhal Grande.

Os extratores da Divino Espírito Santo são contundentes quando enfatizam que os açaçais não foram plantados pelos moradores das comunidades vizinhas, e que foram dados por Deus. Aliás, os extratores da Divino Espírito Santo mencionam que sempre extraíram nos açaçais restringidos pelos vizinhos da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros.

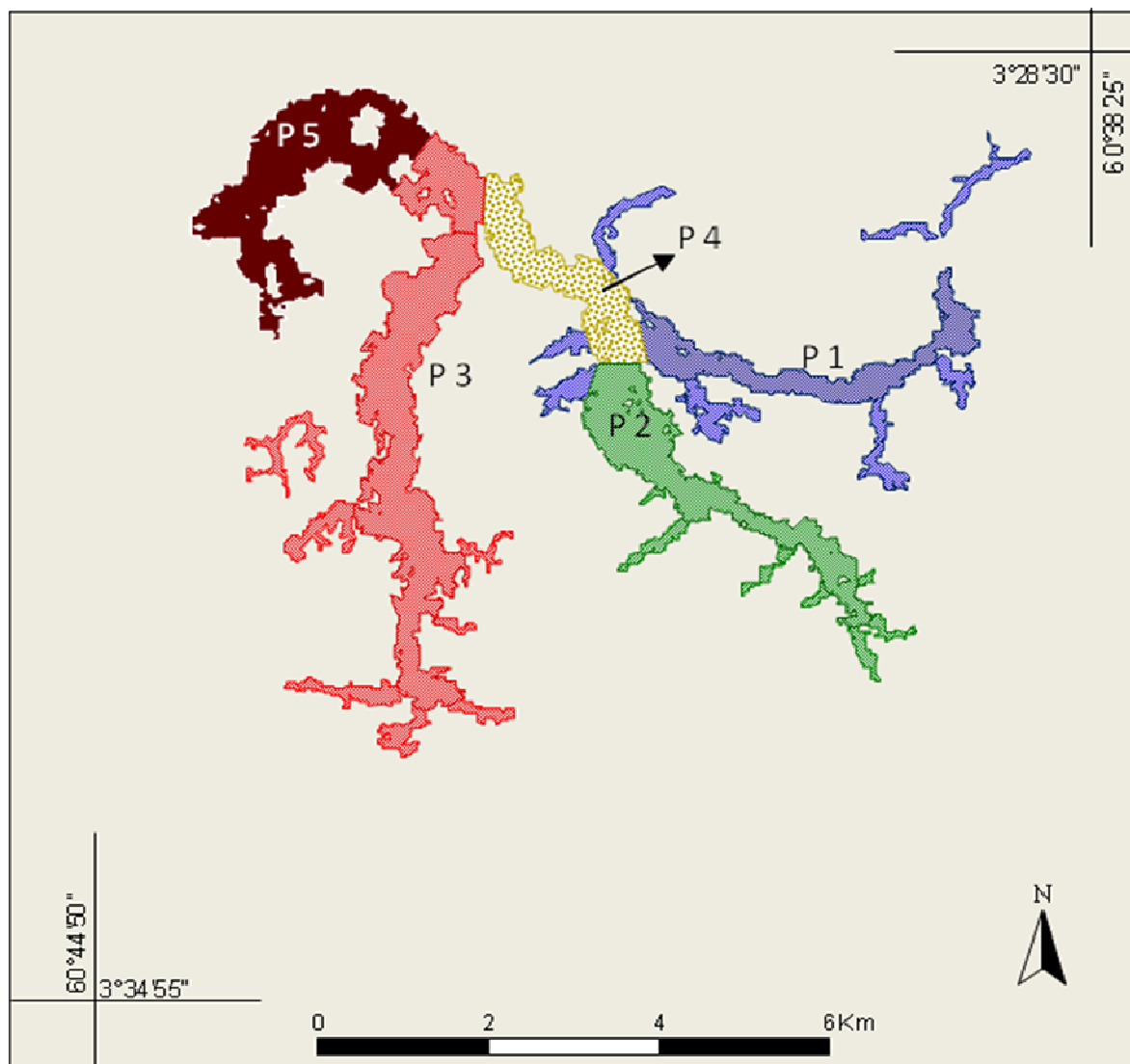
3.4.2 PESCA

A questão da territorialidade pesqueira fornece elementos para a ampla discussão a respeito das propriedades de recursos, vistos como recursos comuns de acesso limitado, a apropriação de territórios específicos pelos moradores determina a criação dos mecanismos que regulam o acesso.

A comunidade São Francisco do Cururu explorou as bases desses mecanismos revelando que existem diferentes formas de se garantir o acesso aos territórios. Os pescadores têm se posicionado pelo controle do Braço do Cururu (P4) e do Braço da Terra Preta (P1), associados com os igarapés do Caetano, Vareta, Ovos, João, Miraaú, Adriano, Roça, Basílio, Curimatã e o poço do Cururu (**Figura 45**).

Os pescadores da São João dos Cordeiros citam que os territórios de pesca mudam conforme a variação sazonal da água. Na estação da cheia, a pescaria é realizada no Braço dos Cordeiros (P2), estendendo-se aos igarapés da Velha, Meranda, Capitari, Boca da Primeira, Boca da Segunda, Boca da Terceira, Periquito, Boca da Vovó, Boca da Envira, Boca do Ari, Boca da Helena, Furrinho, Cobra, Laguinho, Taracuá, Cutia e Cordeiros. Durante a estação da seca, os corpos d'água diminuem o volume, sendo possível a captura do peixe no Braço do Cururu (P4), mas precisamente no chamado “poço” ou “poção do Cururu” (PC).

Na comunidade Divino Espírito Santo, os pescadores pescam nos igarapés do Bolorenta, Miriti, Palhal Grande, Sumaúma, Bonifácio e Maria Dassa, no Braço do Divino (P3). Quando a água atinge seu nível mínimo, as pescarias são realizadas no repartimento (PR), pois a água garante a permanência de algumas espécies alvo da pesca, destacando o bodó (*Liposarcus dorsalis*).



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
P1	Média	São Francisco do Cururu	
P2	Alta	São João dos Cordeiros	
P3	Alta	Divino Espírito Santo	
P4	Alta	São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros	
P5	Alta	Outras Localidades	

Figura 45 – Delimitação dos territórios de pesca no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006..

Há dois palcos de conflito que envolve o acesso e uso dos territórios de pesca, o primeiro envolve o “pessoal de fora”, numa referência tanto aos moradores da área urbana quanto aos moradores das comunidades que estão fora do lago Cururu; o segundo envolve os moradores das comunidades vizinhas. Os conflitos envolvendo o “pessoal de fora” aparecem desde os primeiros períodos de ocupação. No passado, os pescadores eram vítimas da ação da pesca comercial que se espalhavam pelo lago Cururu.

A proposta de minimização do conflito entre moradores das comunidades do lago Cururu com o “pessoal de fora” deu-se através de um instrumento de gestão dos territórios, a figurar como o acordo de pesca (PORTARIA IBAMA Nº 12 DE 2002). Esse instrumento foi elaborado em 1998 com apoio do *Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea da Universidade Federal do Amazonas – PYRÁ*, levando em consideração a dinâmica sazonal das áreas de várzea e a interdependência entre seus componentes naturais e sócio-culturais.

A portaria do acordo de pesca é utilizada para limitar acesso do “pessoal de fora” no lago Cururu. Essa ação aparece revelada no confisco dos apetrechos do “pessoal de fora” ou aliada às ameaças de denúncia ao órgão de fiscalização, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Para o “pessoal de fora” que mora na margem do rio Solimões, a portaria do acordo de pesca surgiu como um instrumento para legitimar o controle do lago Cururu pelos pescadores que moram no lago Cururu.

O pessoal de fora era que mais explora esse lago. Pirarucu, peixe, caça, tudo, tudo, a exploração grande pelos pessoal de fora. A pessoa ia pedir deles e eles ficava valente e esse meu marido uma vez foi pedi pra eles sair, não saiu. Ele foi buscar a polícia, aí eles queria atirar o meu marido, jurou de atirar na cara do meu marido, aí ele sai uns tempo, mas daí ele voltou a perseguir. Quando vieram a turma do PYRÁ que a Drª Nídia, ela montou as reunião todinhas, eu dando o nome dos lago, passamos mais de ano fazendo esse serviço. Tudo que dava do alcance dele até o acordo entre a gente. Aí a gente começou a trabalhar tirar esses pessoal do nosso lago (Ele não tinha tempo de ver a família dele que morava lá pra fora e não vivia se alimentando bem, pegou anemia profunda, daí já virou a doença (L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Ao “pessoal de fora” é permitida à pescaria num determinado território, conhecido como Braço do Lago (P5). Restringe-se o acesso dos mesmos ao Braço do Cururu, Braço da Terra Preta, Braço dos Cordeiros e Braço do Divino que são controlados pelos comunitários. O “pessoal de fora” que adentra nos territórios de pesca das comunidades (P1, P2, P3, P4) sofrem a coerção dos pescadores que se unem para confiscar os seus apetrechos e/ou expulsá-los. Os pescadores utilizam o acordo de pesca para expulsar o “pessoal de fora”, mesmo que o

acordo de pesca garantida ao “pessoal de fora” o direito da pescaria para o consumo, em qualquer parte da bacia do lago Cururu.

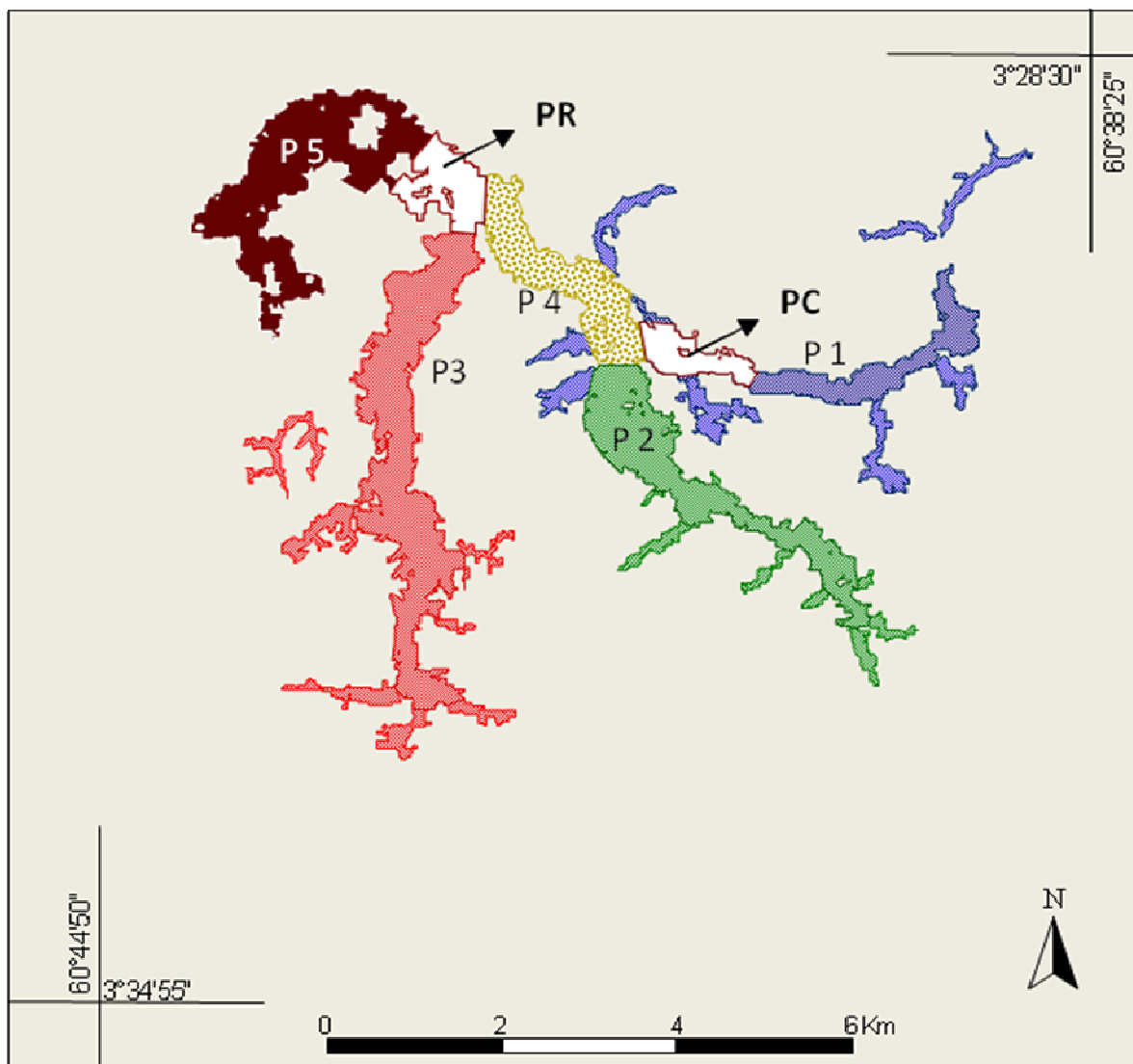
O acesso do “pessoal de fora” nos territórios de pesca (P1, P2, P3, P4 e P5) encontra resistência dos pescadores das comunidades. A posição defendida é que o “o pessoal de fora” já tem acesso ao rio Solimões para suas pescarias durante todo o ano. Eles afirmam que o recurso da ictiofauna dos territórios de pesca (P1, P2, P3, P4 e P5) é suficiente apenas para os moradores de dentro do lago Cururu.

Agora depois que começou as invasões de fora, dos pessoal de fora invadir, que ficou meio difícil pra nós, mas antes disso era um lugar muito bom. Os meninos iam às vezes por ali tinham muita capivara, matava uma capivara, aí a gente passava semanas comendo aquele carnezinha, quando se enjoava o peixe. Era assim pra mim, foi um lugar muito bom, agora ele não tá muito legal pra mim não. Eu não tô me dando com o problema do pessoal de fora querendo entrar aqui pro nosso lado, aí a gente fica sem comida deixando eles entrar, só que eles não tá mais satisfeita com os peixe que eles tem lá do rio [Solimões] (L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Os pescadores atribuem um significado negativo à presença do “pessoal de fora”, normalmente relacionado à falta de peixe. Por isso, é proibida a entrada para limitar a presença deles na exploração dos seus territórios. Nesse contexto, é crescente o conflito que envolve o interesse do “pessoal de fora” que quer ter acesso aos recursos pesqueiros do lago.

Como vimos na seção, Tempo dos nossos pais, o lago Cururu foi sendo apropriado historicamente como território pelos moradores da São Francisco do Cururu e da Divino Espírito Santo, que estabeleceram restrições a esse território. Assim, houve o aparecimento de conflitos envolvendo o “pessoal de fora”, cujas idéias se baseavam na venda do pescado e direcionaram esforços no sentido de incorporar o lago Cururu como área da pesca comercial.

Percebemos que o segundo palco de conflito envolve apenas os pescadores das comunidades de dentro do lago Cururu, exclusivamente em ocasião da seca. O Braço dos Cordeiros e o Braço do Divino se transformam em pequenos córregos, identificados como igarapés, que diminuem a presença da ictiofauna, reforçando a imagem de que os territórios de pesca são limitados nesta estação. Neste período, os peixes ficam confinados em corpos d’água cada vez menores, sendo capturados com bastante facilidade pelo fato de reduzir drasticamente a área com água, denominado pelos pescadores de “poço” ou “poção”. A possibilidade do comprometimento da principal fonte de alimento faz com que os pescadores das comunidades se organizem e dividam o lago Cururu em dois territórios de pesca: “poço do Cururu” (PC) e “poço do Repartimento” (PR) (**Figura 46**).



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
P1	Média	São Francisco do Cururu	
P2	Alta	São João dos Cordeiros	
P3	Alta	Divino Espírito Santo	
P4	Alta	São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros	
P5	Alta	Outras Localidades	

Figura 46 – Delimitação dos territórios de pesca na seca.

LEGENDA: PR = Poço do repartimento e PC = Poço do Cururu.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

O conflito está relacionado com o controle do território de pesca do “poço do Cururu” (PC). O “poço do Cururu” é o ambiente mais abundante e mais freqüentado pelos pescadores da São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros. É próximo da São Francisco do Cururu, e segundo L. J. A., presidente da comunidade, o “poço do Cururu” é um único ambiente com peixes para sobrevivência. Provavelmente, seja o “poço do Cururu” o mais ricos em espécies, por ser mais profundo e de fácil acesso para os pescadores.

Os pescadores da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros têm se posicionado para que os pescadores da Divino Espírito Santo assumam do “poço do Repartimento”, com objetivo de limitar o acesso deles no “poço do Cururu”. Os pescadores da Divino Espírito Santo afirmam que o “poço do Repartimento” apresenta escassez de peixe.

A pesca no “poço do repartimento” possui algumas variáveis que interferem na captura dos peixes. Dentre estas se encontram a principal: a ausência do peixe. Os pescadores afirmam que a seca influencia na dinâmica das espécies. Os peixes migram para o ambiente mais profundo do lago Cururu, o “poço do Cururu”, que permite a sobrevivência deles durante toda a estação da seca.

Segundo V. D. M., morador da Divino Espírito Santo, o “poço do Cururu” é melhor para a pescaria pois, o “poço do Cururu” demora mais para secar e os peixes vivem por mais tempo, conseqüentemente, eles encontram uma dificuldade imposta pelos pescadores da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros.

No passado, os pescadores da Divino Espírito Santo se alimentavam do peixe do “poço do Cururu”, que freqüentemente passou a ser controlado pelos pescadores das comunidades vizinhas, que acusam os pescadores da Divino Espírito Santo de venderem o peixe do “poço do Cururu”.

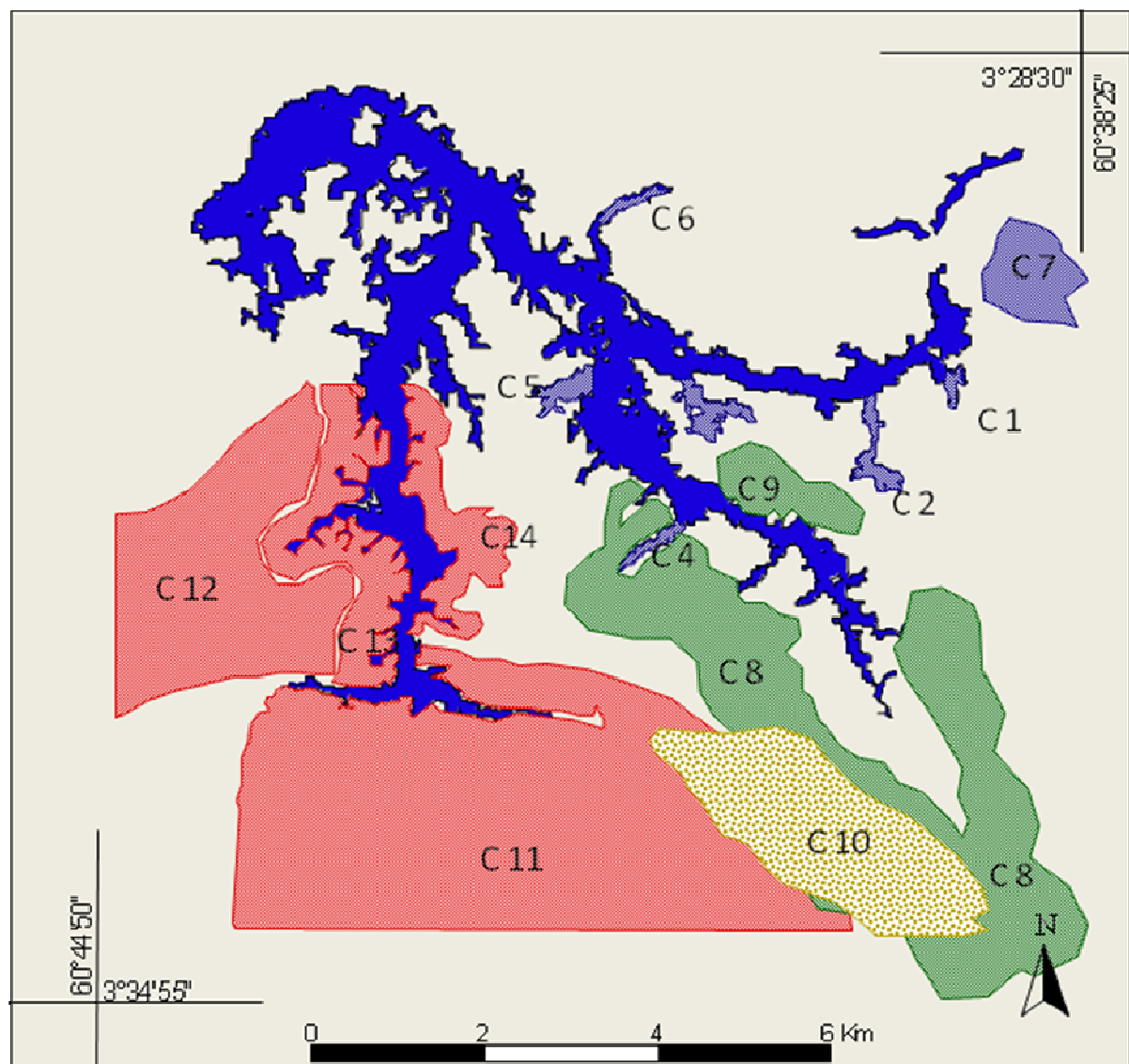
No primeiro anos da pesquisa, em 2005. Os pescadores da São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros tomaram medidas mais enérgicas para o controle do “poço do Cururu”. Obstruíram os acessos ao Braço do Cururu com troncos de árvores flutuantes e, além disso, posicionaram pescadores para vigiarem o “poço do Cururu”. O objetivo foi restringir o acesso dos pescadores da comunidade Divino Espírito Santo e do “pessoal de fora”.

3.4.3 CAÇA

A caça é uma atividade exercida nas duas estações do ano, cheia e seca. As aves aparecem em abundância nas mediações dos corpos d'água, o que facilita o acesso dos caçadores a outras fontes de proteína animal nas imediações de suas casas. A captura de paca, do tatu e do veado, embora encontrados somente na cheia, está relacionada aos territórios localizados na várzea alta. Outra característica desses animais é a presença mais acentuada nos territórios localizados na terra firme.

Podemos observar, na **figura 47**, que os territórios de caça dos caçadores da São Francisco do Cururu estão situados no Braço da Terra Preta (C1, C2, C3, C4 e C5). A atividade da caça entre os moradores da São João dos Cordeiros é muito expressiva. Eles caçam nos territórios C8 e C9 localizados no ambiente de várzea. De tal modo, percebemos que o maior território de caça (C8) contorna o Braço dos Cordeiros. Neste último território, destacam-se, em abundância, os animais citados com mais frequência, são eles o tatu, paca, veado e caititu.

Os caçadores da Divino Espírito costumam caçar em toda a extensão do Braço do Divino. Em alguns territórios de caça (C11, C13 e C14), a presença dos animais é também abundante, entretanto, a disponibilidade da caça é alternada (**Figura 47**).



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
C1, C2 e C7 C5	Alta Média	São Francisco do Cururu	
C3, C4 e C6	Baixa		
C8 e C9	Alta	São João dos Cordeiros	
C11, C13 e C14 C12	Alta Baixa	Divino Espírito Santo	
C10	Alta	São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo	

Figura 47 – Delimitação dos territórios de caça lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

Também é comum que os caçadores da Divino Espírito Santo desenvolvam atividades de captura dos animais no território de caça (C8). Durante nossa permanência na comunidade São João dos Cordeiros, encontramos com caçadores oriundos do Divino Espírito Santo caçando no território de caça (C8) da São João dos Cordeiros. Eles informaram que estavam caçando desde o igarapé do Palhal Grande, que fica localizado no Braço do Divino, percorreram toda a extensão dos territórios de caça (C11) atrás dos animais. Como não tiveram êxito na captura continuaram a busca até o igarapé dos Cordeiros.

Os caçadores da São João dos Cordeiros não consideram a presença dos caçadores vizinhos como uma ameaça aos seus territórios. Segundo F. V. C., sempre encontram caçadores da comunidade vizinha dentro dos territórios de caça de sua comunidade. Por este motivo, acabaram desistindo da idéia de expulsá-los, pois os animais caçados são da natureza, e além disso, uma atividade de caça pode começar nos territórios da Divino Espírito Santo (C11) e terminar no (C8) da São João dos Cordeiros.

Aquele pessoal que a gente encontro hoje, sabe da onde eles é? Lá do Bração, esse pessoal é assim, quando eles quer matar um bicho. Eles entra numa terra dessa até varrer do outro lado. Eles disse que tinha vindo no Bração, né? Eles vão sair lá no água branca perto do Igarapé dos Cordeiros. Eles não matar nada vão voltar por outra parage [lugar]. Eles vai passar o dia nisso, já perdeu o dia mesmo [...] Esses bicho meu irmão, mexe essas terra tudo, aí a trás é só cominho deles. Acho que ele tem casa é tudo essa ilha de terra. Se der a sorte mata um, né. Esse bicho é da natureza, não tem um dono não, o cidadão que tem fome vai atrás, né (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Em relação aos conflitos causados pelo uso do território de caça sobreposto, verificamos que, dos territórios existentes no lago, apenas um é reivindicado por duas comunidades (C10). Em relação a este território sobreposto, o mesmo não é considerado propriedade, nem individual e muito menos coletiva, mas aparece como mencionamos anteriormente como resultado do ordenamento territorial que surgiu com a formação das comunidades.

Neste caso, o acesso e uso dos territórios sobrepostos não resultam em conflito entre os moradores das comunidades, porque diferentemente dos territórios de açaí e de pesca, a caça é considerada um recurso que está em constante movimentação, para adquiri-la é necessário percorrer uma extensa área nos territórios, além do esforço e habilidade para sua captura.

Porém o conflito acontece quando o “pessoal de fora” avança nos territórios de caça dos moradores. O conflito pelo controle do acesso aos territórios de caça está relacionado

também ao controle do acesso aos territórios de açaí, onde os caçadores têm enfrentado, cada vez mais constante, o problema do saque por parte do “pessoal de fora”, em função da facilidade na aquisição de rabetas, que permite uma maior mobilidade.

3.4.4 MADEIRA

No lago Cururu, a atividade da extração de madeira está representada pelos territórios localizados no Braço da Terra Preta, Braço dos Cordeiros e Braço do Divino, sendo dividido em diversos territórios (**Figura 48**).

Nas comunidades São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros, a madeira não é extraída para venda, mas sim para construção de casas, cercas, galinheiros, marombas, pontes e distintas benfeitorias dos moradores. Esta atividade é realizada somente pelos homens que costumam retirar as árvores próximas dos corpos d'água.

A madeira é concebida como recurso natural em abundância, onde os moradores da São Francisco do Cururu extraem no Braço da Terra Preta (M1, M2, M3 e M4) e da São João dos Cordeiros extraem madeira no Braço dos Cordeiros (M5, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12, M13, M14, M15, M16, M17 e M18). Os cortes das árvores nos dois braços acima são feitos mediante a autorização dos ocupantes. Raramente algum dinheiro é utilizado na transação comercial entre as duas comunidades.

Na hora que eu precisar de uma varra [madeira] aqui no terreno do companheiro, primeiro eu chego lá e peço dele, com certeza ele me arranja. Assim, ele pode chegar ao meu, qualquer uma pessoa dessas [da comunidade] se a gente chegar lá precisando de uma madeira que eles concede pra gente. Ano passado teve um pessoal [da comunidade Divino Espírito Santo] que entrou aqui e não pede, mas isso é fácil de resolver isso aí. Às vezes é pessoa que não é comunitário, porque quem é comunitário ele está sabendo como é que é as regra (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

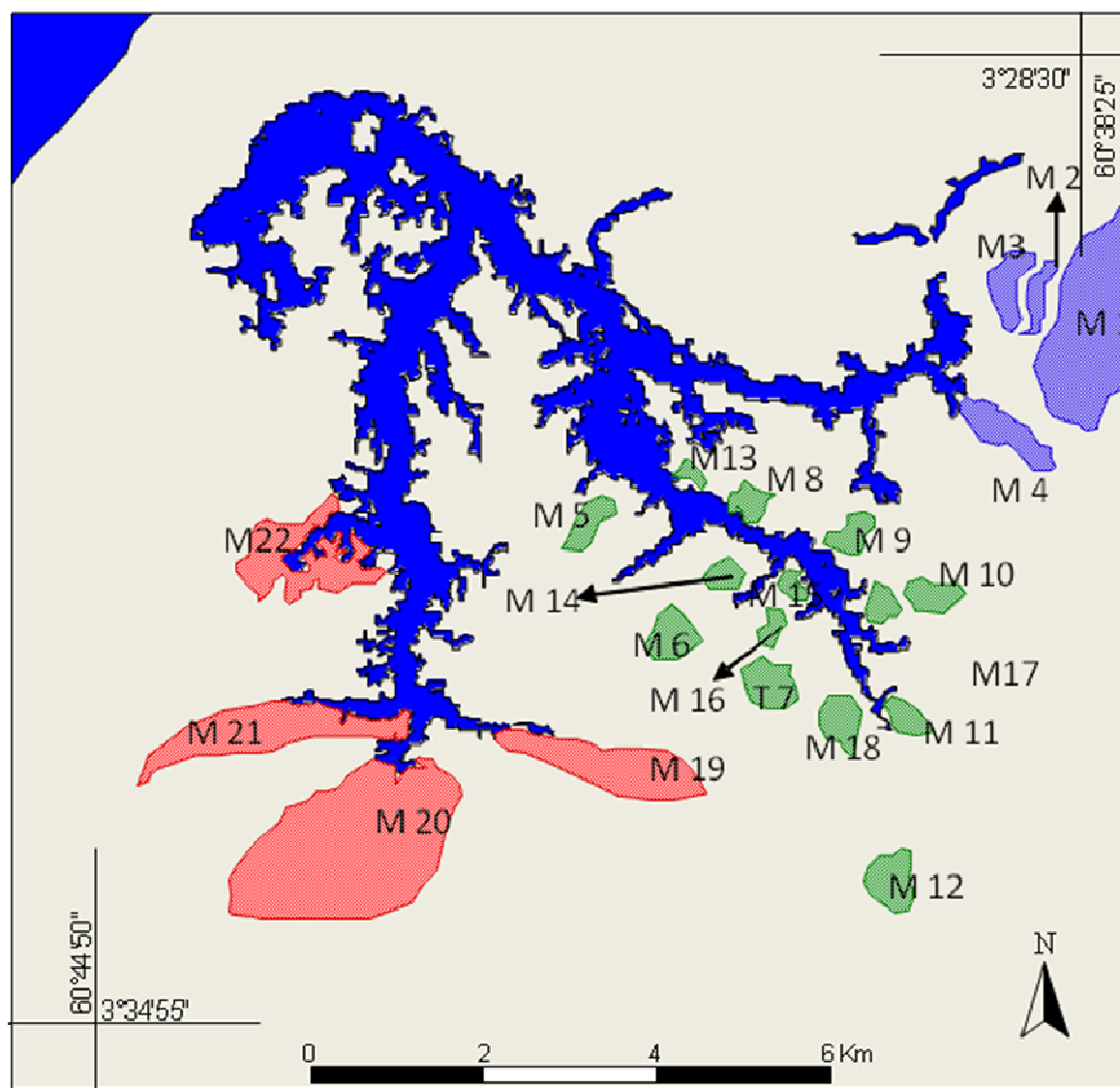
Entretanto, há casos em que os moradores vendem madeira para ganho monetário. Encontramos um moradores da Divino Espírito Santo serrando caibro próximo do igarapé dos Cordeiros para construção da casa do seu irmão, atividade que gerou um ganho de R\$ 30,00 (trinta reais) pela realização do trabalho.

Esse madeirame é pra casa do meu irmão. Tem pouca madeira pra serrar porque a casa dele é pequena. Agora madeira tem muito aqui. Qualquer igarapé desse que tu entra tem madeira que serve pra construção de casa. Que sempre usa madeira é o pessoal do seu A. que faz remo pra vender. Agora o resto mesmo é só pra fazer esses tapirizinho (M. S. Z., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2006).

Os moradores da Divino Espírito Santo afirmam que extraem madeira no entorno do Braço do Divino (M19, M20, M21 e M22), que não existe confusão com os moradores da São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros. Há moradores que extraem madeira e atuam diretamente nas mediações do Braço do Divino. Segundo V. D. M., tem muita madeira no lago Cururu, os moradores trabalham por mais tempo na estação da seca, conseqüentemente, elas encontram uma quantidade maior das árvores fora d'água. Assim, quando o lago começa a encher, a subir, facilita o transporte da madeira extraída.

Quanto às restrições do acesso aos territórios de madeira, segundo os moradores da São João dos Cordeiros, é durante a estação da cheia. Nessa época, a quantidade de água expande os ambientes aquáticos, o que permite o acesso dos moradores a esses territórios.

A informação quanto à ausência de conflito foi a seguinte: Durante a estação da seca encontra-se uma maior possibilidade do corte da madeira, porém o transporte acontece somente na estação da cheia. Como os territórios de madeira estão situados nas mediações dos Braços, qualquer tentativa de extração nos territórios da comunidade vizinha é percebida.



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
M1, M2, M3 e M4	Média	São Francisco do Cururu	
M6, M7, M8, M9, M10, M11 e M12	Alta	São João dos Cordeiros	
M5, M13, M14, M15, M16, M17 e M18	Média	São João dos Cordeiros	
M20	Alta	Divino Espírito Santo	
M19	Média	Divino Espírito Santo	
M21 e M22	Baixa	Divino Espírito Santo	

Figura 48 – Delimitação dos territórios de madeira no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

3.4.5 PALHA

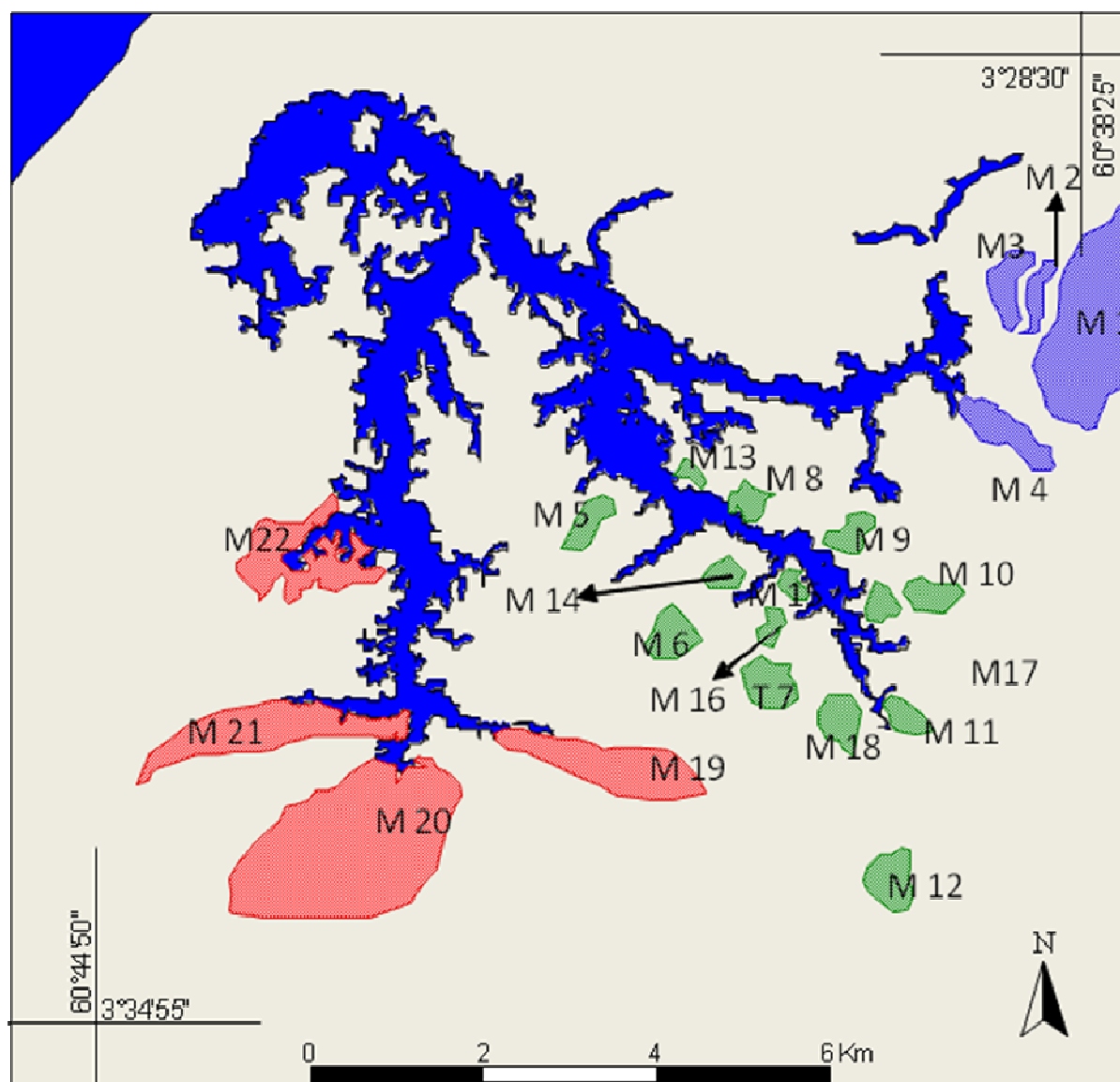
A palha (*Athalea* sp.) é bastante usada na cobertura de construções das casas de moradia e de farinha. As palhas são retiradas pelos moradores da São Francisco do Cururu nos territórios (V1, V2 e V3) localizados no Braço dos Cordeiros. Os territórios de palha considerados relevantes na percepção dos moradores da São João dos Cordeiros estão localizados no Braço dos Cordeiros (V4, V5, V6, V7 V8 e V9). Divino Espírito Santo é a comunidade onde os moradores utilizam os territórios (V10 e V11) fixados no igarapé do Palhal Grande (**Figura 49**).

Em relação à extração de palha, observamos que não existem conflitos envolvendo o território sobreposto (V11), uma vez que a extração ocorre apenas para atender a demandas, como a cobertura da moradia ou da casa de farinha. Como a palha não tem valor de mercado e a sua presença é abundante nos territórios de extração, o acesso ao recurso é permitido a qualquer residente da comunidade.

O pessoal não briga por palha não. Sabe com que eles briga? Eles briga é pelo açaí e pelo peixe. Esse pessoal daqui quer o peixe lá do poço, sabe por que? É, naquele poço que o peixe tudinho vai se esconder quando tá seco. Aí quando ta cheia, ele sai correndo esses terra dos Cordeiros atrás do açaí, esses tem briga, agora a palha. A palha eles dá é pra quem quiser pega. Tem muitos palhal aqui. Qualquer comunidade dessa tem muito palhal. Tem gente que vem lá de fora tirar palha aqui. Porque aqui tem muito. Se todo o pessoal de fora vier tirar palha aqui, ainda sobra é muito. Ele não pra quem quiser, elas serve só pra cobrir a casa de farinha, só que tem casa de palha aqui é o Luca, seu Marco, Mazinho, o Quinho (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Quanto aos ganhos provenientes da retirada da palha, averiguamos que ocorrem ocasionalmente quando um moradores não tem força de trabalho disponível para a execução. Então, contratam-se os serviços dos homens solteiros, mas não representa uma fonte de renda suplementar.

O acesso a esses territórios pelos moradores ocorre para que possa haver continuidade nas formas de reprodução social do modo de vida. A delimitação dos territórios não pode ser vista apenas como o significado de luta pelos recursos naturais, mas também está relacionada à sobrevivência dos modos de vida dos moradores.



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
M1, M2, M3 e M4	Média	São Francisco do Cururu	
M6, M7, M8, M9, M10, M11 e M12	Alta	São João dos Cordeiros	
M5, M13, M14, M15, M16, M17 e M18	Média		
M20	Alta	Divino Espírito Santo	
M19	Média		
M21 e M22	Baixa		

Figura 49 – Delimitação dos territórios de palha no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida dos moradores do lago Cururu é resultado do conhecimento utilizado na apropriação dos recursos naturais, estabelecendo também as condições de trabalho dos grupos domésticos. Procuramos descrever as formas de acesso e uso dos territórios, no sentido de percebermos as relações sociais subjacentes às formas de apropriação dos recursos naturais.

É possível percebermos que o conhecimento sobre o uso dos recursos, como parte da territorialidade, permite identificar os melhores ambientes para as práticas produtivas. Torna-se fundamental entender o modo de vida por meio do mapeamento da ocorrência e distribuição dos recursos naturais existentes na *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho*. É este conhecimento que constitui a forma de construção e distinção dos territórios.

O morador tem maior facilidade em falar do tempo ecológico em relação às atividades produtivas que executam, ao invés de falarem abstratamente em números. O desenvolvimento das práticas produtivas é influenciado pelo tempo da natureza que orienta na apropriação dos recursos naturais na área estudada.

O processo de ocupação do lago Cururu se dá primeiramente pela existência de terras disponíveis e recursos naturais. É que as formas de acesso aos recursos naturais se dão a partir da constituição das comunidades, à base das relações sociais entre os indivíduos e as comunidades. Vimos também que os moradores se apropriaram de diferentes recursos naturais extrativos para a reprodução social do seu modo de vida.

A apropriação dos recursos naturais da *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho*, relaciona-se diretamente com o conhecimento local, que define as formas de apropriação dos recursos naturais e do desenvolvimento do trabalho quando age sobre a natureza.

Os moradores se caracterizam pela polivalência das atividades agrícolas e extrativas, configura-se como um importante referencial para as múltiplas identidades e formas de apropriação dos recursos naturais. Castro (1997) confirma isso, dizendo que o modo de vida dos moradores tem sido baseado na estratégia combinada de uso de diferentes recursos.

Constatamos que as atividades agrícolas e extrativas estão imbricadas com finalidades de subsistência e/ou comercialização dos recursos naturais. Constatamos que o extrativismo vegetal constitui, um dos modos de vida mais relevante do ponto de vista econômico dos moradores.

Destacamos que os moradores estabeleceram uma territorialidade durante o curso de ocupação do lago Cururu, justamente pelas relações sociais que regulamentaram as formas de acesso e uso dos territórios. Procuramos considerar que o processo de constituição das comunidades permitiu uma divisão de territórios nitidamente diferenciados, considerados exclusivos pelos seus ocupantes.

O que determina o acesso dos moradores aos territórios são as relações de parentesco, territorialidade e vizinhança existentes na comunidade. De fato, as relações sociais enquanto instâncias diferenciadas que regulamentam o acesso aos territórios, de modo a orientar a conduta das ações dos moradores na apropriação dos recursos naturais, asseguram o pertencimento deles a uma determinada comunidade e territórios determinados.

Com relação às formas de acesso aos territórios, a ação dos moradores se configura no uso comum e no uso privado. Os territórios de uso privado apareceram nas roças e nas áreas no entorno das casas, o que os torna inacessíveis a outros grupos domésticos. Nessa situação, os territórios de uso comum é uma área bastante expressiva, como já foi mencionado nas seções anteriores, os territórios possuem regras sociais exercidas pela coletividade que define sua territorialidade nos meandros das relações sociais das comunidades do lago Cururu.

O maior problema associado aos territórios de uso comuns, onde os moradores defendem o acesso exclusivo, são aquelas áreas sobrepostas em que os recursos naturais são apropriados por mais de uma comunidade. Não acreditamos que o conflito entre as comunidades do lago tome uma dimensão crescente para aqueles grupos domésticos, mas apenas uma forma de regulamentação da apropriação dos recursos naturais e do acesso aos territórios. Com relação aos forasteiros que já exploram atualmente, por um período determinado, a atitude das comunidades será de limitarem aos poucos o acesso dos mesmos ao lago Cururu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. C. R.; MARINHO, H. A. **Amazônia brasileira: aspectos geográficos e históricos**. Manaus: EDUA, 1999.

ALENCAR, E. F. Políticas Públicas e (in) Sustentabilidade Social: o caso de comunidades de várzea no Alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, D. **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectiva para o desenvolvimento sustentável**. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, castanhais do povo, faxinais e fundo de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA, 2006.

ANDERSON & LORIS. A Lógica do Extrativismo: manejo dos recursos naturais e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. In: Diegues, A. C. S.; Moreira, A. C. C. **Espaços de Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

AYRES, J. M. **As Matas de Várzea do Mamirauá: médio rio Solimões**. 2. ed. Brasília: Cnpq; Tefé: SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ, 1995.

BATISTA, V., FABRÉ, N. N. A Pesca e o Peixe na Várzea: espaços, conflitos e conservação. In: RIBEIRO, A. M.; FABRÉ, N. N. (Org.). **Sistemas Abertos Sustentáveis: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2003.

BEGOSSI, A. Resiliência e Populações Neotradicionais: os Caiçaras (Mata Atlântica) e os (Caboclos (Amazônia, Brasil). In: Diegues, A. C. S.; Moreira, A. C. C. **Espaços de Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

BRITTO, R. C. C. **Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ**. Niterói: EDUFF, 1999.

CALVENTE, M. D. C. M. H. et. al. Caiçaras, mestres, professores e turistas: a resistência da territorialidade em um processo de transformação do território. In: DIEGUES, A. C. S (Org.). **Enciclopédia Caiçara**. Volume 1, São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/CEC/USP, 2004.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. 7ª. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CANTO, S. A. E. **Processo Extrativista do Açaí: contribuição da ergonomia com base na análise postural durante a coleta dos frutos**. 2001. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção): Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do Antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

CASTRO, A. O extrativismo do Açaí na Amazônia Central. In: EMPERAIME, L. (Org.) **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E; PINTON, F (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUSP/UFPA/NAEA, 1997.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DAMATTA, R. A. **Relativizando**: uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

DIEGUES, A. C. S. **A Pesca Construindo Sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

ESTUPIÑÁN, G. M. B. **Dinâmica da pesca de subsistência e fatores causais de variação no poder de pesca de ribeirinhos em sistemas lacustres do Baixo rio Solimões, Amazonas, Brasil**. 2002. 86 f. Dissertação (Mestrado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior) Manaus: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

FISCHER, C. F. A. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. In: **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Brasília, 1997.

FURLAN, Sueli. A. **Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental** (situação do Parque estadual na Ilha de São Sebastião – SP). Dissertação (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do Rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FUTEMMA, C. Uso e Acesso aos Recursos Florestais: os caboclos do Baixo Amazonas e seus atributos sócio-culturais. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

FRAXE, T. J. P. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. Fortaleza: Annablume, 2000.

GARCIA Jr., A. **Terra de trabalho**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, C. O Senso Comum como Sistema Cultural. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GODELIER, M. A Parte Ideal do Real. In: CARVALHO, E. A. (Org.). **Godelier: antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

_____. Economia e Sociedade. In: CARVALHO, E. A. (Org.). **Godelier: antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

_____. Infra-Estrutura e História. In: CARVALHO, E. A. (Org.). **Godelier: antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LANG, A. B. S. G. (Org.). História Oral: procedimentos e possibilidades. In: **Desafio da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: CERU, 2001.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 16 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LEONEL, M. **A morte social dos rios**: conflito, natureza e cultura na Amazônia. São Paulo: Perspectiva/ IAMA/ FAPESP, 1998.

LESCURE, Jean-Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, L. **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. A Ciência do Concreto. In: **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

LIMA, D. M. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. **Sociedades Caboclas Amazônidas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, D; ALENCAR, E. Histórico de ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: SENAC, 2000.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, 2003. 251-290 p.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestre & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: annablume, 1993.

MAUSS, M. 1979. Estudo sobre as variações sazonais entre os Esquimós. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1979.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEGGERS, B. **Amazônia**: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1987.

MELO, L. A. S. **Potencialidade agrícola das terras da Amazônia Ocidental**. Manaus: Suframa/INPA/Embrapa, 1979.

MORÁN, E. F. **A Ecologia das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

NERY, A. C. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – Zona do Salgado – Pará. In: SILVEIRA, I. M. et al. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, volume 11 (2), 1995.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no Médio Solimões: condições socioambientais de vida. In: LIMA, D. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectiva para o desenvolvimento sustentável. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2005.

NODA, H; NODA, S. N. Produção Agropecuária. In: **Amazônia**: uma perspectiva interdisciplinar de educação Ambiental. Brasília: MMA/IBAMA, 1994.

_____. et. al. O trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas. In: NODA, H. et. al. **Duas décadas de contribuições do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido**. Manaus: INPA, 1997.

_____. et. al. Uso Comum dos recursos naturais. In: Diegues, A. C. S.; Moreira, A. C. C. **Espaços de Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E.; JUNK, W. J.; SCHUBART, H. O. R.; OLIVEIRA, A. E. (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983.

PANTOJA, M. C. A Várzea do Médio Amazonas e a Sustentabilidade de um Modo de Vida. In: LIMA, D. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectiva para o desenvolvimento sustentável. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2005.

PINTO, E. R. F. **Os Trabalhadores da Juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples do Médio Amazonas**. 1982. 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PINTON, F.; EMPRERAIRE, L. A farinha de mandioca, um elo dos sistemas extrativistas. In: EMPERAIRE, L. (Org.) **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

PORRO, A. **O Povo das águas**: Ensaio de Etno-história Amazônica. São Paulo: Edusp, 1998.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, Volume 1, 1997.

RIBEIRO, A. M; FABRÉ, N. N. Diversidade Amazônica: ocupação e uso dos ambientes de várzea. In: **Sistemas Abertos Sustentáveis**: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: EDUA, 2003.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SERVICE, E. R. **Os caçadores**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SMITH, N. J. H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: INPA, 1979.

SOBREIRA, T. et. al. **Manejo de Recursos Pesqueiro no Médio Rio Negro**. Manaus: EDUA, 2006.

SOUSA, K. N. S. **O rendimento pesqueiro em sistemas lacustres da Amazônia Central**. 2000. 65f. Dissertação (Mestrado em Biologia de água Doce e Pesca do Interior). Manaus: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

SIOLI, H. The Amazon and its main affluents: Hydrography, morphology of the river courses, and river types. P 127-166. *In: The Amazon limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin*. The Hague, W. Junk Publications, Netherlands, 1984.

STERNBERG, H. O'Reilly. **A água e o homem na Várzea do Careiro**. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

THIBAU, C. E. **Produção sustentada em floresta: conceitos e tecnologias, biomassa energética, pesquisa e constatação**. Belo Horizonte, 2000.

WAICHMAN, A. V.; NINA, N. C. S. A Prática Agrícola dos Ribeirinhos: "modernidade e vulnerabilidade. *In: RIBEIRO, A. M; FABRÉ, N. N. (Org.). Sistemas Abertos Sustentáveis: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2003.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1970.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul Sitiantes do Nordeste**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EDUNB, 1995.

WOORTMANN, E. F; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EDUNB, 1997.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA

**Formulário da Pesquisa: VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU:
TERRITORIALIDADE, FORMA DE APROPRIAÇÃO E USO DOS TERRITÓRIOS
NO BAIXO SOLIMÕES (AM).**

Orientador: Dr. Antonio Carlos Witkoski.

Mestrando: Cloves Farias Pereira.

Identificação do Entrevistado:

Nome:

Idade:

Data da aplicação:/...../.....

Número de pessoas na família:

Grupo de idade	Na casa		Fora		Agregado	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0 a 4 anos						
5 a 9 anos						
10 a 14 anos						
15 a 19 anos						
20 a 24 anos						
25 a 29 anos						
30 a 34 anos						
35 a 39 anos						
40 a 44 anos						
45 a 49 anos						
50 a 54 anos						
55 a 59 anos						
60 a 64 anos						
65 a 69 anos						
70 ou mais						

DADOS DA PROPRIEDADE

Área total: _____

Área de várzea: _____ Área de terra firme: _____

Formas de apropriação da terra:

Proprietário: _____

Desde quando: _____

Posseiro: _____

Desde quando: _____

Arrendatário: _____

Desde quando: _____

De que arrenda: _____

Qual a área arrendada: _____

EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

Instrumento/Máquinas/Equipamento	Formas de Uso	A quem pertence

P: própria; **A:** alugada; **E:** emprestado; **F:** familiar e **C:** comunitário.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA FLORESTA

O QUE O SENHOR (A) CAÇA

Espécie de animais	Local (várzea ou terra firme) *	Frequência semana	Sazonalidade	Quem participa (família)	Parceria (compadrio e parentesco)	Formas de divisão	Finalidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida	Formas de Venda ***	Como Vende	Valor

*Legenda: (floresta ou água)

**Apetrecho utilizado.

***F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)

COLETA DE PRODUTOS DA FLORESTA

[illegible]

S: subsistência; F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)

ESPÉCIES DE MADEIRA RETIRADA DA FLORESTA

Espécie de Madeira	Local de coleta (várzea ou terra firme)	Frequência semana	Sazonalidade	Quem participa (família)	Parceria (compadrio e parentesco)	Formas de divisão	Finalidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida	Formas de Venda	Como Vende	Valor

F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA TERRA

AGRICULTURA/ROÇA/TEMPORÁRIA

[illegible]

F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)

AGRICULTURA/ROÇA/PERMANENTE

Culturas Agrícolas	Local de Coleta (várzea ou terra firme)	Tamanho Hectare	Quem participa (família)	Parceria (compadrio e parentesco)	Formas de divisão	Produção semana	Finalidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida	Formas de Venda	Como Vende	Valor

F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)

PLANTAS MEDICINAIS

Espécies	Local de coleta (várzea ou terra firme)	Frequência semana	Quem participa (família)	Parceria (compadrio e parentesco)	Formas de divisão	Uso	Finalidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida	Formas de Venda	Como Vende	Valor

*Legenda: Locais de retirada

F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)

CRIAÇÃO DE ANIMAIS

índice	Galinha	Pato	Suíno	Bovino	Caprino	Carneiro					
Quantidade											
Finalidade											
Local de criação (várzea ou terra firme)											
Sistema de produção (extensivo/intensivo)											
Tipo de alimentação											
Instalações											
Manejo na seca											
Produção Média											
Uso dos resíduos (Qual? Pra que?)											
Quem participa											
Quantidade Vendida											
Quantidade Consumida											
Formas de venda											
Valor											

F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁGUA

PESCA

Espécie	Local (várzea/terra firme) *	Embarcação	Apetrecho **	Quem participa (família)	Parceria (compadrio e parentesco)	Formas de divisão	Processamento	Finalidade ***	Quantidade Vendida ***	Quantidade Consumida	Formas de Venda ****	Como Vende	Valor

*Legenda: Locais de pesca

**Apetrecho utilizado:

*** S: salga/seca; G: gelo; P: piracui; O: outros (especificar)

**** F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA

**Formulário da Pesquisa: VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU:
TERRITORIALIDADE, FORMA DE APROPRIAÇÃO E USO DOS TERRITÓRIOS
NO BAIXO SOLIMÕES (AM).**

Orientador: Dr. Antonio Carlos Witkoski.

Mestrando: Cloves Farias Pereira.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data da entrevista:

1. Qual é o seu nome?
2. Qual o nome desta localidade? Por que?
3. Qual o local de moradia de seus pais? Por que ele morava lá?
4. Qual o local da sua última moradia? Por que morava e quanto tempo morou lá?
5. O que fazia lá [*plantava, criava, extraía – pescava, caçava, coletava*]?
6. Há quanto tempo o senhor mora aqui? É bom morar aqui? Por que?
7. Por que o senhor veio morar aqui [*não tinha propriedade da terra, terra muito pequena, veio com a família, propaganda ou incentivo do governo, investigar sobre as potencialidades do lugar*]?
8. Como era aqui quando o senhor chegou [*descrição qualitativa do lugar*]?

9. Que famílias moravam aqui quando o senhor chegou? Quantas permanecem aqui ainda hoje? Por que essas famílias ficaram aqui?
10. Quando o senhor chegou aqui, qual era a atividade que mais rendia lucros para o senhor?
11. O senhor costuma pescar muito? Por que [*pescava só para subsistência ou também comercializava*]?
12. E a agricultura, o senhor plantava muito? O que o senhor plantava [*praticava só para subsistência ou também comercializava*]?
13. O senhor criava animais [*gado bovino, galinha, pato, porco, caprino etc.*]? Por que?
14. E o senhor tirava produtos da floresta [*madeira, açaí, buriti, tucamã, castanha etc.*]? Sim/não. Por que? O senhor usava ou vendia? Para quem vendia [*ganhava um bom dinheiro*]
15. Quais são as atividades [agricultura, criação e extrativismo (vegetal e animal)] que o senhor mais desenvolve hoje? Por que [*considerar a subsistência e a comercialização*]?
16. O senhor trabalha sozinho ou com a família [*considerar as atividades de subsistência e/ou comercialização*]? Por que?
17. Existe algum trabalho que o senhor gosta de fazer sozinho? Sim/não. Por que?
18. Daquilo que o senhor e sua família produz, o que senhor mais vende? Para quem? Como ele paga o senhor? Isso é bom para o senhor?
19. Nessa época do ano [*seca*], quais são as atividades que o senhor e sua família mais fazem [*plantam, colhem, pescam, caçam etc.*]? Por que?
20. Para o senhor, qual é a importância do lago na melhoria da terra que você usa para a agricultura [*cheia na fertilização*]?
21. O senhor acha melhor trabalhar aqui na cheia ou na seca? Por que?

22. Qual a importância da floresta [*de várzea e/ou terra firme*] para o senhor? Elas são boas para se trabalhar? Por que?
23. O senhor prefere coletar produtos na floresta de várzea ou na floresta de terra firme? Por que?
24. Qual a importância da água do lago para o senhor? Você prefere a água barrenta ou preta? Por que?
25. O senhor acha melhor morar aqui hoje ou quando o senhor chegou [*tinha mais caça, peixe, frutos etc.*]? Por que?
26. O senhor acha que hoje tem mais caça, mais peixe, mais frutos? Sim/Não. Por que?
27. De quem é a culpa da diminuição dos peixes, frutos aqui do local? Por que?
28. O que o senhor e sua família tem feito algo para mudar essa situação?
29. O senhor ou sua família tem algum parente ou compadre morando no lago? Sim/Onde/Por que? Não/Por que?
30. O senhor ou a sua família faz algum tipo de trabalho com outras pessoas da comunidade [*mutirão, troca de dia, meia*]? Sim/não. Por que?
31. O senhor costuma se reunir com os seus parentes ou vizinhos [*esfera da vida na comunidade*]? Sim/não. Por que?
32. O senhor e/ou sua família participa de alguma associação [*investigar as várias associações*]? Sim/não. Por que?
33. Quem planeja as atividades de sua propriedade [*o senhor sozinho, o senhor e sua mulher, o senhor, sua mulher e seus filhos*]? Por que?
34. E quem costuma executar o que foi planejado? Por que?
35. O senhor paga diária para alguém? Sim/não. Por que? Quanto e como paga?
36. O senhor ou alguém de sua família já recebeu ou recebe diária? Sim/não. Por que? Quanto e como?

37. O senhor pesca junto com alguém? Sim/Quem/Por que? Vocês dividem? Como?
Não/Por que?
38. O senhor caça junto com alguém? Sim/Quem/Por que? Vocês dividem? Como?
Não/Por que?
39. O senhor coleta produtos na floresta junto com alguém? Sim/Quem/Por que?
Vocês dividem? Como? Não/Por que?
40. O senhor trabalha na roça com alguém? Sim/Quem/Por que? Vocês dividem?
Como? Não/Por que?